

MARCIO CAETANO
ALEXSANDRO RODRIGUES
CLÁUDIO NASCIMENTO
TREYCE ELLEN GOULART
(ORGANIZADORES)

QUANDO OUSAMOS EXISTIR

ITINERÁRIOS
FOTOBIOGRÁFICOS
DO MOVIMENTO
LGBTI BRASILEIRO
(1978-2018)




Editora da furg

GRÁFICA
Copiart
EDITORA

QUANDO
OUSAMOS
EXISTIR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

Reitora
CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Vice-Reitor
DANILO GIROLDO

Chefe do Gabinete do Reitor
DENISE MARIA VARELLA MARTINEZ

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
DANIEL PORCIÚNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
MOZART TAVARES MARTINS FILHO

Pró-Reitor de Infraestrutura
MARCOS ANTONIO SATTE DE AMARANTE

Pró-Reitor de Graduação
RENATO DURO DIAS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
LÚCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
EDUARDO RESENDE SECCHI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Reitor
REINALDO CENTODUCATTE

Vice-Reitora
ETHEL LEONOR NOIA MACIEL

Pró-Reitoria de Administração (Proad)
TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci)
GELSON SILVA JUNQUILHO

Pró-Reitoria de Extensão (Proex)
ANGÉLICA ESPINOSA BARBOSA MIRANDA

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep)
CLEISON FAÉ

Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)
ZENÓLIA CHRISTINA CAMPOS FIGUEIREDO

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG)
NEYVAL COSTA REIS JUNIOR

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan)
ANILTON SALLES GARCIA

MARCIO CAETANO
ALEXSANDRO RODRIGUES
CLÁUDIO NASCIMENTO
TREYCE ELLEN GOULART
(ORGANIZADORES)

ITINERÁRIOS
FOTOBIOGRÁFICOS
DO MOVIMENTO
LGBTI BRASILEIRO
(1978-2018)

QUANDO OUSAMOS EXISTIR



Tubarão-SC, 2018

© 2018

Organizadores

Marcio Caetano, Alexsandro Rodrigues,
Cláudio Nascimento, Treyce Ellen Goulart

Revisão

Michelle Vasconcelos Oliveira do Nascimento

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Rita Motta, sob coord. da Gráfica e Editora Copiart

Impressão

Gráfica e Editora Copiart

Q1 Quando ousamos existir : itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018) / Marcio Caetano... [et al.] (organizadores). – 1. ed. – Tubarão : Copiart; Rio Grande, RS : FURG, 2018. 192 p. ; 29,7 cm

Inclui referências
ISBN: 978-85-8388-133-9

1. Movimento LGBTI – Brasil – História. 2. Memórias. 3. Cidadania.
4. Movimentos sociais. 5. Biografia. 6. Democracia.
I. Caetano, Marcio Rodrigo Vale.

CDU: 392.6

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Coedição



Copiart

Dedicado às pessoas
que lutaram e que lutam
no Movimento LGBTI

SUMÁRIO

- 8** APRESENTAÇÃO
- 12** SOMOS: GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL, O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E O PRIMEIRO DE MAIO DE 1980
James N. Green
- 17** O GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA - GALF E OS ENCONTROS BRASILEIROS DE HOMOSSEXUAIS - EBHO
Marisa Fernandes
- 22** FOTO-REPORTAGEM SOBRE O GRUPO GAY DA BAHIA (GGB)
Luiz Mott
- 27** GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE: DESMUNHECAÇÃO E LUTA CONTRA O HIV/AIDS NA DÉCADA DE 1980
Marcos Ribeiro de Melo, Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, Michele de Freitas Faria de Vasconcelos
- 35** TROCANDO HISTÓRIAS, FAZENDO PONTES: ESCRITAS E REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA
Carolina Maia
- 39** O PROTESTO CONTRA O DELEGADO RICHETTI EM SÃO PAULO
Júlio Assis Simões
- 43** UM GRINGO NO SOMOS DO RIO DE JANEIRO
John McCarthy
- 48** A DESPATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL
Rita C. C Rodrigues
- 54** JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE
Cristina Câmara
- 61** ATIVISMO CULTURAL EM TEMPOS DE AIDS A ARTE QUE TRANSFORMA O MUNDO
Vagner de Almeida
- 66** IMPRENSA LGBT NO BRASIL
Jorge Caê Rodrigues
- 72** EU (R)EXISTI, EU (R)EXISTO E VOU CONTINUAR (R)EXISTINDO: TRAVESTIS, MULHERES TRANSEXUAIS E MOVIMENTO SOCIAL!
Megg Rayara Gomes de Oliveira
- 77** AÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS PELA DIVERSIDADE SEXUAL
Anderson Ferrari
- 83** OS EBGLTs
Toni Reis
- 92** MOVIMENTO POLÍTICO SOCIAL DA POPULAÇÃO T NO BRASIL
Jovanna Cardoso da Silva

- 100** REGISTROS SOBRE A CONFERÊNCIA DA ILGA 1995: A MARCHA PELA CIDADANIA PLENA DE GAYS E LÉSBICAS
Augusto Andrade
- 107** TE VI NA TV!: A TEMÁTICA LGBT NA TELENOVELA BRASILEIRA
Treyce Ellen Goulart
- 112** DE SENALE A SENALESBI: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS NO BRASIL
Carolina Maia
- 116** LÉSBICAS NEGRAS: ATIVISMO, ORGULHO E VISIBILIDADE POLÍTICA
Edmeire Exaltação
- 121** MARIA DE KALÚ, MEMÓRIA QUE INSPIRA A RESISTÊNCIA LÉSBICA NA PARAÍBA E NO NORDESTE
Jussara Carneiro Costa
- 125** “NÃO LIGUE PRA ESSAS CARAS TRISTES; FINGINDO QUE A GENTE NÃO EXISTE”: TRAJETÓRIAS PESSOAIS E LUTAS COLETIVAS PELA CIDADANIA TRANS
Beth Fernandes
- 130** A PRESENÇA LÉSBICA NO MOVIMENTO LGBTI
Irina Karla Bacci
- 135** PROJETO SOMOS, A AMPLIAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTI
Luiz Carlos Barros de Freitas
- 141** XII CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA, INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÕES CORRELATAS DA ONU E OS ECOS NO BRASIL
Cláudio Nascimento Silva
- 148** O AMOR NA PARADA LGBT DE SÃO PAULO
Moacir Lopes de Camargos
- 154** PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA - INTENÇÕES E AÇÕES
Cláudio Nascimento Silva
- 159** NEGRA E LÉSBICA - ATIVISMO INTERSECCIONAL
Ana Cristina Conceição Santos (Negra Cris)
- 163** A AGENDA LGBTI NO CONGRESSO NACIONAL: DE JOÃO A. MASCARENHAS À JEAN WYLLYS
Emerson Santos
- 170** DELIBERANDO A CIDADANIA: AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS NA TRAJETÓRIA DO ATIVISMO LGBT BRASILEIRO
Cleyton Feitosa
- 174** ENFRENTANDO A LESBO-HOMO-TRANSFOBIA NA ESCOLA BRASILEIRA - UM PANORAMA DAS FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORAS/ES
Claudia Penalvo
- 180** POR UM RIO SEM HOMOFOBIA - A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS ESTADUAIS APÓS O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA
Diego Cotta
- 184** A CIDADANIA LGBTTI NOS TRIBUNAIS - ARTIGO FOTOBIOGRÁFICO
Roger Raupp Rios

APRESENTAÇÃO

A memória é algo que não é significado apenas com a imaginação — no sentido fictício, fantasioso, irreal — mas com a sua capacidade de ser rememorada ou “fazer-se remeter” ao passado. A memória pode ser entendida como uma capacidade de (re)significação de coisas e de si mesmo/a. Ela é o espaço-tempo, segundo o qual figuramos os limites de nossa existência. Quando queremos nos apropriar de nossa vida, nós a narramos. Com estas palavras, ao propormos a publicação **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do Movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**, o que queremos é provocar a memória do ativismo LGBTI, buscar com ela a socialização de narrativas memorísticas e o direito de contar suas ações de existência/resistência.

O direito à memória é sinônimo de garantia de existência, resistência e conquista da cidadania para os movimentos sociais implicados na defesa da democracia em nosso país. A proposição parte do entendimento de que é em torno também do lembrar-se, (re)conhecer-se e recriar-se que é promovida a melhoria da qualidade de vida da população e os laços de pertencimento. Acreditamos que estas possibilidades de construção e apropriação da memória por parte das populações lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI) são eixos de extrema relevância à construção cotidiana da democracia e, com ela, da cidadania, ainda hoje.

Estranhamente, o ano de 2018 tem sido o encontro, nem sempre comemorativo, de inúmeros fatos que marcaram a história política e social brasileira. Vejamos que há 130 anos, mais precisamente em 1888, ocorria a abolição da escravatura após intensos debates e movimentações em torno de um projeto de sociedade que, ilusoriamente, reparasse as desigualdades raciais construídas no colonialismo. No dia 10 de janeiro de 1948, mesmo sob protestos, foi aprovada, na Câmara dos Deputados, a cassação dos mandatos de parlamentares eleitos pelo Partido Comunista do Brasil. Eram os primeiros golpes que a democracia brasileira, recém-conquistada em 1945, sofreria. Foi em 1958, na Suécia, que o Brasil marcou o futebol mundial e alcançou sua projeção internacional. Dez anos depois, em 1968, o Brasil viveria a culminância de um processo de resistências à ditadura civil-militar e o recrudescimento do autoritarismo materializado no Ato Institucional nº 5. Neste mesmo ano, exilado no Chile, Paulo Freire escrevia “Pedagogia do Oprimido”, seguramente, o livro brasileiro mais citado pela academia mundial.

Em 1978, mesmo sob a ditadura em curso, uma rachadura era aprofundada com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU). O racismo da sociedade brasileira e o papel ativo do Estado na manutenção de uma estrutura social que agudizava as desigualdades entre brancos e negros fortalecia o debate racial.

Da mesma forma, em 1978, podemos demarcar a criação do movimento social homossexual (MHB) no Brasil com a emergência do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, na cidade de

São Paulo, e, posteriormente, em várias outras cidades brasileiras. Em 2018, comemoramos os 40 anos de existência e resistência do hoje conhecido Movimento Social LGBTI. Neste sentido, é inegável que as trajetórias das mobilizações que deram origem ao movimento social e a continuidade de grupos de lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais e intersexuais organizados têm ligação direta com a luta em prol da defesa da democracia, das liberdades políticas e da plenitude dos direitos sociais e sexuais.

Em maio de 1978, na Universidade de São Paulo, ocorria a primeira reunião do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”. De modo pioneiro, esse encontro marcou o início da articulação no MHB, que, de modo algum, ficou circunscrito a São Paulo, e se espalhou Brasil afora, com inúmeras particularidades locais que deram o tom à multiplicidade que passou a compor o movimento. É nesse ano também que é publicado o primeiro “Lampião da Esquina”, o periódico voltado ao público homossexual e produzido por homossexuais, e que circulou várias cidades brasileiras entre os anos de 1978 a 1981, mesmo sob o controle da ditadura civil-militar. Em suas páginas, trazia temas de relevância para as discussões em torno das liberdades sexuais, mas não somente. Ali também figuravam, sobretudo, uma série de denúncias à truculência policial contra travestis e à repressão aos movimentos sociais organizados em torno da temática da sexualidade e do racismo. Publicizava-se os modos como o Estado buscava controlar as condutas individuais enquanto forma de manter a ordem social. Nesse cenário, as sexualidades e os marcadores de

gênero precisavam estar sob seu controle, em defesa da matriz cidadã materializada na família nuclear, monogâmica, patriarcal, heteronormativa e burguesa.

Por outro lado, é importante negarmos a existência resistente de inúmeras iniciativas, antes mesmo da emergência de qualquer sigla que hoje as nomeia, e dar corpo político ao movimento social. As corporalidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, nem sempre se automeando com essas categorias recentes do ativismo, desafiaram e desafiam os padrões de normalidade de gênero e as expectativas de coerência heteronormativa entre sexo-gênero-orientação sexual. Basta lembrar da atuação do pelotense João Antônio Mascarenhas na Assembleia Constituinte que, em 1888, aprovava a Constituição Federal.

Nesse sentido, seria politicamente injusto e equivocado, do ponto de vista histórico e político, desconsiderar as diversas iniciativas progressistas de lutas e de resistência da comunidade que insiste em se criar e recriar continuamente nestes 40 anos de re-existência. A cada ano, as identidades vão se re-constituindo e reconfigurando o movimento. O desejo de existência é maior que qualquer ato autoritário heterodesignativo. Desta maneira, é relevante que ressaltemos também a especificidade, amplamente debatida em diversos setores, dentro e fora do âmbito acadêmico, ativista e governamental, dos grupos considerados como movimentos sociais. Tais organizações possuem características peculiares e modos de mobilização que permitem o acesso a uma estrutura de atuação direcionada à incidência sobre a realidade

social. Neste sentido, é inegável que o ano de 2018 marca os 40 anos de uma atuação dos movimentos L-G-B-T-I brasileiros em forma de trajetórias e lutas coletivas com caráter mais institucionalizado. O movimento homossexual tornou-se LGBTI, e suas transformações acompanharam e contribuíram para importantes mudanças na sociedade e na atuação do Estado brasileiro em defesa da democracia cidadã.

Quando pensamos a incompletude da existência, somos levados a refletir a cidadania, porque esta última não consiste em receber sem postular um ato no qual os sujeitos deixam suas contribuições. A participação cidadã implica, em primeiro lugar, o fortalecimento da democracia. Pode parecer estranho para algumas pessoas reivindicar o conceito de “democracia” para debater a existência e, nela, o âmbito sexual, contudo, sem dúvida, necessitamos de um novo conceito de democracia quando falamos do direito à existência.

Como na política e na cultura, a identidade é o lugar imaginativo em que se reúnem os discursos sociais mais amplos. Nele co-existe o espaço onde se abre a possibilidade de romper os significados, refazer os interesses, buscar as ideias e onde a inconformidade pode possibilitar novas configurações de estar no mundo. Ainda que o mundo exista sem a nossa presença, nossa presença no mundo nos exige muita criatividade para inventá-lo. Para que o mundo tenha sentido, devemos criar/significar o que já contém, devemos aprender a questioná-lo e a inventar o que ainda não existe em nossas petições no mundo. Neste sentido, viver

criativamente é também uma condição para criar/ampliar a democracia e se criar com a democracia cidadã.

Podemos contar sobre iniciativas que começaram no fundo dos quintais de ativistas. Também, a realização de Paradas já conhecidas como Marchas nomeadas como Gays, GLBT, LGBT, LGBTI, LGBTI+ e livres. Por

essa razão, a fotobiografia que agora apresentamos não pretende traduzir a história geral do movimento homossexual de outrora e, tampouco, o LGBTI de hoje. Idealizada pelo Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, coordenado pela FURG e UFES, em parceria com a ABGLT, a fotobiografia pretende apresentar aos leitores e leitoras alguns itinerários possíveis à compreensão dessa multiplicidade de composições e perspectivas construídas por pessoas plurais, contraditórias e políticas.

Trazemos aqui as vozes e interpretações de algumas pessoas, dentre tantas outras que não localizamos, que aceitaram o convite/desafio de dividir conosco histórias que, mesmo institucionais e co-

letivas, se confundem muitas vezes com as narrativas e possibilidades de existência individual. As autorias são de ativistas

de diversos campos de atuação e de diferentes regiões do país, que nos trazem registros fotobiográficos de grupos, acontecimentos históricos, padrões de mobilização política e legal, bandeiras e reivindicações, lutas por cidadania e visibilidade, Aids, reuniões internas dos coletivos organizados, dentre tantos outros momentos dessas trajetórias. Para além de desejarmos celebrar os 40 anos dos movimentos sociais LGBTI no Brasil, a reunião dessas narrativas registra uma resistência que, ainda hoje é necessária.

**De 1978 para cá são
40 anos marcados por
lutas incessantes e infinitas
vitórias. Nós re-existimos!**

ALEXSANDRO RODRIGUES
CLÁUDIO NASCIMENTO
MARCIO CAETANO
TREYCE ELLEN GOULART

[Volta ao Sumário]



SOMOS: GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL, O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO E O PRIMEIRO DE MAIO DE 1980

James N. Green¹

¹ É professor de história do Brasil na Brown University em Providence, Rhode Island e autor de *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Editora da UNESP, 2000), *Apesar de vocês: a oposição à ditadura brasileira nos EUA, 1964-85* (Companhia das Letras, 2009) e *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel* (Civilização Brasileira, 2018).

² CONSELHO EDITORIAL. Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 0, abr. 1978, p. 2.

No número zero do jornal *Lampião da Esquina*, publicado em abril de 1978, os editores anunciaram uma nova política para o Brasil: “O que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.”² Foi uma declaração inovadora para um país que estava saindo de uma ditadura e caminhando cautelosamente para uma democracia.

O Conselho Editorial explicou a missão do jornal: “... estamos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade.” Prometeram “ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres ...”. Neste momento, a grande maioria

da oposição ao regime militar usava o argumento de que levantar bandeiras sobre a discriminação ou a opressão, que não fossem diretamente ligadas às medidas contra a ditadura, enfraqueceria a luta unificada contra o estado autoritário. As ideias dos editores de *Lampião* foram audazes, senão revolucionárias.

Porém, quando se fundou o Núcleo pela Ação dos Homossexuais em São Paulo, no mês de maio de 1978, que eventualmente viria a assumir o nome Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, não ficou tão claro como implementar a política do jornal *Lampião*. Durante o primeiro ano do grupo, os participantes passaram por um processo de discussão interna para conversar sobre a discriminação que as pessoas viviam nas suas famílias, nas escolas e na sociedade. Na medida em que o grupo cresceu, também organizou-se reuniões amplas para pensar como atuar.³

³ GREEN, J. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Caderno Pagu*, v. 15, p. 271-296, 2000.

Já em novembro 1979, o Grupo Somos, com mais de cem pessoas participando nos vários subgrupos, e com uma participação de lésbicas em reuniões autônomas, resolveu implementar a política defendida pelos editores do jornal *Lampião*. No 20 de novembro, o Movimento Negro Unificado de São Paulo organizou um ato público nas escadas do Teatro Municipal para festejar o Dia Nacional da Consciência Negra. Aproximadamente 20 participantes do Grupo Somos decidiram aderir à manifestação. Levando uma enorme faixa branca de seis metros com a frase pintada com letras negras, “Contra a Discriminação Racial”, e assinando Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, eles se juntaram às trezentas pessoas reunidas frente à loja Mappin, onde se iniciou o evento. Distribuíram um panfleto mimeografado, anunciando uma “Moção de Apoio ao Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial”. A declaração foi simples, direta e clara: “O Somos: Grupo de Afirmação Homossexual saúda todos os negros no seu Dia Nacional da Consciência Negra. A combatividade do Zumbi é um exemplo para todos os setores oprimidos da nossa sociedade na conquista da sua liberdade. A partir da nossa própria discriminação como homossexual, solidarizamos-nos com todos os negros na sua luta contra racismo.”⁴

⁴ SOMOS-GRUPO DE AFIRMAÇÃO. Moção de apoio ao Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial. 20 de nov. 1979.

Embora existissem negras e negros entre as mulheres e homens que frequentavam as reuniões do Grupo Somos, não houve um debate interno sério sobre o racismo dentro do movimento ou sobre a interseccionalidade de homossexuais negros e lésbicas negras ou sobre as múltiplas formas de discriminação que sofriam. Mesmo assim, nesta participação, foi a primeira vez em que o Grupo Somos teve visibilidade em praça pública, afirmando a política de solidariedade “com todos os grupos injustamente discriminados,” como os editores de *Lampião* afirmaram no primeiro número do jornal.

Seis meses depois, a maioria dos membros do Somos tiveram outra oportunidade de mostrar a sua solidariedade. Desta vez foi no 1º de maio de 1980, na cidade de São Bernardo, durante a greve

Qualquer medida para enfraquecer a ditadura beneficiava a possibilidade de conquistar a democracia.

geral dos metalúrgicos do ABC. Na semana anterior, na abertura do 1º Encontro Nacional de Grupos de Homossexuais Organizados, realizado na Escola de Medicina da USP, alguém apresentou uma moção propondo o apoio aos operários que estavam em greve, exigindo aumentos nos seus salários e melhores condições de trabalho. A proposta foi aprovada por aclamação. Porém, no dia seguinte, surgiu um debate entre ativistas do movimento sobre a ideia de participar no 1º de maio para mostrar solidariedade aos trabalhadores em greve. Alguns argumentavam que o movimento homossexual não devia participar, pois esta atuação desviava os objetivos dos grupos, que deveria apenas focar em demandas diretamente relacionadas à sua discriminação. Outros insistiram em uma participação no 1º de maio, pois entenderem que os sindicatos em greve estavam

enfrentando a política salarial e sindical do regime autoritário. Qualquer medida para enfraquecer a ditadura beneficiava a possibilidade de conquistar a democracia, argumentavam alguns, e uma possível expansão dos direitos de gays, lésbicas e travestis, pois as lutas estavam interrelacionadas.

Depois de um debate intenso, a assembleia votou por 54 a 53 para não participar no primeiro de maio em São Bernardo do Campos.

Fonte: Acervo do autor



Somos: Grupo de Afirmação Homossexual participando no Dia da Consciência Negra, o 20 de novembro de 1979 frente ao Teatro Municipal no centro de São Paulo

Fonte: Acervo do autor



Ativistas gays e lésbicas de São Paulo no 1º de maio de 1980 durante a greve geral em São Bernardo dos Campos

Para evitar uma briga dentro do Grupo Somos, cujos membros se polarizavam sobre a questão, a maioria resolveu participar com o nome Comissão de Homossexuais pró-1º de maio. Com a cidade cercada pelo II Exército e em estado de sítio, cerca de 50 ativistas homossexuais marcharam pelas ruas de São Bernardo do Campo, junto com milhares de outros, unidos em comemoração ao Dia Internacional. Carregavam uma faixa que declarava “Contra a discriminação do/a Trabalhador/a Homossexual.” Quando o grupo entrou no estádio de futebol da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, foi ovacionado por milhares de participantes.

Durante o ato público no Estádio da Vila Euclides, distribuíram um panfleto para explicar a sua participação no dia dos trabalhadores.⁵ “Entendemos que a abertura foi esboçada no Brasil a partir de 1977 devido, em grande parte às grandes mobilizações dos estudantes e trabalhadores, principalmente os metalúrgicos do ABC que lutaram contra a política econômica do governo e

⁵ GREEN, J. Abaixo a repressão mais amor e mais tesão: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Revista Acervo*. V. 27, n. 1, p. 53-82, jan.-jun. 2014.

patrões.” Ecoava o argumento dos editores de *Lampião*: “Este espaço conquistado estimulou outros setores oprimidos da sociedade: negros, mulheres e homossexuais começar a se organizar e lutar contra a opressão constante que sofrem numa sociedade machista e racista.” Também levantavam pela primeira vez a questão sobre a discriminação de gays e lésbicas no trabalho. Apontaram a discriminação que trabalhadores homossexuais sofrem: “na fase de admissão (entrevistas, testes psicológicos, etc.); na fase de promoção: quando se descobre que o homossexual é impedido de ser promovido; no dia-a-dia: quando descoberto, o homossexual tem que produzir mais e melhor sob pena de ser despedido a qualquer pretexto.”⁶

Estas duas iniciativas de forjar alianças e mostrar solidariedade com outros setores sociais foram pioneiras e uma parte importante da história do movimento LGBT nos seus primeiros anos de ativismo.

⁶ COMISSÃO DE HOMOSSEXUAIS PRO-1º DE MAIO. Contra a intervenção nos sindicatos do ABC. Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual. 1 de maio de 1980.

Referências

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 0, abr. 1978, p. 2.

GREEN, James. Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Caderno Pagu*, v. 15, p. 271-296, 2000.

_____. Abaixo a repressão mais amor e mais tesão: uma memória sobre a ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura. *Revista Acervo*. V. 27, n. 1, p. 53-82, jan.-jun. 2014.

SOMOS-GRUPO DE AFIRMAÇÃO. Moção de apoio ao Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial. 20 de nov. 1979.

[[Volta ao Sumário](#)]



O GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA – GALF E OS ENCONTROS BRASILEIROS DE HOMOSSEXUAIS – EBHO

Marisa Fernandes¹

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada. É ativista lésbica feminista e foi cofundadora dos Grupos: *Lésbico Feminista – LF* em 1979, do *GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista*, em 1980 e do *CFL – Coletivo de Feministas Lésbicas*, em 1990.

No ano de 1979, eu cursava História na USP quando lá aconteceu uma semana de Debates sobre Minorias. No dia oito de dezembro da referida semana, a discussão foi com os homossexuais. A mesa foi composta por integrantes do Grupo SOMOS/SP. No término, perguntamos dia, local e hora em que o SOMOS se reunia. O SOMOS era integrado só por gays, e, em fevereiro de 1979, as lésbicas entraram para aquele grupo. Em abril, as lésbicas do SOMOS escreveram para o *Jornal Lampião* uma matéria sobre a vivência lésbica, que foi publicada em maio.

Nossos companheiros gays eram muito machistas e preconceituosos com as mulheres, então tínhamos que enfrentar esse problema. Organizamos um subgrupo só de lésbicas para combater o machismo, a lesbifobia e refletir sobre feminismo dentro do SOMOS, bem como junto ao movimento feminista e a sociedade. Assim, surgiu o primeiro grupo organizado de lésbicas no Brasil, o *LF*. O caráter do subgrupo era de atuação. O nome era Grupo de Atuação Lésbico Feminista, mas ele sempre

foi reconhecido apenas como LF. Algumas lésbicas do SOMOS permaneceram no grupo misto e outras no LF.

Nós iniciamos o LF sem experiência organizativa, só tínhamos a potencialidade do nosso discurso sobre o desejo, o prazer sexual, a visibilidade e o direito à existência lésbica e à subversão da heterossexualidade obrigatória, tornada heteronorma. O LF foi um grupo de conscientização e luta, no qual as lésbicas decidiram enfrentar a invisibilidade, a repressão e combater a dupla discriminação sofrida por ser mulher e lésbica. Nele nós discutíamos nossas vivências, de modo a desenvolver processos de afirmação e fazer com que a dominação e a opressão dentro dos casais de lésbicas não se repetissem. Na busca por mudar as relações entre mulheres e transformar muitas vidas, as integrantes do LF tinham consciência de que concretizar estes desafios seria um caminho longo e árduo.

O LF teve uma atuação intensa, através de entrevistas, participando de debates e de encontros e de eventos homossexuais e feministas. Dentro do movimento feminista, nós enfrentamos violentas discriminações das lideranças do movimento popular de mulheres, que consideravam as demandas lésbicas e das feministas como específicas e que não interessavam à luta maior pela revolução e contra a ditadura. Por outro lado, as feministas achavam o nosso discurso muito radical. As relações eram conflitivas.

Em maio de 1980, o Delegado Richeti/SP iniciou a “operação limpeza”, na

qual a polícia empreendeu ações de prisão, tortura e extorsão contra prostitutas, travestis, gays, lésbicas e pessoas negras, pobres e desempregadas. As lésbicas do LF, juntamente com os Movimentos Negro, o de

O LF foi um grupo de conscientização e luta, no qual as lésbicas decidiram enfrentar a invisibilidade.

Homossexuais e o Feminista, realizaram um Ato Público, que foi seguido de uma passeata, em que as lésbicas carregaram suas duas faixas: *Pelo Prazer Lésbico* e *Contra a Violência Policial*. Esse evento político se configurou como a primeira passeata LGBT da cidade de São Paulo.

O LF, no dia 17 de maio de 1980, se retirou de forma definitiva do Grupo SOMOS. O que fizemos foi apenas tornar pública uma situação que já havia de fato, a autonomia do LF. Mudamos o nome do grupo de atuação lésbico feminista para *Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF*, só que agora, tudo no feminino.

Em outubro de 1980, o GALF enfrentou conflitos internos que resultaram em um “racha” e no seu esvaziamento, voltando a crescer a partir de março de 1981. O GALF, em 1981, lançou, de forma experimental, o número zero do seu jornal *ChanacomChana*, mas foi em janeiro de 1983 que foi lançado o nº 1, agora identificado como Boletim *ChanacomChana*, que existiu de 1981 a 1987, quando foi publicada a sua última edição, a de número 12.

Nós vendíamos o *ChanacomChana* em bares e boates de lésbicas. Uma noite, em 1983, o dono do *Ferro's Bar*, de intensa frequência lésbica, proibiu a entrada do grupo e a venda do nosso Boletim. As lésbicas do GALF, lideradas pela ativista

Rosely Roth, juntamente com muitas parcerias estabelecidas, invadiram o *Ferro's* no dia 19 de agosto. Como houve cobertura da imprensa e polícia, o dono liberou a venda do *ChanacomChana*. Esse ato político de resistência é um marco histórico do movimento de lésbicas no Brasil. Em homenagem a Rosely Roth, a partir de 2003, na data 19 de agosto, celebra-se em São Paulo o Dia do Orgulho Lésbico.

Na segunda fase do GALF, entre 1985 e 1989, os trabalhos do grupo passaram a ser voltados apenas para as lésbicas organizadas ou independentes. O GALF

alcançou grande divulgação na mídia e o grupo tornou-se conhecido nacionalmente, o que resultou no recebimento de cartas de todo Brasil, estreitando laços e rompendo o isolamento de muitas lésbicas brasileiras.

No ano de 1989, o GALF deixou de existir. O primeiro grupo de lésbicas no Brasil teve duração de 10 anos, com ações ininterruptas. Suas lutas e resistências foram contra as ordens estabelecidas de exclusão, violências e discriminação, que atingem as lésbicas de uma maneira distinta das experiências de outras mulheres.



Fonte: Acervo da autora

LIBERDADE DEMOCRÁTICA

I Encontro Brasileiro de Homossexuais, ocorrido em São Paulo no mês de abril de 1980, onde as lésbicas do LF aparecem votando em assembleia daquele evento. Foto de Cristina Calixto

Três *Encontros Brasileiros de Homossexuais* – *EBHO* foram significativos para as lésbicas de todos os Estados brasileiros. O *I EBHO* aconteceu em abril de 1980, em São Paulo. Nele, as lésbicas do *LF* tiveram participação intensa.

Em dezembro/79, na reunião preparatória, a Teca, foi dirigente da mesa de

trabalhos. A Alice, além de conseguir o local que comportasse 200 pessoas, para a realização de dois dias do evento, foi também a coordenadora da Segurança do Encontro. As lésbicas do *LF* participaram de todas as comissões e registraram em fotografias as imagens daquele Encontro.



Fonte: Foto de Cristina Calixto. Acervo da autora

O *LF* compareceu com 20 lésbicas, com posicionamentos tomados sobre os 08 temas da programação. O debate do tema “*a questão lésbica, machismo e papéis sexuais*” foi o que atraiu o maior número de participantes: 71 pessoas.

O VII EBHO, também em São Paulo, em 1993, contou com grande participação de lésbicas. Nele, elas exigiram que o nome do EBHO fosse alterado para *Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas* e conseguiram aprovar a paridade de gays e lésbicas em todas as instâncias nacionais do Movimento LGBT.

MESA DE DEBATES - I ENCONTRO BRASILEIRO DE HOMOSSEXUAIS

I Encontro Brasileiro de Homossexuais, ocorrido em São Paulo no mês de abril de 1980. A mesa é composta pelas ativistas lésbicas do *LF*, Wilminha, Wilma Maria Monteiro (já falecida) e Miriam Martinho, da coordenadora da mesa a escritora Leila Mícolis, do Grupo SOMOS/RJ, do Claudio Rodrigues, ativista gay do Grupo Libertus/ Guarulhos/SP (já falecido) e de Zezé Melgar, do SOMOS/SP (já falecido).

Quando, em 2001, aconteceu em Maceió o X EBGL, como a paridade de lésbicas nunca havia sido cumprida, nós reivindicamos uma cota de 30% e também exigimos a presença de, pelo menos, uma lésbica em cada mesa programada nos eventos, para discutir e expor nossos pontos de vista sobre temas como educação, saúde, violência, habitação e direitos. Concluindo, constata-se que as lésbicas organizadas lutaram para que ações verdadeiramente capazes de garantir a visibilidade lésbica fossem assumidas pelos movimentos

heterofemistas e de LGBT. Contudo, sem obter apoio real, elas construíram seus próprios espaços, como o surgimento, em 1996, do SENALE, hoje SENALESBI, Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, e, a partir de 2003, a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Neste ano de 2018, acontecerá o X SENALESBI em Salvador/BA, e em São Paulo, no dia 01 de junho, aconteceu a VXI edição da Caminhada Lésbica. Outro avanço é o Seminário Nacional de Lésbicas Negras, cuja terceira edição será na Paraíba.

Fonte: Acervo da autora



**GRUPO DE
21 ATIVISTAS LÉSBICAS**

VII Encontro Brasileiro de Homossexuais - EBHO, ocorrido em Cajamar/SP, no ano de 1993. Na foto, estão as 21 lésbicas que participaram do Encontro que reuniu 56 ativistas gays e lésbicas. Foto de Alice Oliveira.

[Volta ao Sumário]



FOTO-REPORTAGEM SOBRE O GRUPO GAY DA BAHIA (GGB)

Luiz Mott¹

¹Um dos fundadores do movimento LGBT brasileiro, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1968), mestrado em Etnologia pela Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1971), doutorado em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1975). Atualmente é professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência na área de Antropologia e História, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras e História das Religiões, atuando principalmente nos seguintes temas: inquisição, homossexualidade, aids, homofobia e direitos humanos.



Fonte: Acervo do autor

1979: Luiz Mott, há poucos meses vivendo em Salvador, e seu companheiro, Aroldo Assunção, contemplavam discretamente o pôr do sol no Farol da Barra, quando um homófobo inesperadamente deu um bofetão na cara de Mott. Foi o alerta para a necessidade inadiável de fundar um grupo de defesa dos homossexuais seguindo o exemplo dos recém fundados grupos Somos de São Paulo e Rio de Janeiro.

E atenção, gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados. Participem de um grupo de discussão sobre homossexualismo. Para maiores informações, escrevam para Luiz Mott: Rua Milton de Oliveira, 114, 40000, Salvador, Bahia.

Janeiro 1980, o jornal O Lampião da Esquina pública a “certidão de nascimento” do GGB.



Aos 29 de fevereiro de 1980, ocorre a reunião de fundação do GGB, Grupo Gay da Bahia, presentes 17 homossexuais baianos: universitários, jornalistas, professores. Realizamos então diversas pichações pelas ruas de Salvador dando notícia de nossa existência.



Na época gays e travestis eram constantemente presos na rua e trancafiados na Delegacia de Jogos e Costumes, obrigados a realizar trabalho escravo de faxina. Diversas vezes o GGB liberou LGBT dessas prisões arbitrárias.



Fonte: Acervo do autor

Fonte: Acervo do autor



A primeira atividade pública do GGB foi uma campanha de atendimento médico-social às travestis do Pelourinho. Um médico membro do GGB consultou dezenas de travestis, fornecendo-lhes requisição para exames de DST. No Dia 13 de maio de 1980 deu-se a primeira aparição do GGB num ato público do Movimento Negro Unificado em protesto contra a falsa abolição.

1981: na Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizada no campus da UFBA, o GGB realizou grande ato público num circo lotado, com a participação de Abdias Nascimento e lideranças gays e lésbicas de outros estados, incluindo fala da militante paulista Rosely Roth, do Grupo Lésbico Feminista. Instalamos uma barraca para furar orelha de homens - grande novidade revolucionária na época, questionando a rigidez dos papéis de gênero. Homófobos enviaram cartas à organização da SBPC ameaçando soltar bomba no local em reação à militância homossexual. Iniciamos nesta ocasião a campanha nacional pela despatologização da homossexualidade, entregando em mãos do Ministro do INAMPS o abaixo assinado contra o parágrafo 302.0 da Classificação Internacional de Doenças que considerava "o homossexualismo como desvio e transtorno sexual".



1982: Luiz Mott (barbudo) discursa ao lado de Lula no primeiro comício no lançamento do PT em Salvador.



1984: O GGB comemora o “Ano Gay”, com a apresentação na Praça Castro Alves de peça teatral denunciando o “martírio homossexual” capitaneado por Igreja e Família.



1991: desde a publicação do primeiro Boletim do GGB, em 1981, o Grupo Gay da Bahia iniciou a construção de um banco de dados sobre assassinatos de LGBT no Brasil, contando atualmente com mais de 7 mil registros disponíveis em <https://homofobiamata.wordpress.com/>. Realizamos diversas audiências públicas denunciando esse cruel “homocausto” que faz do Brasil o campeão mundial de crimes de ódio. Na foto, na Câmara Municipal de Salvador, diversos parlamentares, incluindo a Deputada carioca Heloneida Studart.



1985: a maior vitória do Movimento Homossexual Brasileiro: o Conselho Federal de Medicina declara sem efeito no Brasil a classificação da homossexualidade como patologia. Vitória capitaneada pelo GGB, contando 16 mil assinaturas (numa época sem internet!), incluindo 1 governador e 1 vice-governador, 2 prefeitos, 1 senador, 14 deputados federais, 120 deputados estaduais, 149 vereadores, além de personalidades como Zezé Mota, Cacá Diegues, Ruth Escobar, Dina Sfat, Gabeira, Fernando Henrique e Ruth Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro, Raimundo Faoro, Eduardo e Marta Suplicy, etc. Em 1999 o GGB novamente liderou a campanha contra a “cura gay”, levando o Conselho Federal de Psicologia a proibir terapias de “recuperação” de LGBT.

O GGB realizou diversas “mareatas” no dia 28 de junho, na Bahia de Todos os Santos, em lembrança do 1º Governador Gay da Bahia, Diogo Botelho, denunciado à Inquisição, construtor do belo Forte São Marcelo (1607).



Fonte: Acervo do autor



O GGB foi a primeira ONG gay a se registrar como sociedade civil defensora dos direitos dos LGBT e a ser reconhecida como Utilidade Pública Municipal. Desde 1982 iniciamos campanhas de prevenção da AIDS, fundando o Centro Baiano Anti-Aids e Associação de Travestis de Salvador, Grupo Lésbico da Bahia, o Grupo Vida Feliz de Portadores de HIV-Aids e o Fórum Baiano de ONGs Aids. Distribuimos mais de 3 milhões de camisinhas seja em atividades públicas, seja na nossa sede, no Pelourinho, à Rua Frei Vicente, 24.

[Volta ao Sumário]



¹ Doutor em Sociologia (PPGS/UFS), professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema da Universidade Federal de Sergipe.

² Doutora em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), professora do Núcleo de Graduação em Educação em Ciências Agrárias e da Terra/Sertão e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe.

³ Doutora em Educação (PPGEDU/UFRGS), professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

⁴ Tradicional instituição escolar pública em Aracaju, criada na segunda metade do século XIX, e celeiro intelectual sergipano. Na segunda metade do século XX, o movimento estudantil desta escola gestou importantes ativistas políticos da esquerda local.

⁵ Termo utilizado na época para a denominação de artistas com identidades trans.

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE: DESMUNHECAÇÃO E LUTA CONTRA O HIV/AIDS NA DÉCADA DE 1980

Marcos Ribeiro de Melo¹

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa²

Michele de Freitas Faria de Vasconcelos³

No ano de 1980, o jornal paulistano *Lampião da Esquina* passou a ser divulgado e comercializado em Aracaju por um jovem operador de fotocópia e atendente em um cartório na capital, chamado Wellington Andrade. Seu contato com o jornal estabeleceu-se numa de suas participações, como estudante secundarista do Colégio Atheneu Sergipense⁴, em uma das reuniões da Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC), ao final da década de 1970. O lançamento da revista aconteceu no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, com a presença da transformista⁵ baiana Suzana Vermont (figuras 1 e 2), personagem da noite soteropolitana naquele período, e de jovens estudantes interessados nos efeitos da incipiente abertura democrática na política brasileira, ainda submetida ao regime militar daquele período.

Fonte: Acervo pessoal de Wellington Andrade.



Figura 1 - Lançamento do “Lampião da Esquina” em Aracaju em 1980 (DCE/UFS)

Fonte: Acervo pessoal de Wellington Andrade



Figura 2 - Wellington Andrade e Suzana Vermont no lançamento do “Lampião da Esquina” em Aracaju

¹ O grupo era composto por amigos que haviam se conhecido em pontos de Aracaju frequentados por gays no início da década de 1980 (Praça Fausto Cardoso, Sorveteria Yara, banho doce na Praia de Aruana e Praia da Atalaia Nova).

A exposição do nome de Andrade e de seu endereço no folhetim, como divulgador em Sergipe, resultou na vinda a Aracaju do presidente e fundador Grupo Gay da Bahia (GGB), Luiz Mott, com a proposta de criação de uma organização, dentro dos mesmos moldes, em Aracaju. Andrade se reuniu a uma rede de amigos¹ em sua residência, localizada em uma vila no centro da cidade, e fundou, no dia 14/03/1981, o Grupo Dialogay de Sergipe (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981).

Lutava-se, naquele momento, pela visibilidade social da homossexualidade para além das páginas policiais, dos diagnósticos médicos e dos momentos de

festividade, como o carnaval. Isto se refletia nos debates propostos pelo grupo e podia ser verificado nas publicações da associação. Imagens andróginas apareciam nesta época, ilustrando boletins informativos, além de frases como “procuramos a nossa liberdade”, ou, ainda, reinventando o famoso verso de Hamlet

Lutava-se, naquele momento, pela visibilidade social da homossexualidade para além das páginas policiais.

com “ser ou não ser homossexual, eis a questão” (figuras 3, 4 e 5). Esse aparato questionador sobre a identidade política homossexual também podia ser visto na estética adotada pelos integrantes do grupo, que, naquela época, incluía o uso de brincos, cabelos compridos e coloridos (MELO, 2013).

Fonte: Arquivo Grupo Dialogay de Sergipe



Figura 3 - Boletim informativo do “Grupo Dialogay de Sergipe” - 1982

Figura 4 - Boletim do Grupo Dialogay de Sergipe - “Ser ou não ser homossexual, eis a questão” - 1982



Fonte: Arquivo do Grupo Dialogay de Sergipe

Segundo MacRae (2011), os comportamentos de desmunhecação e escândalo, em alguns momentos até mesmo de violência, foram adotados tanto por grupos gays nos Estados Unidos quanto na Europa no final da década de 1960, depois do aparecimento do movimento hippie, de contracultura e dos eventos em Paris de 1968. “Assumir-se” era a palavra de ordem, no início da década de 1980, na mobilização homossexual também no Brasil.

Em Aracaju, a utilização destes comportamentos é confirmada por Rosa (2005), que aponta, no início da década de 1980, a utilização do slogan “É legal ser homossexual” pelo Dialogay, como estratégia de valorização da “prática homossexual”, com a “perspectiva de assumir-se em público, através de trejeitos, roupas e adereços, ou o simples ato de colocar um brinco na orelha, como uma espécie de transgressão e/ou ato de auto-afirmação” (ROSA, 2005, p. 23).

Entretanto, a segunda metade da década de 1980 apresentou mudanças nos cenários mundial



Fonte: Arquivo do Grupo Dialogay de Sergipe

e brasileiro da mobilização homossexual em função da epidemia do HIV/AIDS, que modificou as vidas dos homens gays, suas crenças sobre o sexo saudável, seu orgulho identitário e suas organizações políticas e culturais (ARMSTRONG, 2002). O HIV/AIDS não destruiu o movimento homossexual, muito pelo contrário, a epidemia exigiu que o movimento se reestruturasse para sobreviver às mudanças suscitadas pela nova realidade.

Em parte por causa dos estigmas relacionados à epidemia do HIV/AIDS e a todo o sofrimento causado, a epidemia foi profícua no que tange à produção e à visibilidade das identidades políticas homossexuais. O HIV/AIDS não só provocou mudanças no campo da saúde, mas também gerou modificações nos movimentos sociais, deu maior visibilidade às questões relacionadas à sexualidade e agregou diversos setores sociais em prol do combate à epidemia, na busca de respostas eficazes e

na produção de conhecimento, como os governos, pesquisadores, organizações não-governamentais, agências de cooperação nacionais e internacionais.

A primeira notificação de soropositividade em Sergipe, em 1987, e a criação de um Programa Estadual DST/AIDS, no mesmo ano, tornaram estreitas as relações do Dialogay com a Secretaria de Saúde do Estado. No mesmo ano, a associação em conjunto com o Grupo Gay da Bahia, o BEMFAM e o Movimento de Libertação Homossexual realizaram o “1º Seminário sobre DST e AIDS no Estado de Sergipe”, durante dois dias (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1987).

O vínculo do grupo com a Secretaria de Saúde do Estado se tornou cada vez mais estreito através do médico sanitaria Almir Santana, que se tornaria Coordenador Estadual do Programa de Combate ao HIV/AIDS, e que começara a realizar trabalhos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) em bairros periféricos em Aracaju, em 1985, notabilizando-se, com reconhecimento nacional, como um dos principais personagens no combate à doença.

Quando o vírus começou a se proliferar no estado de Sergipe, segundo o médico, todos os casos eram de homossexuais masculinos. O perfil epidemiológico só se modificou na década de 1990, quando mulheres e homens heterosse-

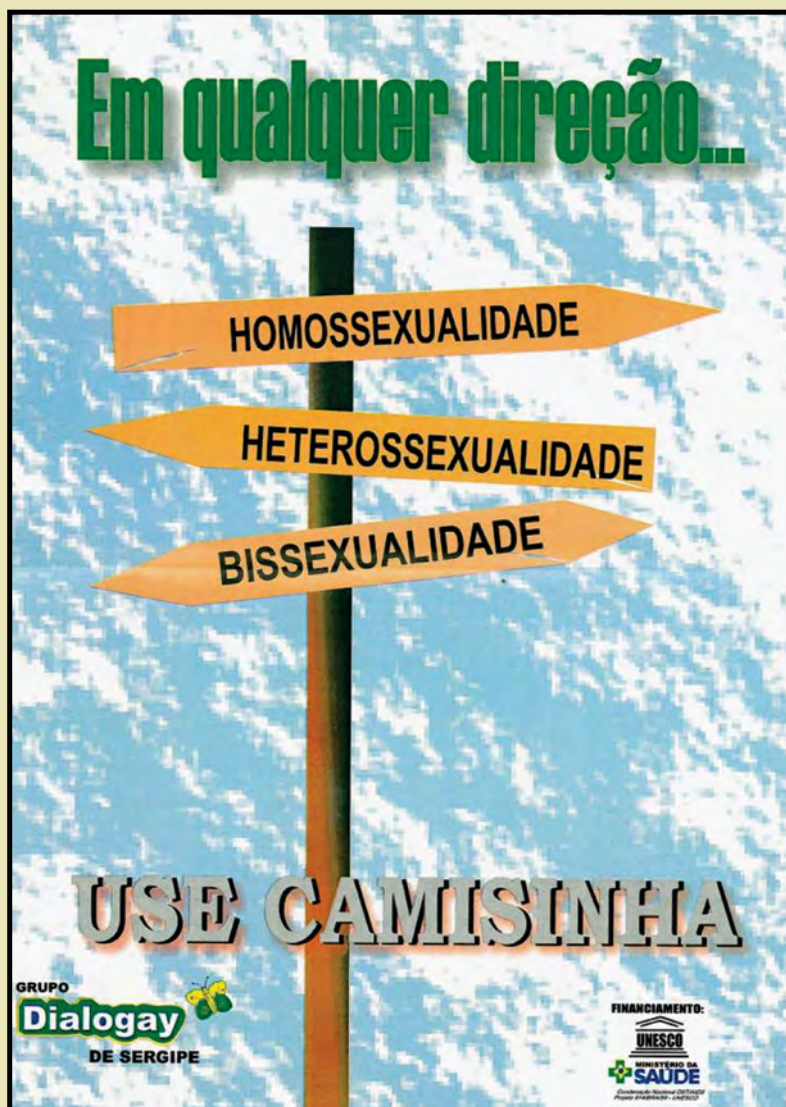
xuais passaram a ser vitimados (COSTA, 2012). Ainda de acordo com o sanitaria, as ações do Grupo Dialogay precederam às ações do Estado.

As relações do grupo com o médico caracterizaram-se como uma nova oportunidade política para o fortalecimento da associação e da nova luta (ver figura 6). Os lucros da aliança e da rede que se estabeleceu tiveram uma via dupla, pois, na medida em que o grupo possibilitava ao médico o contato com um público com o qual talvez não tivesse acesso tão facilmente, o grupo se beneficiava com a credibilidade e legitimação à sua causa proporcionada pelo médico, valendo-se da autoridade social da medicina.

Diante do crescente número de casos em Sergipe, principalmente afetando os homossexuais e bissexuais, o

presidente do Dialogay criou, em 1989, como extensão da associação, o Comitê de Apoio às Vítimas da AIDS (Coavita), do qual era vice-presidente. Neste mesmo período, deu-se início ao acompanhamento das “Vigílias Internacionais em Solidariedade às Vítimas da AIDS” como uma das atividades do comitê. As vigílias contavam com uma rede de relações entre Prefeitura Municipal de Aracaju, suas secretarias, grupos de teatro e folclore, BEMFAM, artistas plásticos, músicos e cantores.

O HIV/AIDS não só provocou mudanças no campo da saúde, mas também gerou modificações nos movimentos sociais.



Fonte: Arquivo pessoal José Marcelo Domingos

Figura 6 - Campanha de combate ao HIV/AIDS do Dialogay de Sergipe - início da década de 2000.

Para os militantes, no entanto, o grupo encontrava-se dividido entre a “causa do combate ao HIV/AIDS” e a “causa identitária”. Segundo Rosa (2005, p. 26), a criação do Programa Estadual DST/AIDS em Sergipe “levou a entidade a se dividir entre a militância na defesa dos homossexuais e a proposta de barrar o avanço do HIV”, sendo o grupo, segundo ele, incapaz de criar uma linha de ação clara. Contudo, parece mais coerente afirmar que o Dialogay não se afastou das questões relativas à defesa dos

“direitos dos homossexuais” ao final da década de 1980. Por trás das propostas vinculadas ao combate e prevenção do HIV, a militância não se furtava em realizar manifestações e ações de combate à violência contra os homossexuais (ver figura 7), ou, ainda, de afirmação identitária, a exemplo de atividades como os concursos de beleza e a inauguração de uma rua, em um bairro da zona sul da capital, nomeada “28 de junho”, alusiva ao “Dia Internacional do Orgulho Gay”.



Fonte: Arquivo Grupo Dialogay de Sergipe

Figura 7 - Cartaz comemorativo dos 10 anos do "Grupo Dialogay de Sergipe" (1991) - Campanha de combate à violência anti-gay.

Referências

ARMSTRONG, Elizabeth. *Forging gay identities: organizing sexuality in San Francisco, 1950-1994*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. *Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça*, 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE. Aracaju. *Ata de reunião realizada dia 14 de março de 1981*. Livro de Ata 1, p. 1-3.

GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE. Aracaju. *Ata de registro do “1º Seminário sobre DST e AIDS no Estado de Sergipe” realizado nos dias 25 e 26 de fevereiro de 1987*. Livro de Ata 1, p. 29.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro. *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011, p. 21-35.

MELO, Marcos Ribeiro de. *Itinerários e “lutas”*: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

ROSA, Gilvan dos Santos. *Terceiro Setor: um estudo no Grupo Dialogay de Sergipe*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005. (monografia de Especialização no Terceiro Setor e Políticas Públicas).

[Volta ao Sumário]



TROCANDO HISTÓRIAS, FAZENDO PONTES: ESCRITAS E REDES NA IMPREENSA LÉSBICA BRASILEIRA

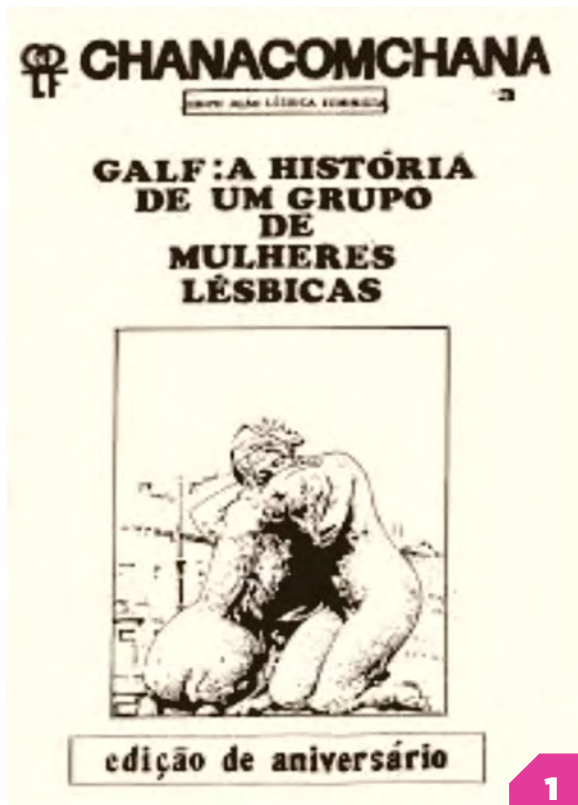
Carolina Maia¹

¹ Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ).

² Cf. Péret (2011), Cardoso (2004).

³ Maia (2017).

A foto que este texto acompanha nem de longe constitui uma representação exaustiva das publicações lésbicas que circularam periodicamente no Brasil – ou, dito de outra forma, da imprensa lésbica brasileira. Outras pesquisadoras das imprensas feminista e LGBT no país² ressaltam a dificuldade de acessar estes materiais, muitas vezes presentes apenas em acervos pessoais e não raro perdidos por suas realizadoras. Esta foto, que representa um acervo físico coletado pela autora ao longo de pesquisa anterior³, é um recorte possível desses 37 anos de história, que os parágrafos abaixo procuram delinear. Algumas publicações lésbicas brasileiras de caráter periódico:



Fonte: Imagens retiradas da internet

1 ChanaComChana (boletim, 1982-1987, SP) | 2 Um Outro Olhar (boletim, 1987-1994, e revista, 1995-2002, SP) | 3 Revista Brejeiras (2018-, RJ) | 4 Alternativa L (2013-, SP).

As primeiras publicações almejadamente periódicas feitas por e para lésbicas no Brasil surgiram em janeiro de 1981. Mas o marco fundante dessa história – não só das publicações lésbicas brasileiras, mas do movimento lésbico no Brasil mesmo – data de quase dois anos antes, de meados de 1979, quando mulheres ligadas aos grupos “Somos” e “Eros”, de São Paulo, foram chamadas para escrever um especial sobre lésbicas para o *Lampião da Esquina*. Era a primeira vez, no Brasil, que mulheres se reuniam para escrever coletivamente sobre sua homossexualidade, e, a partir desse encontro, elas começaram a perceber que eram necessários mais espaços para pensar as especificidades de suas identidades, práticas e vivências⁴. A partir dali, ativismos e escritas de lésbicas seguiriam se entrelaçando e se estimulando mutuamente, através da circulação de boletins e revistas em diversos pontos do Brasil e também internacionalmente.

⁴ Cf. MacRae (1990) e Simões e Facchini (2009).

Anos 1980: *Iamuricumá*, *ChanaComChana* (jornal e depois boletim), *Amazonas*, *Xerereca*, *Um Outro Olhar*. Anos 1990: *Um Outro Olhar* (boletim, da virada dos anos 1980-90, e posteriormente revista, a partir de meados dos 1990), *Ousar Viver*, *Femme*, *GEM*, *Deusa Terra*, *Lesbéticas*, *Ponto G*, *Boletim Folhetim*, *Visibilidade* (estendendo-se à década seguinte). Anos 2000: *Informativo da LBL/Sul*, *O L*, *Sobre Elas*. E nos últimos cinco anos, duas revistas se somam à listagem: *Alternativa L* e *Brejeiras*, ambas atualmente em circulação. São quase quatro décadas de produção, cuja periodicidade, geralmente irregular, foi mantida graças aos investimentos – pessoais, políticos e financeiros – das mulheres que os realizaram e realizam. Uma marca das publicações periódicas no Brasil é sua produção por grupos ligados aos ativismos feministas e LGBT, frequentemente institucionalizados no formato ONG, em especial a partir dos anos 1990. Vendidas em bares e eventos frequentados por lésbicas ou enviadas pelo correio, estas publicações, em sua maioria, foram feitas de maneira artesanal, muitas vezes através de montagens ao estilo recorta-e-cola, e reproduzidas por fotocópias. Sua produção contava com colaborações de leitoras e assinantes, tanto na produção de conteúdos originais quanto através do compartilhamento de textos assinados por outros grupos (nacionais e internacionais) ou recortes de jornais e revistas de grande circulação.

Colaboração e periodicidade, nesses casos, estavam intimamente ligadas: de uma publicação periódica – um

jornal, um boletim, uma revista –, espera-se que volte a circular. Nesta aposta, uma relação se cria: espera-se que a próxima edição chegue, envia-se uma reflexão, um poema, uma notícia que se julga de interesse de outras leitoras. Nisso, essas mulheres viam uma oportunidade de contar suas próprias histórias, de elaborar narrativamente suas experiências junto a outras lésbicas.

Dessa forma, os grupos produtores destes tipos de publicação agiam como *hubs*: como nós centrais que recebiam e processavam informações, e os redistribuíam pelo restante da rede.

Mais do que isso, essas páginas serviam como formas de estender o alcance de cada rede para novos horizontes. O boletim *Um Outro Olhar*, por exemplo, disponibilizava listas de publicações (de outros grupos de feministas e lésbicas no Brasil e no exterior) recebidas por seu grupo, para que as leitoras associadas ao coletivo pudessem solicitar cópias. A revista *Femme* compartilhava conteúdos de sua

inspiração portuguesa, a revista *Organa*, e trazia sempre em sua última página uma lista de endereços de outros grupos gays e lésbicos no Brasil. O boletim baiano *Ponto G* e o carioca *Visibilidade* informavam as agendas de eventos de seus grupos (GLB e COLERJ, respectivamente) e indicavam circuitos de frequência lésbica nas noites de suas cidades. Conhe-

cer outras mulheres que se relacionassem sexual e afetivamente com outras mulheres também era uma possibilidade graças a seções de anúncios pessoais para correspondência, como o *Troca-Cartas*

(*ChanaComChana; Um Outro Olhar*), *Correio Sentimental (Femme)* e *Pomba-Correio (Visibilidade)*. Atualmente, a *Brejeiras* publica o *ClassiSapa*, de anúncios profissionais, também como uma forma de fomentar alianças entre mulheres lésbicas. No século em que se anuncia a morte dos impressos, a publicação de periódicos continua sendo uma aposta nas redes entre lésbicas. Vida longa a elas!

Essas mulheres viam uma oportunidade de contar suas próprias histórias, de elaborar narrativamente suas experiências junto a outras lésbicas.

Referências

MAIA, Carolina. *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: da militância ao consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

[Volta ao Sumário]



O PROTESTO CONTRA O DELEGADO RICHETTI EM SÃO PAULO

Júlio Assis Simões¹

¹ Júlio Assis Simões é professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e pesquisador-líder do NUMAS – Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença.

Por volta de maio de 1980, as polícias civil e militar de São Paulo começaram uma ação conjunta no centro da cidade, que ficou conhecida como “Operação Rondão” ou “Operação Limpeza”. Seu objetivo era expulsar frequentadores noturnos de certas áreas centrais circundadas por prédios de classe média e algum comércio sofisticado, como o Largo do Arouche e a avenida Vieira de Carvalho, que então concentravam a movimentação noturna homossexual. Travestis, prostitutas, “pederastas”, “maconheiros”, “trombadinhas” e “desocupados” eram os alvos principais.

À frente dessa cruzada moralista, apoiada por boa parte de comerciantes e moradores da vizinhança, assim como pela grande imprensa paulistana, estava o delegado José Wilson Richetti, que já havia obtido notoriedade alguns anos antes, ao comandar operação parecida contra áreas de prostituição na cidade. A polícia dava batidas incertas, detinha para averiguação todas as pessoas consideradas suspeitas, mesmo com documentos em ordem, enquadrava por vadiagem outras tantas e não poupava violência e brutalidade, especialmente contra

travestis e prostitutas. Em poucas semanas, como efeito da operação policial, homossexuais foram obrigados a se retirar das ruas e se concentrar em boates e outros estabelecimentos fechados.

A reação à “Operação Limpeza” acabou por produzir a maior ação coletiva pública do movimento homossexual até então. Num notável esforço de superação das divergências que, pouco antes, haviam dilacerado o Somos, o principal grupo militante da época, o movimento conseguiu articular uma rede de alianças com feministas, estudantes e o movimento negro, além de atrair o apoio de alguns deputados do recém-criado PT, para organizar uma campanha contra a violência policial e promover um ato público. Ao cair da tarde de uma sexta-feira, 13 de junho de 1980, algumas centenas de pessoas reuniram-se nas escadarias do Theatro Municipal, a Convergência Socialista levou suas faixas, e dali resolveram sair em inusitada passeata que percorreu ruas do centro, acompanhada de perto pela polícia, mas sem ser molestada.

A passeata seguiu pela avenida São João, passou pelo Edifício Século XX, na praça Júlio Mesquita, onde recebeu acolhida e adesão de várias prostitutas, e desembocou no Largo do Arouche. Ao longo do percurso, manifestantes foram adaptando

Nessa surpreendente convergência de transgressão e protesto, ainda em plena ditadura militar, podemos reconhecer muito do que hoje se discute sobre corpo, emoção e performance na ação coletiva.

palavras de ordem conhecidas e inventando outras, no calor da hora, numa sucessão de frases hilárias e preciosas. “Arroz, feijão, abaixo a repressão” logo variou para “Amor, tesão, abaixo o camburão”.

Era um bando insólito de gente alegre, desfilando pelas ruas do centro de São Paulo, entre abraços, beijos e muita desmunhecação, entoando refrãos como: “Agora, já, queremos é fechar”; “ABX, libertem os travestis”; “Lutar, vencer, mais amor e mais prazer”; “Um, dois, três, Richetti no xadrez”; “Richetti enrustida, deixa em paz a nossa vida”, “Richetti é louca, ela dorme de touca”. Feministas puxaram o coro “Somos todas putas!”, acompanhado por todos os participantes. O público ao redor reagia com curiosidade e diversão. A única agressão registrada foi com um grampeador, lançado do alto de um prédio, que felizmente não chegou a ferir ninguém.

ATO PUBLICO
Um grupo de entidades programou para as 18h30 de hoje, diante do Teatro Municipal, um ato público de protesto, contra a ação do delegado Richetti. A Secretaria de Cultura pretende pedir que a manifestação seja adiada, para não prejudicar a apresentação dos bailarinos do Conjunto Nacional da Hungria, marcada para hoje à noite. Romeu Tuma, diretor do Deops, informou que debaterá o assunto com o secretário da Segurança antes de tomar qualquer decisão sobre o ato.

Folha de S. Paulo de 13 junho de 1980

Fonte: Acervo Folha

O ritmo da operação policial diminuiu depois do protesto, mas não cessou. Mais tarde, naquele mesmo ano, os ataques se voltaram contra estabelecimentos frequentados por lésbicas, nas ruas Martinho Prado e Santo Antônio. A agitação noturna gay, por sua vez, deslocou-se do Largo do Arouche para a calçada da rua Marquês de Itu, em

torno da boate Homo Sapiens (onde hoje funciona a boate Bailão), que virou, então, o principal ponto de encontro gay. Muitas transformações na sociabilidade e na política vieram depois, com a expansão do mercado de consumo voltado ao público gay e a terrível chegada da epidemia de HIV-Aids.



Integrantes do grupo SOMOS, uma das 13 organizações que realizaram a manifestação contra Richetti na capital paulista

Fonte: Acervo Memória da Democracia

Fonte: Acervo Memória da Democracia



O artista plástico Darcy Penteadinho, editor do jornal alternativo Lâmpião da Esquina, discursa no ato de 13 de junho

A passeata contra Richetti foi o ápice dessa fase da militância homossexual em São Paulo. Foi também uma espécie de antecipação da visibilidade coletiva que veio tomar forma, mais tarde, nas Paradas do Orgulho. Representou, sobretudo, um precioso momento em que o deboche e a “fechação” fizeram sua entrada apoteótica na cena política. Nessa surpreendente convergência de transgressão e protesto, ainda em plena ditadura militar, podemos reconhecer muito do que hoje se discute sobre corpo, emoção e performance na ação coletiva. Gays,

bichas, lésbicas, sapatões, travestis, feministas, negras e prostitutas ali se reuniram e proclamaram em público, de forma inédita e através de linguagem e coreografia próprias, seu direito de aparecer e existir. Um lapso de euforia criativa, cujas reverberações sentimos até o presente. A passeata ainda me deixou legados pessoais importantes, pois foi quando encontrei o homem que, durante muitos anos, foi meu companheiro de vida. Hoje estamos separados, mas continuamos amigos e guardamos na memória a poderosa energia daqueles momentos.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2018.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

[[Volta ao Sumário](#)]



UM GRINGO NO SOMOS DO RIO DE JANEIRO

John McCarthy¹

¹ Nasceu em Oakland, California. Formou-se em Estudos Latino-Americanos na Michigan State University. Durante esse programa passou o ano de 1972 na PUC-RJ. Mudou-se definitivamente para o Rio no ano seguinte. Militou no Grupo Somos RJ entre 1978 e 1981 e foi um dos fundadores do Grupo Arco-Iris em 1993. Vive há 38 anos com Jorge “Caê” Rodrigues, com quem se casou recentemente.

Outubro, 1979. Recém me mudara para o Tambá, que era, àquela época, como se chamava a parte baixa do bairro do Viigal. Bateram à porta. Abro e vejo o Zé Paulo, com quem estudara na PUC havia 7 anos e a quem desde então quase não mais havia visto. Descobrimos que seu irmão, Fernando, morava no Tambá e era amigo de um amigo meu. Zé Paulo me disse, “Tem um grupo que é a sua cara, você precisa conhecer” e me deu o telefone de Eduardo Guimarães, em cuja casa se reunia o grupo Somos-RJ. Depois desse dia, nunca mais vi Zé Paulo. Então, tenho-lhe como o anjo que apareceu na minha vida para me fazer entrar para o Somos.

Eu já era ativista desde meus tempos de faculdade, nos Estados Unidos, participando do Gay Liberation Front da Michigan State University. Fui fotografado e apareci estampado na primeira página do jornal local, protestando nos degraus do capitólio do estado. Mas quando cheguei ao Brasil, em janeiro de 1972, encontrei outra atmosfera – da ditadura militar e da sociedade católica conservadora. Hospedado por uma família careta num conjunto habitacional no Cachambi, Zona Norte do Rio, tive de me “enrustir” para não ofender

meus anfitriões. Não adiantou muito, pois, quando eu saía de casa, eles vasculhavam meus papéis e liam meu diário, traduzido pela filha deles que havia feito intercâmbio em Michigan. Uma observação, por exemplo, era sobre um rapaz, muito amigo da família, que eu suspeitava ser gay. Cheguei certo dia em casa e fui posto no olho da rua. Décadas mais tarde, voltaria a reencontrar esse rapaz, a quem eu já não reconhecia. (E não é que eu tinha razão? Era gay mesmo!) Ele me falou da operação “invasão da privacidade” e, mais tarde, me presenteou com uma cópia xerox do meu diário de tantos anos antes!

Ser gay naquela época era como pertencer a uma sociedade secreta. Aliás, gay não – entendido! Os únicos visíveis para a sociedade em geral eram travestis ou “bichas loucas” – figuras caricatas. Não eram para se levar a sério. Os demais homossexuais, para não serem levados a sério, eram classificados como doentes – uma situação que só começaria a mudar nos Estados Unidos em 1987, quando a American Psychiatric Association removeu a homossexualidade de sua lista de “distúrbios mentais”. Em 1992, a OMS fez o mesmo. E, somente em 1999, o Conselho Federal de Psiquiatria faria isso no Brasil.

Ser gay naquela época era como pertencer a uma sociedade secreta. Aliás, gay não-entendido!

É importante compreender esse ambiente para entender a atuação e as preocupações do Grupo Somos. Muitas das discussões giravam em torno de tentar entender (e, para fora do grupo – explicar) a homossexualidade como algo natural. A preocupação era definir o que era “gay”. Debatia-se sobre quem poderia pertencer ao grupo. No início havia meninas – mas elas logo sentiram que precisavam de um espaço próprio. Alguns, como Eduardo, defendiam que deveríamos sair da nossa toca, na cobertura de Copacabana, para buscar travestis costureiras no morro do Catumbi para integrar ao grupo. Outros do grupo achavam que “gay” não era isso. Discussão acalorada foi se uma mulher heterossexual poderia participar do grupo. No caso, era Carmen Dora Guimarães, Carmita, que estava fazendo um trabalho de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, e casualmente era tia do Eduardo. (Acabou sendo aceita no grupo). Anos depois, postumamente, o trabalho dela virou livro: “O Homossexual Visto por Entendidos” (Editora Garamond, 2004). É uma delícia de se ler para capturar aquele momento histórico. Os participantes/entrevistados foram identificados com pseudônimos. Spoiler alert: eu sou o “Jack”.

No rio, pessoal cria mais um grupo homo

A primeira reunião do Grupo Somos carioca realizou-se no dia 15 de setembro. Compareceram 48 pessoas, sendo oito mulheres. Lá estava gente da Baixada Fluminense, da Cidade de Deus, de Copacabana, de Vila Isabel e outros lugares, o que garante, de saída, a heterogeneidade do grupo (isso é ótimo!), o que vai enriquecer as discussões internas, fortalecendo-o para a luta contra a repressão sexual. Aos interessados, pedimos

escrever para a Caixa Postal nº 135, CEP 25.000, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Esta caixa postal é de outro pessoal, do Grupo de Atuação e Afirmação Gay, que por enquanto — e com muito boa vontade — vai ficar recebendo as cartas endereçadas ao Somos-cariocas. Prometemos para breve no LAMPIÃO uma matéria sobre o novo grupo.

Lampião da Esquina,
setembro de 1979

Uma contribuição minha foi traduzir partes do polêmico livro “The Homosexual Matrix”, de C. A. Tripp (McGraw-Hill, 1975) para nossas discussões. O foco do livro era discutir as origens da orientação sexual, tanto hétero quanto homo e bi, usando, para isso, dados históricos (desde a Grécia antiga), antropológicos, zoológicos, psicológicos. Ele desbancava o olhar predominante à época (“garotos viram gay por terem pai ausente e mãe dominadora”, por exemplo). Provocou muita discussão na academia, foi condenado e elogiado. Tratou a existência da homossexualidade como um fato cotidiano da natureza – numa época em que oficialmente ainda era considerada “transtorno mental”. Portanto, foi a primeira obra “séria” que fornecia ao Somos argumentos científicos para tratar a homossexualidade como algo natural, um respaldo para aquilo que nós intuíamos e sentíamos sobre nós mesmos.

Mas de que adiantava ficarmos falando para nossos umbigos? Já em clima político de “distensão lenta, gradual e segura” prometida por Geisel e continuada por Figueiredo, resolvemos arriscar e mostrar nossas caras. Lembro-me de um convite que recebemos da UFF para participar de uma mesa sobre homossexualidade. O evento foi aberto ao público. A sala, com capacidade para umas 150 pessoas, não deu conta. Havia gente do lado de fora, participando, pendurada nas janelas! Falamos um pouco sobre nosso grupo, nossos pontos de vista, tentando desmistificar nossa experiência. Respondemos a várias perguntas típicas da época (“Numa relação entre dois homens, qual é a mulher?”). Resolvi lançar uma provocação. Pedi que a plateia olhasse para nós da mesa, todos homens sem traços evidentes (leia-se efeminados), no vestir, no falar, no gesticular, de sermos identificáveis como homossexuais. Relatei o dado do relatório Kinsey de que algo

Fonte: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/28-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-24-MAIO-1980.pdf>



ATIVISMO

Falou-se muito em manobrismo em alguns círculos do encontro. O exemplo desse manobrismo seria uma abaixo-assinado que correu pelo plenário na manhã de sábado pedindo a formação de uma secretariado nacional de grupos homossexuais, ou de um politburo, para sermos mais duros, e isso depois de uma proposta semelhante ter sido rejeitada. O que significaria de fato reunir os incipientes grupos homossexuais brasileiros sob um secretariado todo poderoso? Simplesmente transformar esses grupos em massa de manobras para os interesses dos donos do poder dentro do secretariado. Felizmente o tal abaixo-assinado nem sequer foi considerado pela mesa. O que quer dizer que desta vez nos salvamos. Mas e na próxima?

O Ato Final

Passemos agora para o 3º ato do nosso encontro, que o meu espaço está acabando. Domingo, desde muito cedo, todo o pessoal já estava a postos no teatro Ruth Escobar para encerrar, pela manhã, a parte fechada dos debates e, à tarde, fazer a reunião aberta para a qual foram convidados os outros grupos minoritários. A sala em questão tem lugar para 600 pessoas, mas lá estiveram mais de mil, segundo a grande imprensa.

Junto com os representantes dos grupos que participaram da primeira parte do encontro sentaram-se à mesa a Dra. Alice Soares, representantes do Centro da Mulher Brasileira e do Movimento Negro Unificado, assim como um travesti muito bonito, bem vestido e extremamente emocionado, que se apresentou como Maria Padilha. Esta, em resumo, disse ser de Vitória e que está há seis meses em São Paulo. Nenhum outro travesti quis ir, por isso ela estava ali. A frase mágica, que colocou a assistência de pé, foi: "Essa história de homossexual, travesti, é papo furado. Nós somos todos sexuais."

A questão da série de reportagens sobre travestis de "O Estado de São Paulo" seria gran-

Plenária final do I Encontro Nacional de Homossexuais registrada no Jornal Lampião da Esquina de 24 de maio de 1980.

como quase 40% dos homens tinha alcançado orgasmo com outro homem em vida adulta pelo menos uma vez, e que uns 10% praticavam sexo exclusivamente com outros homens. Disse-lhes que isso significava que, naquela sala, estatisticamente, haveria pelo menos 20 homossexuais exclusivos. E os convidei a olhar em volta, olhar nos olhos de seus vizinhos, para tentar ver se eles conseguiam descobrir quem eram os homossexuais. Isso causou um tititi, risadas nervosas, palpável desconforto – mas o exercício foi muito bem recebido e demonstrou nosso ponto de vista. Após esse evento, recebemos vários contatos, comentários elogiosos,

e vimos que era hora de continuar falando para fora do grupo.

Em 1980, houve em São Paulo, na Semana Santa, o primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados. Foi um encontro muito bacana. Vimos que, além do Somos – SP e Somos – Rio, havia vários grupos pelo Brasil afora. Fizemos várias oficinas, a participação foi intensa e gratificante. Na plenária final, propostas para dar maior forma àquele movimento. Fechada ao público e sem fotografias – ou quase. Eu apareci no jornal *Lampião* numa foto, de costas. Ninguém era identificável. Afinal, apesar da distensão, ainda estávamos na ditadura.

Para mim, pessoalmente, aquele Encontro teve um significado e um impacto duradouro na minha vida. Foi na festa de abertura, na Boate Homo Sapiens, num clima de alto astral, que conheci meu amor, meu parceiro para toda a vida, Caê Rodrigues. Aos poucos, o grupo Somos foi acabando. Logo depois, viria a onda avassaladora da AIDS, que ceifou a vida de tantos dos meus amigos do Somos. Durante um bom tempo, estive ausente da militância, a qual só voltaria a

reencontrar como um dos fundadores do Grupo Arco Íris, em 1993, cujo núcleo era basicamente o grupo de amigos do colégio e da faculdade do Caê. Imagino hoje um/a jovem LGBTTQI+ (esqueci alguém??) lendo estas recordações. Provavelmente vai achar absurdas de tão ultrapassadas as nossas preocupações daquela época. E a el@s eu digo: que bom que vocês não tenham de passar por isso. Já fizemos essa parte por vocês. Agora, sigam avançando!

[Volta ao Sumário]



A DESPATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL

Rita C. C. Rodrigues¹

¹ Doutora em história (UFF), Mestre em Política Social (UFF), Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFRJ). Pesquisadora, professora e palestrante, com diversos artigos e capítulos em livros publicados. Pioneira na popularização do conhecimento histórico para o público LGBT, trabalho que realiza desde 2009, por intermédio do blog www.memoriamhb.blogspot.com.

A patologização da homossexualidade funcionou como justificadora das mais diversas e imaginosas terapias.

A patologização da homossexualidade funcionou como justificadora das mais diversas e imaginosas *terapias* – choques elétricos, hormônios e convulsões induzidas quimicamente são apenas alguns exemplos. Ela também ensejou internações em instituições psiquiátricas e ações judiciais de destituição da capacidade civil, possibilitando que famílias mantivessem seus membros indesejáveis confinados, ao tempo em que geriam e usufruíam seus patrimônios (cf. jornal *Lampião da Esquina*, n.º 32, janeiro de 1981). Contribuía, enfim, para reforçar a estigmatização, segregando e, conseqüentemente, fomentando as múltiplas formas de violência contra os homossexuais, travestis e transexuais.

No Brasil, ela figurava no Manual de Classificação Internacional de Doenças, popularmente conhecido como CID, em seu código 302.0, que a interpretava como “desvio e transtorno mental”. Assim, a luta para a sua supressão foi um dos tópicos de ação apresentados para a agenda do então Movimento Homossexual, ainda no Encontro Nacional do Povo Guei, realizado em dezembro

de 1979, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e consensuado no I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), em São Paulo, em abril de 1980 (Jornal *Lampião da Esquina*, n.º 20, janeiro de 1980, p. 7-8; n.º 24, maio de 1980, p. 7).

Assim, em 1981, o Grupo Gay da Bahia, avançando no processo de construção de alianças inaugurado pelo Somos/SP, partia para a implementação da luta, que contou com o decisivo apoio de João Antônio Mascarenhas, dos grupos então existentes, dos leitores de seus boletins, de inúmeras associações científicas, bem como de políticos das diversas instâncias e poderes. (MOTT, 2011, p. 117-118 [*Boletim do GGB* n.º 11, junho de 1985]).

Em setembro de 1981, aproveitando a presença do Ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, no encerramento do 36º Congresso Brasileiro de Dermatologia, o GGB entrega-lhe – e também aos participantes do Congresso – uma Carta Aberta, reivindicando a supressão da classificação da homossexualidade como “desvio e transtorno mental”. (MOTT, 2011, p. 16, 20, 23-26 [*Boletim do GGB* n.º 2, outubro de 1981]). Nesse documento, o GGB também refutava as declarações do então Diretor de Faculdade Federal de Medicina e Presidente do Congresso Brasileiro de Dermatologia, Newton Guimarães. Em matéria publicada pelo jornal baiano *A Tarde*, em janeiro do mesmo ano, o médico afirmara que os homossexuais eram os maiores impulsores do “assombroso crescimento dos índices de doenças venéreas no Brasil”, sendo mesmo “dez vezes mais perigosos para o contágio do que as prostitutas”.

(MOTT, 2011, p. 23; *Boletim do GGB*, n.º 2, p. 15). Ao final, a entidade baiana de defesa dos direitos dos homossexuais recordava que o

Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria [havia] declarado, exatamente um ano atrás, neste mesmo Centro de Convenções da Bahia, que ‘homossexualismo não é doença mental’. [E que também a] Assembléia dos Cientistas membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [havia] aprovado por unanimidade, também aqui em Salvador (julho/81) a moção que compromete a direção da SBPC a ‘lutar energicamente contra todas as leis, códigos e posturas que rotulam o homossexualismo como patologia’. (MOTT, 2011, p. 25; *Boletim do GGB*, n.º 2, outubro de 1981, p. 15)

HOMOSSEXUALISMO NÃO É DOENÇA E NEM DESVIO!
Praticamente todos os dias, os diversos grupos de ativistas gueis no Brasil têm consideravelmente aumentadas as suas listas de adesões à Campanha Nacional contra o parágrafo 302 do Código de Saúde do INAMPS que rotula o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”. Últimas e importantes adesões: a do jurista Raimundo Faoro (ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB), escritor Fernando Gabeira, atriz e empresária Ruth Escobar, entre inúmeras outras personalidades.
Já são milhares o número de assinaturas, num verdadeiro abaixo-assinado nacional, o qual será levado ao Ministro da Previdência, Jair Soares. Aliás, o Grupo Gay da Bahia – o sempre ativo G.G.B. –, adiantando-se ao abaixo-assinado, ou preparando terreno para ele, já entregou ao Ministro Jair Soares, em mãos, uma carta aberta exigindo a revogação do famigerado dispositivo do Código de Saúde do INAMPS, em recente viagem do titular da Previdência Social a Salvador. Mostrando-se relativamente aberto à proposição, o Ministro, acusando boa vontade, prometeu que, tão logo retornasse a Brasília, encaminharia o documento à consultoria jurídica do INAMPS.
Uma luta que certamente os homossexuais brasileiros vencerão. Quem viver, verá.

Fonte: Acervo Bajuba

Revista Rose, n.º 66, 1982

Após transcorridos dezessete meses e o envio de muitas cartas, o GGB é informado de que o órgão competente para apreciar a matéria é o Conselho Federal de Medicina. A ele então se dirige, agora respaldado, ademais das decisões das instâncias médicas e científicas acima citadas, com mais de 16 mil assinaturas de populares; 358 de parlamentares de todas as esferas; e apoios expressos: da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Associação Brasileira de Antropologia, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Associação Brasileira de Psiquiatria, dentre outras. (MOTT, 2011, p. 117-118 [*Boletim do GGB*, nº 11, junho 1985]).

Ao noticiar em seu Boletim a resposta do Ministério da Previdência, Jair Soares, dando conta de que a demanda fora encaminhada ao setor competente, o *Grupo Gay da Bahia* avaliava com certa euforia os aspectos simbólicos presentes nessa resposta. E chamava a atenção de seus leitores para o reconhecimento implícito que havia nesse gesto. A resposta, assim como a movimentação mesma do pleito por entre órgãos do Estado e suas instâncias, implicava algum nível de ruptura na força do opróbrio que até então pairava incontestemente sobre os homossexuais. O GGB dava destaque a esse aspecto e defendia que a resposta do Ministro deveria ser percebida e

A descriminalização pleiteada por Hirschfeld demandou vinte anos para ser conquistada.

capitalizada pelo movimento enquanto inequívoca vitória política. Afinal, era efetivamente algo inaudito: pela primeira vez, o segmento mais desqualificado da sociedade, através de uma entidade coletiva própria e constituída juridicamente (dotada de legitimidade jurídica e política, portanto), era reconhecido como requerente para postular uma demanda política, científica (médica) e cultural: a supressão da patologização, mediante a incorporação da decisão emanada pela Associação Norte-Americana de Psicologia (APA), em 1973, e constante da Terceira Revisão de seu Manual de Diagnósticos Médicos (DSM-III), de 1980.

Para facilitar a compreensão do significado (político, prático e simbólico) que atribuía a essa comunicação transmitida pelo Ministério da Previdência, o grupo soteropolitano comparou a campanha pela derrubada do código 302.0 da CID com a luta promovida por Magnus Hirschfeld, precursor mundial da luta antidiscriminação e anticriminalização das práticas sexuais entre homens. Recordava o Grupo Gay da Bahia que a descriminalização pleiteada por Hirschfeld demandou vinte anos para ser conquistada, apesar das seis mil assinaturas favoráveis que o pesquisador e ativista alemão conseguira reunir. A campanha desencadeada contra o 302.0, porém, “[...] com menos de um ano de começada já conta com mais de 15 mil assinaturas”, dentre as quais, além

das dos leitores do Boletim do grupo, “algumas pessoas famosas [...]”. (MOTT, 2011, p. 27; *Boletim GGB*, nº 3, abril de 1982, p. 1)².

Em seis de março de 1985, o Conselho Federal de Medicina comunica por ofício ao Grupo Gay da Bahia que, em nove de fevereiro do mesmo ano, em Sessão Plenária, fora aprovado o Parecer do Conselheiro Ivan de Araújo Moura Fé, eliminando o Código 302.0 da CID, que fixava a homossexualidade como desvio ou transtorno sexual.

4.1 - Enquanto estiver em vigor a CID (**9ª Revisão**), os casos cujo motivo de atendimento médico for a homossexualidade devem ser codificados na Categoria V 62: ‘Outras Circunstâncias Psicossociais’. 4.2 - Quando o comportamento homossexual for condicionado patologicamente, o enquadramento diagnóstico deve ser feito pela condição nosológica básica (Comunicado nº 1/85, TR, 25/03/1985).

Segundo o Comunicado do Triângulo Rosa – Grupo de Liberação Homossexual, a:

Categoria V 62 - ‘Outras Circunstâncias Psicossociais’ define: 2062.0 - Desemprego; 2062.1 - Efeitos adversos do ambiente de trabalho; 2062.2 - Outras circunstâncias ou desajustamentos ocupacionais; 2062.3 - Circunstâncias educacionais; 2062.4 - Desajustamento social; 2062.5 - Circunstâncias legais; 2062.6 - Recusa de tratamento por razões religiosas ou de consciência; 2062.8 - Outras tensões psicológicas ou físicas não classificadas em outra parte; 2062.9 - Não especificadas’ (Comunicado nº 1/85, TR, 25/03/1985).

Conforme esclarece o seu Presidente, João Antônio de Souza Mascarenhas, e pode ser comprovada, pela leitura da 9ª Revisão da CID, que a referida *Categoria V 62* “não se refere a doenças, mas [...] serve unicamente para codificar motivos de atendimento médico”. Encontra-se, portanto, inserida no âmbito da “Classificação Suplementar de Fatores que Exercem Influência Sobre o Estado de Saúde e de Oportunidades de Contato com Serviços de Saúde” (Comunicado nº 1/85, TR, 25/03/1985).

² Agradeço ao professor e pesquisador Luís Mott a cessão da coleção completa digitalizada dos boletins do GGB.



Antônio Mascarenhas, líder do movimento de libertação homossexual

Corre de Pisa: cuidados com o estado de saúde

Um estudante de 26 anos, do Rio de Janeiro, que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicas, foi submetido a um exame realizado em 1984 no laboratório de testes de sangue e urina de uma clínica em São Paulo.

Um dos médicos fundadores do grupo de apoio e orientação aos gays e lésbicos em São Paulo, o médico psiquiatra e psicanalista João Antonio Mascarenhas, explicou que o exame foi realizado para avaliar o estado de saúde de um indivíduo que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicos.

Este lugar, em que se realizou o exame, era um consultório de um médico psiquiatra em São Paulo, onde se realizou o exame de sangue e urina de um indivíduo que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicos.

Este lugar, em que se realizou o exame, era um consultório de um médico psiquiatra em São Paulo, onde se realizou o exame de sangue e urina de um indivíduo que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicos.

Este lugar, em que se realizou o exame, era um consultório de um médico psiquiatra em São Paulo, onde se realizou o exame de sangue e urina de um indivíduo que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicos.

Este lugar, em que se realizou o exame, era um consultório de um médico psiquiatra em São Paulo, onde se realizou o exame de sangue e urina de um indivíduo que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicos.

Este lugar, em que se realizou o exame, era um consultório de um médico psiquiatra em São Paulo, onde se realizou o exame de sangue e urina de um indivíduo que se tornou alvo de uma campanha de conscientização sobre o estado de saúde de gays e lésbicos.

No Brasil, homossexualismo não é mais uma "doença"

Fernanda d'Oliveira

Esteve no Recife o carista João Antonio Mascarenhas, advogado, um dos líderes do Movimento Brasileiro de Libertação Homossexual e único brasileiro a pertencer à International Gay Association, e que trouxe para os simpatriotas do movimento uma boa notícia. Em reunião realizada em Fortaleza, o Conselho Federal de Medicina resolveu considerar que a homossexualidade não é uma doença.

Informa João Antonio que a campanha contra o código 302.0 começou em outubro de 1981, com o Grupo Gay da Bahia, que enviou ao Ministério da Previdência e Assistência Social a seguinte reivindicação: "Pedimos considerar sem efeito, em termos nacionais, o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID), adotada pelo Governo brasileiro, que qualifica a homossexualidade de "desvio e transtorno sexual", capítulo V, (transtornos mentais)".

O Ministério da Previdência e Assistência Social, dezessete meses depois, respondeu ao grupo baiano que o assunto era da alçada do Ministério da Saúde. Este, sendo interrompido, respondeu, quinze meses depois, que "o órgão competente para pronunciar-se sobre a questão era o Conselho Federal de Medicina, autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho. A solicitação foi então, transmitida ao CFM que, em 06 de março último, respondeu ao Grupo Gay da Bahia, explicando que no dia 9 de fevereiro deste ano, em sessão plenária, aprovou o parecer do Conselho Ivan de Araújo Moura Fe. A conclusão foi a seguinte: "Considerando ser competência do CFM a orientação quanto a correta aplicação da CID (revisada), as implicações deontológicas rotundas no ato diagnóstico médico. Tendo em vista os divergências, de ordem doutrinária, a respeito da natureza da homossexualidade. Considerando a necessidade de evitar-se que colegas médicos sejam constrangidos, de pouca flexibilidade com que a equidatada a homossexualidade na CID-9, a codificarem esta condição de forma não condizente com a sua concepção médica, sugerimos a seguinte aplicação da CID (revisada) do Conselho Federal de Medicina. 1) Enquanto estiver em vigor a CID-9, os casos cujo motivo do atendimento médico for a homossexualidade, podem ser codificados na categoria V-62. "Outras circunstâncias psicossociais". 2) Quando o comportamento homossexual for considerado patologicamente, o enfoque diagnóstico deve ser feito pela codificação nosológica básica".

MOVIMENTO

João Antonio Mascarenhas considera que o parecer aprovado pelo Conselho Federal de Medicina atendeu plenamente as reivindicações do Movimento Brasileiro de Libertação Homossexual. "Antes do Brasil, a Dinamarca, a Finlândia, Noruega e Suécia, países conhecidos pelo seu alto nível de educação social, tinham considerado sem efeito, em seus territórios, o código 302.0. Sugerimos que isto contribuiu para a decisão do Conselho Federal de Medicina, entre outros fatores".

Muita força também deu o



No mundo inteiro, proliferam os movimentos a favor do "gay liberation"

aberto quanto a questões e várias entidades internacionais realizaram, nos últimos anos, pronunciamentos e reuniões manifestando contra o equívoco erro da homossexualidade como doença e contra os pronunciamentos de que se debateu o homossexualismo. Vale a pena lembrar a atuação da Associação Norte-Americana de Psiquiatria, Associação Médica Brasileira, Associação Médica Brasileira, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e União Real de Psiquiatras de Londres.

PRECONCEITOS

Para João Antonio, a decisão do CFM foi importante e vale a pena lembrar em vários artigos, editados, de maneira decisiva, para combater a discriminação, segundo ele, da maioria dos homossexuais e lésbicas. Assim, os pronunciamentos fundamentados no fato de não ser uma doença que, muitas vezes, ocorre de forma evolutiva de "desvio e transtorno sexual" para "doença mental", "ataque" e "sem vergonha".

O código 302.0 tornou-se um estigma, uma marca. O que, de mais, era de doença, transformava-se em um defeito de caráter. Obviamente, depois de tal mudança, o homossexual não tinha o direito de exigir coisa alguma. Devia, até, ficar grato pelo fato de ter conseguido.

O código 302.0 tornou-se um estigma, uma marca. O que, de mais, era de doença, transformava-se em um defeito de caráter. Obviamente, depois de tal mudança, o homossexual não tinha o direito de exigir coisa alguma. Devia, até, ficar grato pelo fato de ter conseguido.

O código 302.0 tornou-se um estigma, uma marca. O que, de mais, era de doença, transformava-se em um defeito de caráter. Obviamente, depois de tal mudança, o homossexual não tinha o direito de exigir coisa alguma. Devia, até, ficar grato pelo fato de ter conseguido.

Minorias e Democratização, apresentada à Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui no Recife, ano passado. "A partir de agora, com o posicionamento do CFM, não há mais fundamento para qualquer discriminação por orientação sexual, salvo, claro, a de origem religiosa, mas essa não pode ser invocada ante os tribunais, pois, legalmente, o Brasil é um Estado laico. Evidentemente, o ato do CFM não associará terminus, de uma hora para outra, com os preconceitos sociais vigentes, mas essa é outra, e longa, história. De qualquer forma, a atitude do CFM constitui um primeiro e importantíssimo passo no combate aos preconceitos em vigor".

Uma das primeiras consequências benéficas da decisão do Conselho Federal de Medicina será a de apianar o andamento do projeto de lei, que o deputado Francisco Teixeira (PFL/BA) promete encaminhar, criminalizando a prática de atos resultantes de preconceitos em relação aos homossexuais. "De agora em diante - garante João Antonio Mascarenhas - nenhum colega deve julgar-se poderá acobardar-se de estar advogando a equiparação de "doenças" com "pessoas sadias". Quem quiser apoiar o projeto, terá de justificar-se de outra forma. Não poderá reverter o argumento médico. Os nuchistas ficarão com a calva de fora".

VITÓRIA

Para João Antonio, a vitória do movimento foi de muitos, embora esteja um destaque. "Em primeiro lugar, foi do Conselho Federal de Medicina e, consequentemente, do Governo brasileiro, pela seriedade, desenvolvimento e atualizada visão científica com que examinou e pronunciou-se sobre a matéria. Em segundo lugar, foi de todos os homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, que, por acreditarem na necessidade de lutar pela respeito aos Direitos Humanos, apoiaram a campanha contra o código 302.0".

O Movimento Brasileiro de Libertação Homossexual, o mais diretamente interessado, ocupou o primeiro lugar, nessa vitória. Ativistas guas de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, através de cartas, reuniões, debates pessoais, e fim de lutar contra uma situação injusta", segundo ele, foi o movimento de libertação homossexual, com pertinência, habilidade e dedicação, coordenar as atividades de milhares de colaboradores, num clima de grande solidariedade, sem ocorrência de qualquer atrito".

"Cabe lembrar que o respaldo do Grupo Gay da Bahia - finaliza - era indispensável, por constituir ele a única entidade com personalidade jurídica, no Brasil, registrada como grupo de libertação homossexual, formado, assim, o mais legítimo representante do movimento no País. Vale, aqui, notar que o "Francisco Rossi", recém-criado grupo carioca de libertação homossexual, já requereu registro no cartório competente e aguarda deferimento do Ministério da Justiça".

Diário de Pernambuco, 1985. CFM despatologiza a homossexualidade no Brasil. Na foto, João Antonio Mascarenhas, ativista do Rio de Janeiro

Também o GGB expressa o mesmo entendimento, sendo ainda mais explícito:

O Conselho Federal de Medicina atendeu nossa reivindicação, deixando a homossexualidade de ser enquadrada no código 302.0, e passando para o código 2062.9, "outras circunstâncias psicossociais", ao lado do "desemprego, desajustamento social, tensões, psicológicas". Como

o "CID" inclui também códigos não relativos a doenças, os quais servem unicamente para codificar motivos de atendimento médico, a partir de então a homossexualidade deixou de ser considerada "desvio e transtorno sexual", para tornar-se apenas uma estatística do atendimento médico. Assim sendo, não há mais nenhuma lei, nem código no Brasil que se refira à homossexualidade como "patologia". Portanto é legal ser

homossexual, é saudável ser homossexual. Nossos agradecimentos a todos que com sua assinatura e empenho colaboraram com o GGB nesta histórica vitória (MOTT, 2011, p. 117-118; *Boletim do GGB*, nº 11, junho 1985, p. 2).

Embora a derrubada da classificação da homossexualidade como desvio e transtorno mental na CID não tenha ocasionado a eliminação das práticas de estigmatização e violência, o que acompanhamos, ainda nos dias atuais, em que pesem todos os avanços, inequivocamente

tratou-se de importante vitória para o ativismo nacional, sobretudo se considerarmos a constituição do Movimento Homossexual na época e os meios de que dispunham para a implementação de suas lutas. Em sede internacional, somente em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde procedeu à mesma revisão, o que veio a se constituir no Dia Mundial de Combate à Discriminação Homossexual (ou à homo, lés, trans e bifobia).

Referências

Comunicado nº 1/85, Triângulo Rosa, 25/03/1985 (atualmente pertencente ao Acervo Bajubá)

Jornal *Lampião da Esquina*, n.º 20, janeiro de 1980.

Jornal *Lampião da Esquina*, n.º 24, maio de 1980.

Jornal *Lampião da Esquina*, n.º 32, janeiro de 1981.

MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia 1981-2005*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2005.

[Volta ao Sumário]



JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Cristina Câmara¹

¹ Socióloga, Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Consultora independente.

Em 1992, eu estava no III Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids, em Ipanema, quando Sylvio de Oliveira me convidou para conhecer João Antônio de Souza Mascarenhas. Ele sabia que havia alguém estudando o grupo Triângulo Rosa, mas ainda não nos conhecíamos. João Antônio gostou da ideia de um estudo sobre o grupo do qual foi um dos fundadores e primeiro presidente, tinha respostas para minhas perguntas, e, com as dele, ajudava-me a pensar. A partir de seus arquivos, comecei a consultar documentos, mas grande parte havia sido doada ao Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, que passou a ser meu destino.

Anos depois, Howes (2003) publicou um artigo biográfico sobre João Antônio, reforçando minhas afirmações e trazendo detalhes sobre seu modo de pensar e agir. Estamos de acordo com o fato de a trajetória de João Antônio ter marcado profundamente sua atuação política. A formação em Direito, viagens ao exterior, o

trabalho como funcionário público e a herança paterna são fatores inerentes a seu ativismo gay. O auge foi a luta pela inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituição Federal de 1988 (CF88). Para João Antônio, o

Triângulo Rosa tinha como principal objetivo a luta contra a discriminação de homossexuais. Os seus caminhos norteadores eram a imprensa e o ordenamento jurídico.



Fonte: Nós Por Exemplo, ano 1, n.3, jul/1992.

O nome Triângulo Rosa foi uma homenagem a homossexuais que morreram em campos de concentração. Em 1985, na formação do grupo, o que não estava previsto eram os embates futuros. Em meados dos anos 80, a associação tensa entre homossexualidade e Aids gerava discordâncias no grupo sobre se deveriam trabalhar com o tema ou se isso reforçaria o estigma sobre os homossexuais, além de se assumir como tarefa algo que seria próprio aos serviços de saúde. Outro ponto de debate era se o grupo deveria se autodenominar como um grupo de liberação homossexual ou um grupo de defesa de direitos homossexuais. (CÂMARA, 2002).

Um ensaio para a atuação na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), instalada em 1º de fevereiro de 1987, no Congresso Nacional, foi trabalhar para

incluir a “expressa proibição de discriminação por orientação sexual” no Código de Ética do Jornalista. Em 1984, ocorreu a primeira mobilização, através do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, mas, somente no final de 1986, o grupo obteve sucesso. Foi preciso demonstrar que a expressão “orientação sexual” se diferenciava de “sexo”. Do mesmo modo, também foi necessário distingui-la de outras expressões como opção, preferência, comportamento e identidade sexual.

No campo político e social, a expressão orientação sexual contribuiu na afirmação pública do debate introduzido pelo movimento de gays e lésbicas. Por sua vez, informou as demandas do Triângulo Rosa por liberação sexual e defesa dos direitos dos homossexuais, ampliando e sedimentando suas posições. No final de 1986, o grupo começava a se preparar

para a ANC, que teve seus deputados eleitos no mesmo ano. Iniciou o envio de correspondências aos constituintes, visando sensibilizá-los para o cotidiano de gays e lésbicas, marcado, muitas vezes, pela violência física e/ou simbólica. A teia de relações com outros grupos, parlamentares e intelectuais, contribuiu para o acúmulo de informações, opiniões e posicionamentos que possibilitaram uma conquista política para o Triângulo Rosa e para o movimento de gays e lésbicas, de modo geral. Além disso, o período da ANC caracterizou um momento singular de diálogo entre a sociedade civil e a sociedade política.

Em 1987, as bancadas supraparti-dárias, organizadas em torno de interesses específicos, ganharam visibilidade. A representação de setores pauperizados e/ou de determinados segmentos se fez ouvir. Durante a ANC, houve uma mobilização social intensa e a interação entre o poder Legislativo e a sociedade. Além disso, o Senado Federal distribuiu formulários para sugestões da população. Foram recebidas 71.179 cartas de todo o Brasil (BACKES; AZEVEDO, 2008). Por fim, a previsão de apresentação de emendas populares no Regimento da Constituinte foi uma conquista. A CF 88 é um marco na redemocratização do Brasil.



Fonte: Assembleia Nacional Constituinte – “Entrega de emendas populares, em 4/8/87.” (Backes e Azevedo, 2008).

O Triângulo Rosa procurou sensibilizar os parlamentares e criar debates nas Subcomissões Temáticas. Foi feita uma lista com nomes de políticos que haviam apoiado as campanhas do 302.0 da Classificação Internacional de Doenças e do Código de Ética do Jornalista. Correspondências foram enviadas pelos Correios com as explicações sobre a escolha da orientação sexual, os pareceres enviados por intelectuais, a legislação sobre Direitos Humanos de Ontário e Québec e os ganhos políticos do movimento: o código 302.0 ter sido tornado sem efeito pelo Conselho Federal de Medicina; o Código de Ética do Jornalista; a Carta das Mulheres; cópias de entrevistas em jornais e revistas; e a lista dos parlamentares constituintes favoráveis até o momento. (CÂMARA, 2002).

Durante a ANC, três Comissões possibilitaram o diálogo entre os constituintes e o movimento gay: a Comissão I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher; a Comissão VII – Comissão da Ordem Social; e a Comissão VIII – Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. O processo da ANC percorreu várias fases. A interlocução entre os parlamentares e os cidadãos, principalmente de grupos organizados, era constante. Era o corre-corre atrás de assinaturas, consultas a várias pessoas, envio de correspondências – aos parlamentares e a outros grupos –, entrevistas em jornais e revistas e o acompanhamento de tudo o que acontecia, dentro e fora do Congresso Nacional. De acordo com Howes (2003:303), “O Triângulo Rosa escreveu

606 cartas a 304 constituintes, deu 421 telefonemas para o Congresso Nacional, e o presidente do grupo, Caio Benévolo, foi três vezes a Brasília.”

Nas Comissões I e VII, João Antônio de Souza Mascarenhas, então Secretário de Comunicação do grupo, fez uma palestra no Plenário da ANC, intitulada “O homossexual e a Constituição”. Apresentou-se como representante do Movimento Brasileiro de Liberação Homossexual, ressaltou a discussão em torno dos direitos individuais dos gays como um fato inédito no Brasil e destacou algumas conquistas. (Brasil, 1987). A partir de seu discurso e das correspondências enviadas aos parlamentares, a questão foi introduzida no debate constitucional, acompanhado pela imprensa. O movimento homossexual ganhou visibilidade.

No entanto, a conjuntura marcada pela epidemia de Aids reafirmava a noção valorativa de grupos de risco. A polêmica foi acirrada, especialmente pela bancada evangélica, apoiada por parlamentares conservadores. Ressalte-se que, apesar desta bancada ter tido uma “participação política por razões e em função de questões morais” (PIERUCCI *apud* CÂMARA, 2002), portanto, majoritariamente contrária às reivindicações do grupo, dois parlamentares foram favoráveis: Benedita da Silva (PT/RJ) e Lysâneas Maciel (PDT/RJ).

Na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias, a exposição de João Antônio, em 29 de abril de 1987, foi comentada apenas pela constituinte Benedita da Silva (PT/RJ). No entanto, na mesma Subcomissão, no dia da apresentação formal do Substitutivo ao

Anteprojeto original, em 25 de maio de 1987, houve uma grande discussão protagonizada pelos deputados Salatiel Carvalho (PFL/PE), Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ). A disputa no nível das representações culturais ficou explícita. Por sua vez, na Subcomissão

dos Direitos e Garantias Individuais, em 30 de abril de 1987, foram inúmeros os questionamentos para João Antônio. As divergências foram contrastadas pelos discursos dos deputados Eliel Rodrigues (PMDB/PA), José Viana (PMDB/MA) e Luiz Alfredo Salomão (PDT/RJ).



João Antônio de Souza Mascarenhas e o Deputado Constituinte Antônio Marques da Silva Mariz (PMDB-PB)²

Nas duas Subcomissões Temáticas em que foi discutida, a orientação sexual encontrou acolhida. Foi incluída no projeto compatibilizado do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB/AM), apresentado em 11 de julho de 1987. Todavia, a orientação sexual foi suprimida do texto constitucional, por ser considerada “desnecessária”. Em 27 de setembro de 1987, foi iniciada a votação do substitutivo apresentado pelo Relator. Os deputados José Genoíno Neto (PT/SP) e Luiz Alfredo Salomão (PDT/RJ) se empenharam para reincluir a expressão orientação sexual no texto, porém, sem sucesso. Somente no dia 28 de janeiro de 1988, houve uma nova tentativa, já na fase das Emendas de Plenário.

O deputado constituinte José Genoíno Neto (PT/SP) apresentou uma emenda aditiva. Para que o chamado “destaque” fosse aprovado, deveria ter obtido maioria absoluta, ou seja, de 559 constituintes, seriam necessários 280 votos. O resultado final da votação foi: 130 votos a favor, 317 contrários e 14 abstenções. O processo da ANC foi minuciosamente registrado e classificado

² Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Ant%C3%B4nio_Mascarenhas Na audiência pública, em 30 de abril de 1987, à esquerda, João Antônio de Souza Mascarenhas, convidado, e o Deputado Constituinte Antônio Marques da Silva Mariz (PMDB-PB), Presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

por João Antônio e publicado em 1998, ano de seu falecimento, sob o título: “A Tríplice Conexão: conservadorismo político, falso moralismo e machismo.” João Antônio apresenta os constituintes que votaram contra a inclusão da orientação sexual na CF88, selecionando os 96 que mais apareceram na mídia, em especial no *Jornal do Brasil*, entre 1988 e 1990. As conexões com a votação dos cinco anos para Sarney, a formação do Centrão, as concessões de rádio e TV, a banca evangélica e o jogo do bicho são algumas das facetas que aparecem nos mandatos daqueles parlamentares.

Ainda que a não discriminação por orientação sexual não esteja na CF88, os debates avançaram, possibilitaram sua inclusão em legislações estaduais e leis orgânicas municipais.

Os impasses e divergências evidenciaram concepções políticas, religiosas e médicas conflitantes. Ainda assim, a participação na ANC configurou um marco histórico-político para o movimento brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros. João Antônio de Souza Mascarenhas foi o primeiro homossexual brasileiro a ser convidado a falar no Congresso Nacional. Ainda que a não discriminação por orientação sexual não esteja na CF88, os debates avançaram, possibilitaram sua inclusão em legislações estaduais e leis orgânicas municipais, e levaram à acolhida de reivindicações semelhantes em documentos oficiais.



Fonte: Arquivo/Agência Brasil - Orquestra sinfônica se apresenta enquanto milhares de pessoas acompanham no gramado do Congresso as votações da Assembleia Nacional Constituinte.

Referências

BACKES, Ana Luiza; AZEVEDO, Débora Bithiah de (Orgs.). *A sociedade no Parlamento: imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão da soberania e dos direitos e garantias do homem e da mulher. Subcomissão dos direitos e garantias individuais. Audiência pública: O homossexual e a Constituição. Atas das Comissões. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, DF, Ano I, Supl. 66, p. 127-134, 27 maio 1987.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cad. AEL*, Campinas, v.10, n.18/19, 2003.

MASCARENHAS, João Antônio de Souza. *A tríplice conexão: conservadorismo político, falso moralismo e machismo*. Rio de Janeiro: Planeta Gay Books, 1998.

[Volta ao Sumário]



ATIVISMO CULTURAL EM TEMPOS DE AIDS A ARTE QUE TRANSFORMA O MUNDO

Vagner de Almeida¹

¹ Escritor, Diretor, Fotógrafo, Ativista, Ator, Crítico de Teatro, Pesquisador, Técnico em direção de filmes documentários, Diretor-Presidente da Parker Almeida Consultoria e Produções Assessor e Coordenador de Projetos – Diversidade Sexual, Saúde e Direitos entre Jovens – ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

Décadas se passaram desde que a epidemia da Aids surgiu e, com ela, pessoas muito próximas ou distantes foram afetadas, adoeceram e faleceram. O início da epidemia seu deu sem uma bússola para direcionar o caminho a tomar para poder enfrentar esse drama desconhecido, que silenciosamente se instalou no cenário global. Com isto, a sociedade necessitou se organizar para que pudessem, todos juntos, enfrentar e repaginar atitudes e comportamentos das práticas sexuais. Todos estavam na contramão da SIDA, a peste gay, a peste roxa, a AIDS, esta epidemia que não demorou muito e tornou-se uma pandemia, sendo administrada em gabinetes burocráticos e omissos. Como contraponto ao enfrentamento da doença, surge o rompimento com o discurso hegemônico, o que abre espaço ao ativismo, às respostas comunitárias e às políticas públicas atentas à epidemia e à população afetada. Culturas, identidades e comunidades sexuais começaram a se organizar para o enfrentamento da epidemia. Surge a cultura da “Solidariedade”, da luta em prol do coletivo afetado.

O ativismo cultural oferece uma análise crítica à resposta frente à AIDS.

Nos últimos anos do século XXI, em todo o planeta, a tragédia da epidemia ainda está fora de controle e dos interesses dos poderes

públicos e farmacêuticos. O HIV/AIDS está centralizado nas áreas mais marginalizadas e pauperizadas da sociedade, nos cinturões de violências e entre os jovens. Os temas polêmicos como os direitos sexuais, a construção social da sexualidade humana, as dimensões políticas e religiosas nas intervenções no campo da saúde coletiva, saúde sexual como uma questão de justiça social, a construção de alianças políticas entre diversos movimentos, incluindo o movimento LGBTI, para uma transformação social progressista, as contradições da globalização, as lacunas e as armadilhas de um sistema contemporâneo opressor e engessado emperram os avanços na luta contra a AIDS. Há falta de uma construção ética e solidária e de uma política inclusiva e tolerante que saibam perpassar pelas diferenças, com respeito e solidariedade, como única alternativa positiva contra a crescente burocratização e descaso da epidemia de AIDS.

O ativismo cultural procura sensibilizar toda a população, gestões e políticas públicas a adotarem atitudes mais positivas e inclusivas em relação às homossexualidades, em quase quatro décadas da epidemia e da luta LGBTI na sua busca para ser incluída em uma sociedade normativa e excludente. Sabemos que o preconceito, o estigma e a discriminação

em relação à AIDS e as homossexualidades continuam vinculados às diferenças

sexuais, e este cenário tem que ser desconstruído urgentemente.

Tais preconceitos contribuem para a disseminação da epidemia

em toda a população ao favorecer atitudes equivocadas como o medo e o isolamento social, quebra de laços familiares e afetivos com pessoas próximas, racismos, LGBTIfobia, crimes de ódio, machismo e fundamentalismo religioso radical.

Tradicionalmente, as respostas à AIDS têm enfatizado a informação e a escolha racional de mudança de comportamento para se prevenir a epidemia de HIV/AIDS. Alguns projetos culturais e sociais procuram construir uma abordagem alternativa, trabalhando questões que tenham a ver com direitos e cidadania, opressão sexual e sexo mais seguro.

O ativismo cultural tem como legado desenvolver uma leitura sobre a construção da epidemia através de textos que procuram analisar e demonstrar os processos sociais e as relações de poder envolvidas. Foi de caráter inédito, por ter a coragem de desnudar a moral e os bons costumes de uma sociedade que subjuga, estigmatiza e subtrai a auto estima do ser humano, que a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), em 1993, com o Projeto Homossexualidades e as Oficinas de Teatro Expressionista Sexualidade e AIDS para Homens que fazem Sexo com Homens (HSH), abriu no cenário nacional brasileiro a proposta de ativismo cultural com a peça, filme e livro “Cabaret Prevenção”. A proposta oferecia

O HIV/AIDS está centralizado nas áreas mais marginalizadas e pauperizadas da sociedade.

aos participantes das oficinas e ao público, nesta época homens gays, muito já vivendo com o HIV e outros LGBT's, a possibilidade de se despirem dos precon-

ceitos impostos pela sociedade através da arte, do teatro, do áudio e do visual. De forma prazerosa, as pessoas podiam trabalhar a linguagem do Expressionismo.



Cena do filme e da peça “Cabaret Prevenção” - extinto Teatro Alaska - Copacabana - Rio de Janeiro - ano 1995

O Expressionismo é um movimento artístico e cultural de vanguarda surgido na Alemanha no início do século XX. Transversal aos campos artísticos da arquitetura, artes plásticas, literatura, música, cinema, teatro, dança e fotografia. Mais do que meramente um estilo com características em comum, o Expressionismo é sinónimo de um amplo movimento heterogêneo, de uma atitude e de uma nova forma de entender a arte, que aglutinou diversos artistas de várias tendências, formações e níveis intelectuais. O movimento surge como uma reação ao positivismo associado aos movimentos

impressionista e naturalista, propondo uma arte pessoal e intuitiva, onde predominasse a visão interior do artista — a “*expressão*” — em oposição à mera observação da realidade — a “*impressão*”.

Essa foi a técnica artística usada na oficina, que ajudava a expressar os desafios do HIV/AIDS, a violência urbana, doméstica, religiosa, a convivência em parcerias, as separações e a solidão imposta pelo mundo moderno. Este ativismo cultural colaborou com a elaboração dos textos e a montagem do espetáculo pelos próprios participantes. Assim como com as oficinas semanais e temáticas

sobre sexualidade, gênero, saúde e prevenção ao HIV/AIDS. A peça, que trazia histórias de vidas contadas pelos próprios protagonistas das oficinas, e o filme lançado percorreram universidades, festivais e se tornaram um identificador para debates entre a realidade e a arte, juntamente com o livro que ilustrou o roteiro, traçado pelos próprios participantes dessa construção social. Tudo isso teve como objetivo principal a defesa e a valorização da diversidade e da cidadania sexual, demonstrando com clareza e alegria que a luta contra AIDS depende, fundamentalmente, da nossa capacidade de quebrar as barreiras do preconceito e da discriminação, de trabalhar com coragem e esperança, com ousadia e amor.

“Cabaret Prevenção” foi um espetáculo que procurou levar aos palcos, de maneira bem-humorada e ao mesmo tempo reflexiva, a realidade cotidiana homossexual. O somatório inicial de toda essa revolução de ativismo cultural na ABIA foi uma fábrica de emoções em que, juntos, todos festejaram vitórias, derrotas pessoais e sociais, avanços e retrocessos. E juntos perceberam que a disciplina e a solidariedade são fatores fundamentais para as grandes vitórias, buscando produzir benefícios ao ser humano, construindo, assim, um mundo melhor para todos, especialmente para aqueles que são segregados e violentados pelos olhares punitivos da sociedade.

Essa construção foi, toda ela, e é pautada na intervenção e prevenção contra o HIV e a AIDS, que ainda assola milhões de pessoas no mundo.

Trabalhando temas tão intensos, com referências na sexualidade, na pauperização da epidemia e crimes de ódio contra a comunidade LGBTI, como coordenador do projeto na época na ABIA, comecei a trazer para debate, via audiovisual, filmes e documentários com cunho no ativismo cultural de protesto. Estava tímido no início, ao dirigir e produzir temas tão delicados e estigmatizados, porém me fortaleci. Assim, aprendi e passei a produzir mais intensamente nos últimos anos tudo sobre a vida cotidiana de grupos oprimidos. A produção de filmes e documentários sobre o HIV/AIDS, LGBTI e Crimes de ódios contra essa população têm crescido muito em todos estes anos todos em que estou diretamente envolvido na luta contra o HIV/AIDS, a discriminação

O somatório inicial de toda essa revolução de ativismo cultural na ABIA foi uma fábrica de emoções em que, juntos, todos festejaram vitórias, derrotas pessoais e sociais, avanços e retrocessos.

e o estigma. Entrar na vida das pessoas, seja ela gay, lésbica, bissexual, transexual, intersexual ou, simplesmente, ainda em transição, é traçar um roteiro de vidas, às quais só se é possível dar voz e vez através do ativismo cultural. Só através do ativismo cultural é possível

dar voz a tantos indivíduos silenciados e engessados pelos poderes opressores. E a cada dia que passa, presenciamos mergulhos profundos em abismos quando se trata de sexualidade, gênero e saúde de um determinado grupo social.

No filme “Borboletas da Vida”, esse ativismo é trazido para as telas através de mulheres trans da Baixada Fluminense, cujas vidas são conectadas por um único elo, a sobrevivência, no dia a dia, em uma região onde a prevalência da

violência estrutural contra elas e eles é algo inaceitável no que concerne aos Direitos Humanos. O filme desvenda a realidade dos jovens homossexuais que vivem nas periferias das grandes cidades, sofrendo os efeitos da pobreza e da miséria, sem perder sua dignidade, sua criatividade, são homossexuais, transformistas, mulheres, homens trans, borboletas cidadãs e cidadãos da vida brasileira. Eles/elas “carregam a mulher na bolsa” termo muito usado na época das filmagens, pois muitos jovens ainda não assumidos para a família e comunidade não podiam se vestir e/ou se transformar nos arredores de onde moravam. Com isso, experimentavam todas as possibilidades e os limites do medo com força, coragem e determinação, muitas vezes sofrendo penalidades irreversíveis em suas vidas. Lutam pelo direito de serem diferentes e exigem, de diversas maneiras, que a suas diferenças sejam respeitadas. Neste filme, temos a “brava, guerreira gente”, que a televisão brasileira não nos mostra. Mas o ativismo cultural e as lutas de frente nos dão a possibilidade de enfrentar e de nos colocar em posições de igualdades social e sexual.

O trabalho que venho realizando em prevenção de Aids e na diversidade

sexual sempre esteve associado à informação de qualidade, à emoção por meio da arte e à mobilização política. Por isso, o ativismo cultural apresentou-se como uma maneira de responder às dificuldades e aos desafios que os mais diversos tipos de violações poderiam colocar diante das demandas. Utilizar-se da cultura e da arte como argumentos políticos de luta contra as violências sexuais, estruturais, discriminação, preconceito e estigma foi um dos maiores acertos institucionais, que se deu ao longo dessas quatro décadas marcadas pela história do HIV/AIDS e pelos avanços e retrocessos atuais.

Este é o elemento mais importante do ativismo cultural, a possibilidade de entender, no coletivo, que cada cidadão é valioso para a sociedade. Reiteramos que a busca por manter um diálogo com a sociedade civil e política, através do ativismo cultural, contribui para a realização e o sucesso das prerrogativas em luta pela justiça social e direitos das pessoas vivendo e convivendo com HIV e AIDS em contextos opostos às nossas ideias e ideais. O ativismo cultural é a arte que transforma o mundo e qualquer situação de opressão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERDISCIPLINAR DE AIDS (ABIA). *Pedagogia da Prevenção: reinventando a prevenção do HIV no século XXI*. Rio de Janeiro: ABIA, 2015.

ALMEIDA, Vagner de; LEONARDO, Jean P.; MARINHO, Jessica. *Ativismos Culturais: a arte de transformar o mundo*. In. *Boletim ABIA 30 anos: uma história de solidariedade e luta por justiça social*. Rio de Janeiro: ABIA, 2017. pp. 3-6.

ALMEIDA, Vagner de.; RAXACH, Juan Carlos (org.). *3a Idade Homossexualidade e Prevenção do HIV: Histórias de vida de pessoas vivendo com HIV/AIDS*, Rio de Janeiro, ABIA, 2012.

ALMEIDA, Vagner de. (Org). *Cabaret prevenção*. Rio de Janeiro, ABIA, 1997.

RIOS, Luiz F; ALMEIDA, Vagner de; PARKER, Richard; PIMENTA, Cristina; TERTO JÚNIOR, Veriano (Org.). *Homossexualidade: Produção Cultural, Cidadania e Saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2005. pp. 163-173.

[Volta ao Sumário]



IMPrensa LGBT NO BRASIL

Jorge Caê Rodrigues¹

¹ Foi membro do Somos-RJ e o Auê na década de 1980, Cofundador do Grupo Arco-Iris-RJ, Doutor em Letras, UFF, Pós doutor em Cultura e Sociedade, UFBA e Professor do IFRJ.

Em abril de 1978, eu recebi, encoberto num envelope pardo, o jornal *Lampião da Esquina*. O surgimento do *Lampião*, para mim, foi como abrir uma janela para um mundo que eu desconhecia. Um mundo no qual, apesar dos preconceitos, poderíamos discutir nossas preferências sexuais sem medo e sem embaraço. O aparecimento do jornal no país coincide com o início do movimento LGBT organizado no Brasil. E, tanto o jornal quanto o movimento passaram a fazer parte da minha vida profissional e privada.

Acredito que os periódicos LGBT (impressos ou não) tenham importância na construção das diferentes (des)identidades da comunidade LGBT. É sabido que a condição homossexual é uma das condições mais discriminadas em todo o mundo ao longo da história. Por isso, vejo que é muito importante para o leitor homossexual que, desde a infância, lê a vida pelo viés da culpa ou do preconceito, ter acesso a outras leituras que contribuam para a valorização da sua auto-estima – textos e imagens nos quais ele seja o protagonista da sua história na História e possa contar suas histórias. Os periódicos dirigidos às questões homoeróticas também espelham as

dúvidas, lutas e valores desta comunidade sem fronteiras sólidas. E penso que os periódicos façam parte da rede de informação de grande parte da comunidade LGBT que vive ainda clandestina, de certa forma invisibilizada, dia após dia na sociedade, seja no universo do trabalho, das relações familiares, etc.

O *Lampião da Esquina*, o primeiro a surgir, fez um trabalho quase de “catequese”, mostrando que os homossexuais não eram apenas os “bobos da corte”, mas

peças que também influenciam e ditam as “normas na corte”. Num período de grande turbulência política no Brasil, o aparecimento do *Lampião*, trazendo suas histórias de lutas e conquistas, “fez a cabeça” de vários garotos, que, como eu, também tinham suas histórias. Muitas delas, ao aparecerem nas páginas do jornal, serviam de espelho para outras dezenas de “entendidos”, “bichas”, “travestis” e “gueis”. O jornal existiu apenas por 3 anos, e, em julho de 1981, fecha suas páginas.

Os periódicos dirigidos às questões homoeróticas também espelham as dúvidas, lutas e valores desta comunidade sem fronteiras sólidas.



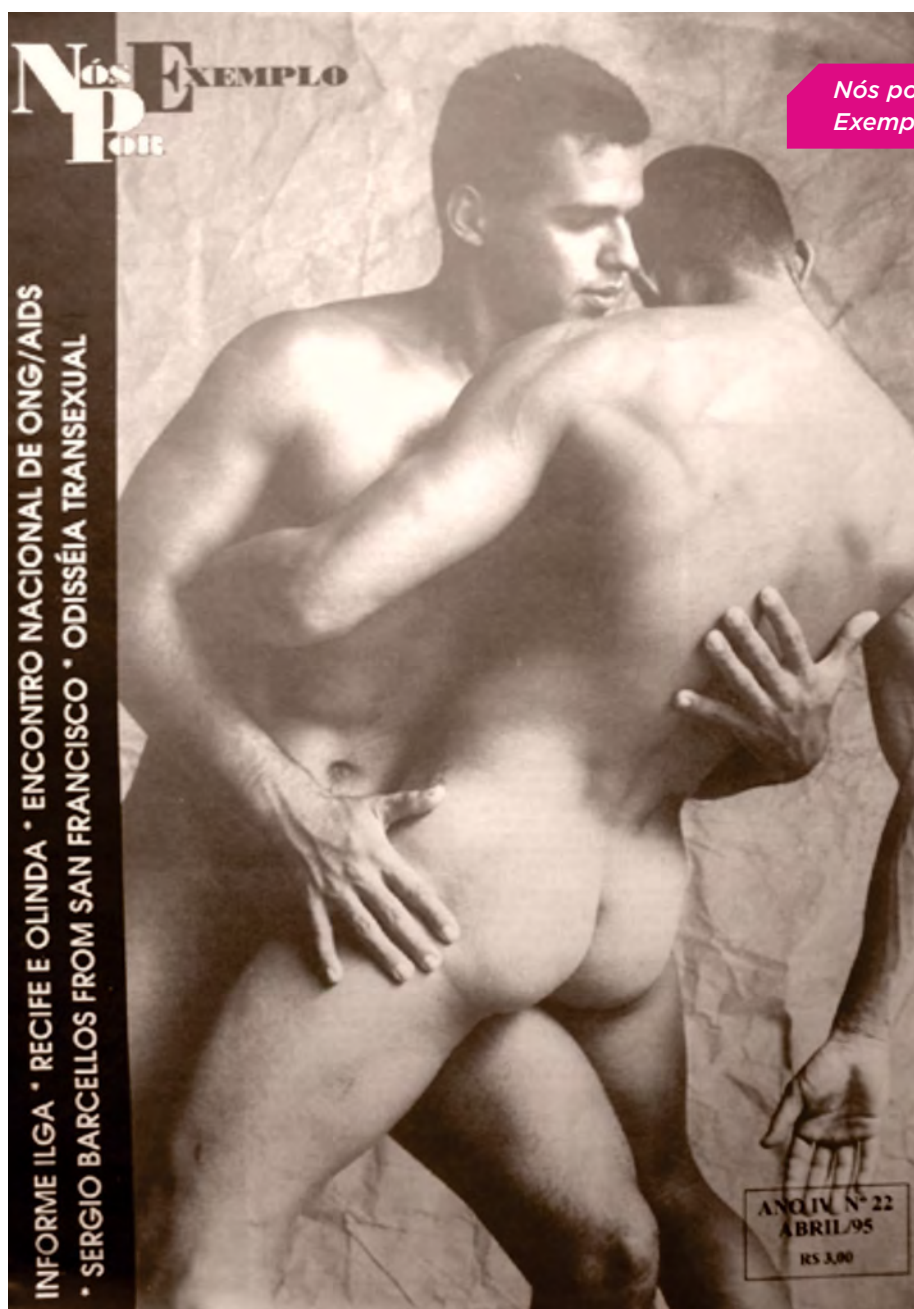
Lampião da Esquina nº 16.

Fonte: Acervo Jorge Caé Rodrigues

As conquistas sociais dos homossexuais, em grande parte do mundo ocidental, quase desmoronaram frente à ameaça do vírus HIV. Infelizmente, foi necessário um grande número de vítimas para que a sociedade como um todo enfrentasse e freasse a epidemia da Aids. O estrago psicológico que se deu entre os gays só não foi pior porque eles próprios se uniram em grupos solidários, criando

ONGs, ou lançando jornais. O *Nós Por Exemplo*, lançado em 1991, foi um exemplo de cuidado e solidariedade para com os gays, “homens que fazem sexo com homens”, bichas e travestis afetados pela doença. Com esclarecimentos diretos e objetivos, o jornal ajudou não só aqueles diretamente vitimizados, mas todos os interessados em lutar contra o preconceito.

Fonte: Acervo Jorge Caê Rodrigues



O pequeno *ENT&* veio para mostrar que tamanho é documento. Pequeno no formato e grande de conteúdo, o jornal ajudou a estabelecer a ponte entre “homens que fazem sexo com homens” e os gays. As ousadias textuais e visuais do *ENT&* completam a ponte entre o *Lam-pião da Esquina* e a revista *Sui Generis*.

A segunda metade dos anos 1990 pode ser vista como a outra metade do fim dos anos 1970, tempo no qual o hedonismo triunfava. Só que, nos anos 1990, esse hedonismo vinha revestido de muito cuidado. Depois de anos de recolhimento, os gays estavam novamente nas ruas, nos bares, nas boates, nas *raves*. O jornal dava lugar à revista, veículo mais apropriado para tempos de sofisticação, consumo e

recursos tecnológicos. Com muita cor, muito grafismo, uma audácia visual e contemporaneidade, a revista *Sui Generis* (1995) abriu espaço para os novos personagens da História contarem suas histórias: “bibas”, “barbies” e “drag queens” uniram-se aos “gays”, “entendidos”, “bichas” e “travestis”.

Os periódicos dirigidos às lésbicas nunca chegaram a ter o sucesso das revistas essencialmente masculinas. Nas minhas pesquisas, nunca trabalhei com publicações exclusivas para as lésbicas, mas posso citar duas que talvez sejam as mais conhecidas, a *Chana com Chana*, que existiu de 1981 até 1987 e *Um outro Olhar*, que foi publicado de 1988 até 1995. As duas foram editadas em São Paulo.

Depois de anos de recolhimento, os gays estavam novamente nas ruas.



Interior da *Sui Generis* nº 35. Matéria sobre dia dos namorados, eu e John fomos convidados a posar para a matéria. Foto de Marco Frossad.

Fonte: Acervo Jorge Caê Rodrigues

Em 1997, surge aquele que, talvez, seja o periódico mais bem sucedido, do ponto de vista financeiro, das revistas gays, – a *G Magazine*. Publicando reportagens sobre violência contra gays, direitos para os homossexuais, entrevistas com

celebridades, turismo dirigido ao público gay, etc., a revista teve no seu quadro de jornalistas João Silveiro Trevisan, Vange Leonel e Glauco Matoso, dentre outros. A revista conseguiu unir boa informação ao nu masculino.

Fonte: Acervo Jorge Caê Rodrigues



Revista Dom existiu durante um ano.



Revista Junior foi lançada em 2007 e fechou em 2015.

Fonte: Acervo Jorge Caê Rodrigues



1



2



3

1 Jornal Ent& o pequeno notável, durou apenas 1 ano.

2 Revista Aimé existiu de 2008 a 2010.

3 G Magazine circulou nas bancas de jornal por 16 anos.

Os periódicos não vão parar aí, temos nos anos 2000 outros exemplos de revistas que continuaram imprimindo as diferentes (des)identidades da vasta comunidade LGBT e todas as outras possíveis letras que couber e houver.

Tanto quanto narrar a situação social e política de um grupo em determinada época, jornais e revistas de temática

libertária indiciam as concordâncias que formulam o design identitário desse grupo. É sob essa perspectiva que leio a história da imprensa gay brasileira, que, a partir das últimas décadas do século XX, buscou elevar a voz dos homossexuais, voz silenciada pelo conservadorismo da sociedade brasileira e suas reverberações políticas.

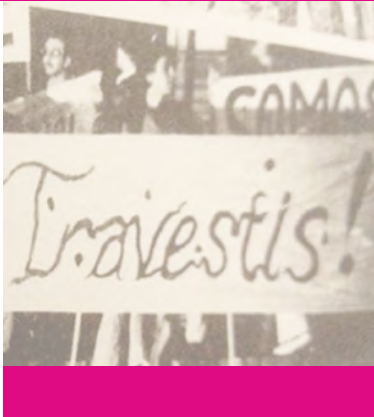
Referências

GREEN, James N. *Beyond Carnival – male homosexuality in twentieth-century Brazil*. USA: The University of Chicago Press, 1999

RODRIGUES, Jorge C. *Impressões de identidade – um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010

TREVISAN, João S. *Devassos no Paraíso – a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2002

[\[Volta ao Sumário \]](#)



EU (R)EXISTI, EU (R)EXISTO E VOU CONTINUAR (R) EXISTINDO: TRAVESTIS, MULHERES TRANSEXUAIS E MOVIMENTO SOCIAL!

Megg Rayara Gomes de Oliveira¹

¹ Travesti preta, doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, professora, artista plástica, pesquisadora de gênero, diversidade sexual e relações étnico raciais, ativista do movimento social de negras e negros e do movimento social de travestis e transexuais.

² Por adotar uma postura feminista e para dar maior visibilidade as autoras – pesquisadoras, ativistas, etc., – na primeira vez que faço uma citação transcrevo seus nomes por extenso e não apenas o sobrenome, além de adotar a flexão de gênero na minha escrita.

Éa partir dos anos 2000 que a experiência de vida de travestis e mulheres transexuais ganha maior visibilidade e desponta como temática central na pesquisa brasileira (Marília dos Santos AMARAL; Talita Caetano SILVA; Karla de Oliveira CRUZ; Maria Juracy Filgueiras TONELI, 2014)², graças ao aumento substancial dos estudos de gênero e sexualidade.

Essas pesquisas, porém, se referem a experiências recentes, restritas às sociedades contemporâneas, bem como a determinados espaços, e reiteram estigmas e estereótipos. (AMARAL; SILVA; CRUZ; TONELI, 2014, p. 302). Apesar de as existências serem múltiplas, são tratadas como iguais, sobretudo nas sociedades ocidentais, a partir do século XVIII, reguladas pelo cristianismo, pela ciência e pelo Estado. Essas existências desafiam as normas impostas e buscam reconstruir espaços que suas antecessoras já ocuparam.

Tento, assim, chamar a atenção para o fato de que é preciso adotar uma postura genealógica para interpretar e escrever a história tradicional e questionar os silêncios em relação à presença de travestis e mulheres transexuais.

Faço este convite também em relação à história recente, em relação à luta por direitos, em relação à luta para reconquistar autonomia sobre a própria existência e para reconquistar autonomia sobre o próprio corpo.

Baton, salto alto e muita porrada: nasce o movimento LGBT!

A *Revolta de Stonewall*³ marca, oficialmente, o início das lutas por direitos da população LGBT nos Estados Unidos da América. As duas pessoas que acendem a centelha que deu origem às manifestações são Marsha P. Johnson, travesti negra, e Sylvia Rivera, travesti porto-riquenha, à época com 17 anos.

Nos meses seguintes à *Revolta de Stonewall*, Marsha e Sylvia trabalham de maneira efetiva para a fundação e estruturação do movimento que hoje chamamos LGBT.

Sylvia foi uma das fundadoras da Frente de Liberação Gay e da Coligação de Ativistas Gays, além de ser cofundadora da *Street Transvestite Action Revolutionaries (STAR)*, com sua amiga Marsha P. Johnson.

A presença majoritária de homossexuais masculinos brancos nessas organizações contribuiu para que os debates gravitassem em torno de suas pautas, daí o nome Movimento Gay.

No Brasil, o Grupo Somos, fundado em 1978, em São Paulo, adotou uma postura excludente e não permitiu a participação de gays afeminados e travestis⁴. A lógica era a mesma dos grupos de esquerda que faziam frente ao regime militar em curso e defendiam a tese de que “o homem gay afeminado não ‘combinava’ com a Revolução”. (Fernanda Dantas VIEIRA, 2015, n.p.) Por sua vez, o regime militar colocou em curso um processo de higienização e caça aos gays afeminados e às travestis “e todo e qualquer desviante sexo-gênero, e degenerados” (VIEIRA, 2015, n.p.)

³ Em 1969, na cidade de Nova Iorque, na noite de 28 de junho, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais reagem a uma ação truculenta da polícia nas dependências do Bar *Stonewall Inn*. Durante três dias e três noites, a comunidade LGBT e aliados/as resistiram ao cerco policial.

⁴ Nesse período não se utilizava o conceito de transexual, por isso utilizo apenas o conceito de travesti.

Por mais bizarro que possa parecer o movimento gay em formação, os grupos de esquerda e o regime militar alinhavam suas posições em relação aos gays afeminados e as travestis, concordando que se tratava de um grupo que podia e deveria ser eliminado.

Pajubá, gilete e silicone industrial: nasce o movimento de travestis e mulheres transexuais no Brasil!

No início do século XX, o espaço destinado às travestis se divide entre a prostituição e o teatro de revista. São existências marginalizadas, restringidas à vida noturna.

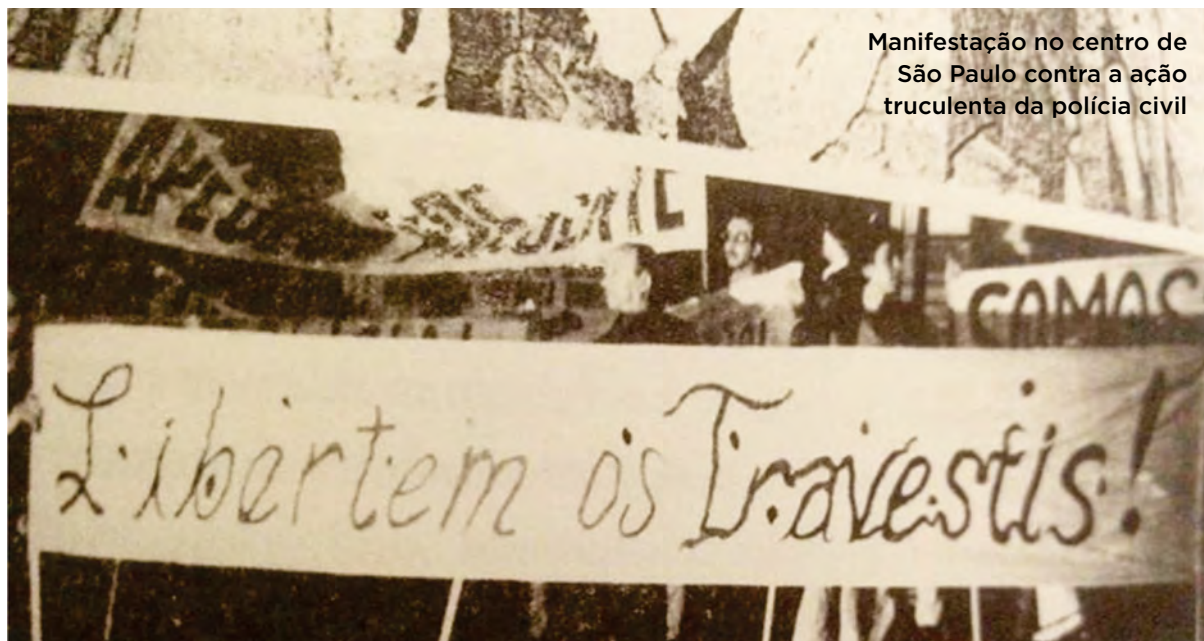
Em 1976, a Lei de Vadiagem, existente desde 1924, ganha fôlego em São Paulo, e o delegado Guido Fonseca determina a prisão de todas as travestis “para averiguação de ‘vadiagem’”. Entre 14 de dezembro de 1976 e 21 de Julho de 1977

foram 460 travestis detidas” (Virgínia GUITZEL, 2015, n.p.). Também “foi estabelecido formas de ‘medir’ o corpo delas, recolher suas imagens para ‘averiguação’ a fim de determinar o quanto perigosas elas poderiam ser” (VIEIRA, 2015, n.p.).

Este é um período em que as travestis desenvolvem estratégias variadas de (r)existência, porém pouco discutido.

Keila Simpson Souza, atual presidenta da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, informa que o movimento de travestis e transexuais no Brasil nasce em 1992, com a fundação da Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL, no Rio de Janeiro. A intenção era “realizar um encontro nacional que viesse agregar a população de travestis e transexuais que estavam pelo Brasil afora, na sua grande maioria atuando nas organizações mistas de Gays e Lésbicas” (Keila Simpson SOUZA, n.d.).

É a partir de 1993 que a categoria transexual – que emerge da área da saúde



Manifestação no centro de São Paulo contra a ação truculenta da polícia civil

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>

– começa a ser popularizada. Classificada como transtorno de identidade de gênero pela Organização Mundial da Saúde (Maria Thereza Ávila Dantas COELHO; Liliana Lopes Pedral SAMPAIO, 2014, p. 14), esse conceito ganha espaço na mesma proporção que o movimento social organizado de travestis, que atua, inicialmente, na prevenção da Aids.

Sim eu sou uma amapô: processo transexualizador no Brasil

Gradualmente, muitas pessoas passam a se identificar como transexuais, concordando, inclusive, com o Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais (DSM IV), de que são portadoras de uma patologia por apresentarem “inadaptação em relação ao seu próprio sexo anatômico” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 14).

Essa situação não persiste por muito tempo, e o movimento social passa a problematizar que as experiências da transexualidade deveriam considerar “articulações históricas e sociais que produzem os corpos e as identidades sexuais, não se restringindo à perspectiva biológica” (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 14). Assim, a despatologização das identidades trans se torna uma das bandeiras mais importantes do movimento de travestis e mulheres transexuais, o que não implica abrir mão de outras conquistas, como o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), instituído

pela Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008, e pela Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008, como parte da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Em 2013, a Portaria nº 2.803 redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS, com o objetivo de “atender as pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero, quando não há reconhecimento do próprio corpo em relação à identidade de gênero”. (BRASIL, 2017, n.p.).

A portaria assegura o acesso gratuito à cirurgia de transgenitalização a maiores de 18 anos que passem por um acompanhamento psicoterápico durante 24 meses e tenham laudos psicológicos e psiquiátricos atestando sua transexualidade.

No entanto, a falta de hospitais credenciados e profissionais habilitados/as, dificulta que esse processo se efetive, e o tempo mínimo de espera para a realização da cirurgia gira em torno de 10 anos. Outras questões presentes na Portaria, como a elaboração de protocolos clínicos acerca do uso de hormônios, implante de próteses de silicone para travestis e transexuais, sequer foram discutidas na maioria dos municípios do país.

Embora a cirurgia de transgenitalização seja meta para muitas mulheres transexuais, a categoria mulher vem sendo ressignificada, deixando de estar associada ao órgão genital.

Embora a cirurgia de transgenitalização seja meta para muitas mulheres transexuais, a categoria mulher vem sendo ressignificada,

deixando de estar associada ao órgão genital. Sendo assim, é possível ser mulher de formas variadas, com um pênis inclusive.



Referências

AMARAL, Marília dos Santos; SILVA, Talita Caetano; CRUZ, Karla de Oliveira; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. *Do travestismo a travestilidade: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010*. Revista Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 2, 2015, p. 301 – 311. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a07v26n2.pdf>>. Acesso em 2 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Processo Transexualizador no SUS*. Distrito Federal: Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>>. Acesso em 14 jul. 2018.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral SAMPAIO. *As transexualidades na atualidade: aspectos conceituais e contexto*. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral SAMPAIO, (Org.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014.

GUITZEL, Virgínia. A repressão sexual e identitária: da ditadura militar à democracia– Parte I. *Esquerda Diário*, 11 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/A-repressao-sexual-da-ditadura-militar-a-democracia-Parte-I>>. Acesso em 14 jul. 2018.

SOUZA, Keila Simpson. E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais. *ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais*, n. d. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em 14 jul. 2018.

VIEIRA, Fernanda Dantas. *A caça aos homossexuais e travestis na ditadura militar*. Pragmatismo Político, 17 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/a-caca-aos-homossexuais-e-travestis-na-ditadura-militar.html>>. Acesso em: 17 set. 2018.

[Volta ao Sumário]



AÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS PELA DIVERSIDADE SEXUAL

Anderson Ferrari¹

¹ Graduado em História pela UERJ, mestrado e doutorado em Educação. Atualmente é professor adjunto de Ensino de História da Faculdade de Educação da UFJF. Em 2013 foi agraciado com a menção honrosa Cora Coralina do edital da ANPED/SECADI pela importante contribuição para área de Diversidade Sexual e Educação. Entre 2014 a 2016 ocupou o cargo de presidente nacional da ABEH- Associação Brasileira de Estudos da Homocultura.

Miss Brasil Gay: “o maior evento gay do Brasil. Patrimônio imaterial de Juiz de Fora

Além do título de “maior evento gay do Brasil”, em 2007, o Miss Brasil Gay também foi elevado a patrimônio imaterial de Juiz de Fora. No entanto, este reconhecimento não significou a manutenção de sua continuidade, de maneira que, depois de quatro anos de ausência, em 2017 foi realizado o 37º Concurso de Miss Brasil Gay, um evento que é, ao mesmo tempo, construção, invenção e tradição desta cidade do interior de Minas Gerais. A primeira edição do concurso ocorreu em 1977, em plena ditadura militar, marcada pela censura e repressão. O desfile das misses acontecia na clandestinidade. Tomado pela apreensão do que significava uma festa em que homens se vestiam de mulheres, o grupo era fechado, restrito a poucos amigos e espectadores, com manifestações de euforia tímidas e contidas, para não chamar a atenção.

O concurso surgiu a partir de uma iniciativa individual de um cabeleireiro que, juntamente com um

O maior evento gay do Brasil. Patrimônio imaterial de Juiz de Fora!



37°
MISS
BRASIL
GAY 2017
JUIZ DE FORA-MG



Sheila Veríssimo
MBG 2013



19^{ago}
21h

+ Informações
missbrasilgay2017@gmail.com.br

Fonte: Acervo do autor

grupo pequeno de amigos, construiu uma maneira de relacionar suas performances de diversidade sexual com o contexto político da época. Na impossibilidade de espaços de diversão gay na cidade, nos quais pudessem expressar suas performances de gênero, construíram essa alternativa inventiva que dialogava com que havia de mais feminino na época, os concursos de misses. Inventaram o Miss Brasil Gay, em que todas as candidatas eram da cidade, mas representando estados da federação brasileira. Essa construção foi se tornando uma tradição entre este grupo que, pouco a pouco, foi se ampliando e tomando outras dimensões, abandonando o caráter de festa particular e local para se transformar num evento público e nacional, responsável pelo surgimento de outros movimentos na cidade, como o primeiro grupo LGBTT da cidade – o MGM – Movimento Gay de Minas e o *Rainbow Fest*.

Há quase 40 anos o concurso de Miss Brasil Gay faz parte do calendário da comunidade LGBTT. Atualmente, o concurso encerra um dos eventos mais importantes de diversidade sexual do Brasil – o *Rainbow Fest*. Trata-se de uma ocasião única no Brasil: uma semana de debates e de reflexões sobre as diversidades sexuais que se encerra com a escolha da Miss Brasil Gay.

A semana de debates engloba um conjunto de eventos, que resiste e insiste em se fazer presente na cidade, com a proposta de colocar as diversidades sexuais em discussão, nas suas variadas

dimensões. Há desde palestras no campo do direito, da educação e da empregabilidade até mostra de cinema e cultura LGBTT, além de um mercado de moda alternativa. Dessa forma, ir para o concurso pode significar participar de todos os eventos, ou parte deles. De forma geral, o *Rainbow Fest* se constitui como um grande momento de visibilidade, fazendo com que o aspecto da participação política festiva se sobressaia. Podemos pensar que o concurso e o *Rainbow Fest*, ao colocarem as diversidades sexuais em discussão, possuem um aspecto educativo e político, investindo em outro tipo de sujeito, abrindo espaço para novas existências, para diferentes formas de ser e estar no mundo. São dois eventos que evidenciam que não é possível discutir as diversidades sexuais sem colocar em foco os mecanismos de diálogo entre a cultura, a sociedade e as expressões sexuais.

Embora ocorram outros concursos semelhantes em várias cidades, eles são situações específicas, que acontecem numa única noite e contam com a população local, quase que exclusivamente. O que ocorre em Juiz de Fora é diferente, pois, por um lado, não se trata apenas de um concurso que acontece no sá-

bado à noite, mas de uma programação política e cultural que problematiza a diversidade sexual, ao longo de uma semana. Por outro lado, a programação é responsável pela transformação da cidade, trazendo turistas de todo Brasil, que ocupam a rede hoteleira, se constituindo na principal festa da cidade e conferindo

Há quase 40 anos o concurso de Miss Brasil Gay faz parte do calendário da comunidade LGBTT.

a Juiz de Fora o título de cidade mais acolhedora para as diversidades sexuais.

O que estamos defendendo é que parece possível pensar o surgimento, a expansão, a continuidade e consolidação do concurso Miss Brasil Gay como parte de uma história marcada pela disposição de colocar as diversidades sexuais na pauta das questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Também foi durante o final da década de 1970 e início dos anos 1980 que o movimento LGBTTT começou a se organizar no Brasil (MCRAE, 1990; GREEN, 2000; TREVISAN, 2000). É possível pensar que isso tenha influenciado a expansão e consolidação do Miss Brasil Gay como resultado da visibilidade e da mudança de postura diante da diversidade sexual. Em contrapartida, essa festa também contribuiu para a visibilidade LGBTTT, uma das demandas do movimento naquela época, propiciando a

organização de novos grupos LGBTTT e a manifestação da diversidade sexual. Tais manifestações problematizam as fronteiras e as possibilidades de existências.

MGM: do *Rainbow Fest* a ação política

Aqui se encontram duas fotos que retratam a origem do Movimento Gay de Minas, em dois momentos importantes para o grupo em diálogo com a pauta nacional.



Fonte: Acervo do autor



Na primeira foto, temos um grupo de militantes gays reconhecidos nacionalmente, entre eles Luiz Mott e Beto de Jesus, que foram responsáveis pelos primeiros incentivos à criação do grupo, num cenário de expansão dos grupos gays no Brasil, a partir do apoio daqueles já existentes.

Na segunda, outro momento representativo, a primeira parada gay de Minas, ocorrida em Juiz de Fora, quando contava com o financiamento do Ministério da Saúde, que foi responsável por um *boom* de paradas LGBTT por todo território nacional.

O Movimento Gay de Minas – MGM – nasceu no ano 2000, como resultado do *JF Rainbow Fest* na cidade de Juiz de Fora/MG. Em 1998, um casal de namorados – Oswaldo Braga e Marcos Trajano – resolveu criar um evento – *JF Rainbow Fest* – que reunia palestras, mesas-redondas, teatro, lançamento de livros, apresentação musical e de *drag-queens*, entre outras atividades culturais que visavam colocar em discussão as questões que envolviam as diversidades sexuais. A intenção era realizar essas atividades na semana do Miss Brasil Gay, concurso já famoso em todo Brasil naquele momento, que acontecia anualmente na cidade, desde 1977, e que trazia um grande público. Segundo os seus idealizadores, o objetivo era aproveitar o grande número de pessoas que ia para a rua ou que estava presentes na cidade e lhe propor algo mais informativo, que fosse capaz de colaborar para a conscientização e o respeito à realidade das pessoas LGBTT, sobretudo no que se refere à prevenção ao HIV/Aids.

Depois de dois anos de realização do evento, militantes de outros grupos gays organizados no Brasil, e que eram convidados a participar do evento, insistiram na criação de um grupo em Juiz de Fora, aos moldes do que estava acontecendo em todo Brasil, como ONGs, Organizações Não Governamentais. Concordando com a necessidade de um trabalho mais duradouro, os organizadores começaram a pensar nessa proposta e a buscar ajuda em outros grupos já existentes. E disto, dois pontos merecem destaque. O Primeiro é a marca dos anos 2000 para os grupos LGBTT, no sentido de criarem uma corrente de apoio e de incentivo para a criação de outros grupos. O segundo é a relação com os governos federais, e mesmo os estaduais, que iniciavam uma aproximação com os grupos LGBTT, entendendo-os como aliados importantes na prevenção a epidemia do HIV/Aids. Esses dois fatores juntos foram responsáveis por um crescimento dos grupos e suas ações por todo país. Podemos dizer que havia uma articulação existente entre os grupos, de forma que seus membros funcionavam como “padrinhos” uns dos outros, facilitando a troca de informações, na tentativa de aumentar o número dos que se encontravam espalhados pelo Brasil. O maior exemplo disso foi o Projeto SOMOS, dirigido pelos membros da ABGLT, que tinha como função a capacitação de novos agrupamentos.

Ao longo de sua existência, o grupo teve uma ampla e importante ação tanto na cidade de Juiz de Fora como no movimento LGBTT nacional, defendendo sempre o combate à discriminação e ao preconceito, assim como a luta pela

conquista e ampliação de direitos, de informação, de formação do cidadão participativo, enfim, a existência de uma sociedade mais democrática e igualitária. Trata-se de um grupo que nasce de um even-

O Rainbown Fest sempre foi um misto de luta com alegria e de política com festa.

to e que retorna a ele, fazendo com que o *Rainbow Fest* fosse sempre seu grande momento de atuação e ação política, movimentando a cidade com um misto de luta com alegria e de política com festa.

Referências

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

[Volta ao Sumário]



OS EBGLTs

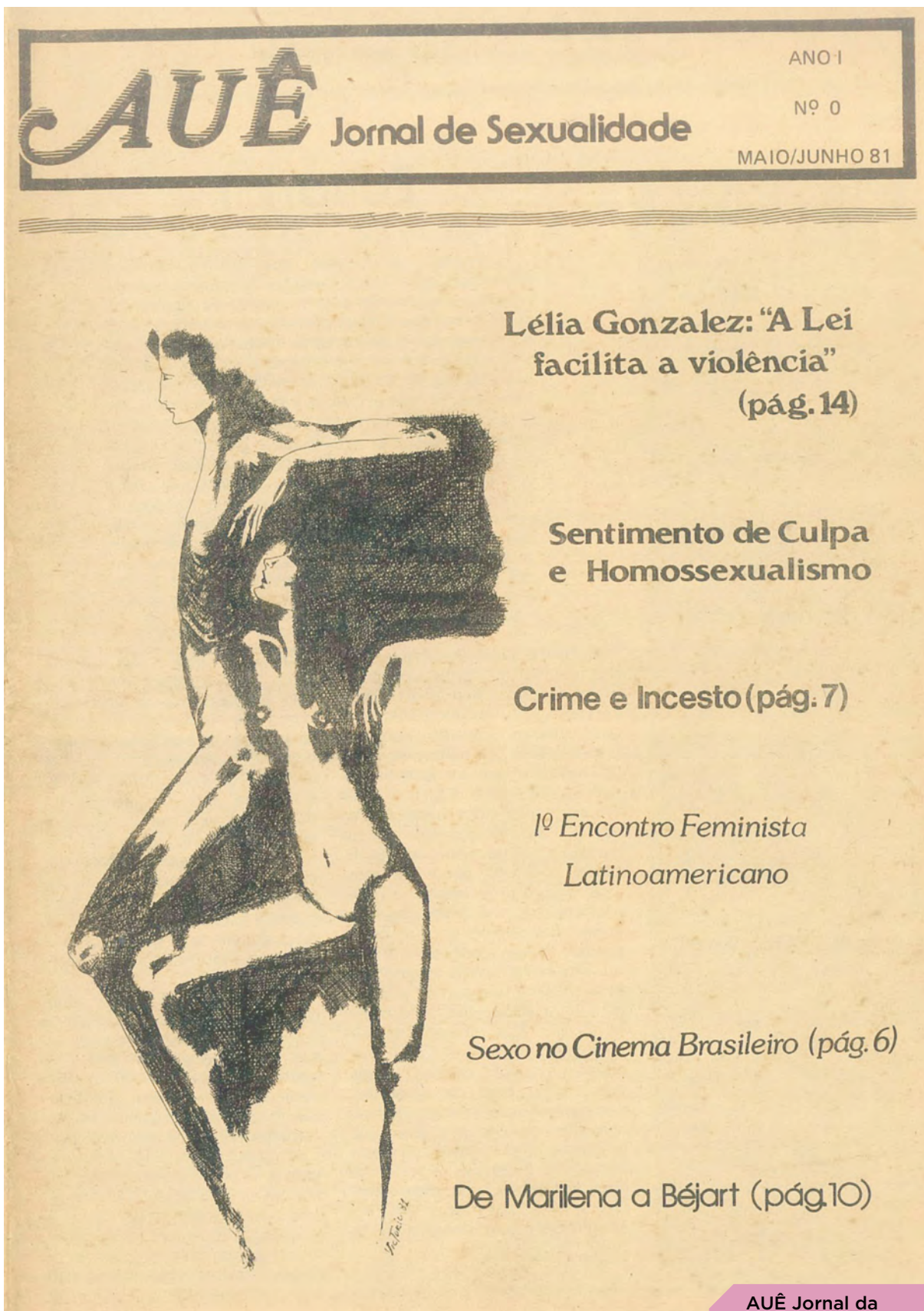
Toni Reis¹

¹Toni Reis (20/06/1964) é ativista e militante da causa LGBTI desde meados dos anos 1980. Foi o presidente fundador do Grupo Dignidade (Curitiba-PR) em 1992 e primeiro secretário geral da ABGLT em 1995. Atualmente (2017) é diretor presidente da Aliança Nacional LGBTI. É pós-doutor em educação.

Nem sempre os Encontros Brasileiros de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT) tiveram este nome. No final dos anos 1970, surgiram diversos grupos do que hoje chamamos LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais), com predominância, porém não com exclusividade, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entidades como o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo, e o Auê, no Rio de Janeiro, entre outros grupos, se mobilizaram e organizaram a realização do 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), no Teatro Ruth Escobar, na cidade de São Paulo, de 04 a 08 de abril de 1980, ainda na ditadura militar.

O prefácio do relatório datilografado do 1º EBHO informa que o Encontro representava um “basta” contra a discriminação e que teve como propósito principal “extrair uma plataforma que nos una de norte a sul.” (1º EBHO, 1980). Um dos destaques da plataforma foi a mobilização para despatologizar a homossexualidade no Brasil, o que aconteceu em 1985.

Fonte: Acervo do autor



ANO 1

Nº 0

MAIO/JUNHO 81

AUÊ

Jornal de Sexualidade

Lélia Gonzalez: "A Lei
facilita a violência"
(pág. 14)

Sentimento de Culpa
e Homossexualismo

Crime e Incesto (pág. 7)

1º Encontro Feminista
Latinoamericano

Sexo no Cinema Brasileiro (pág. 6)

De Marilena a Béjart (pág. 10)

AUÊ Jornal da
Sexualidade: 1981.

Fonte: Acervo do autor



Cartaz do 1º
EBHO: 1980.

O 2º EBHO somente veio a ser realizado entre 13 e 15 de janeiro de 1984, em Salvador, com 5 grupos participantes. O intervalo de quase quatro anos, desde o 1º Encontro, foi atribuído ao fato de que “o movimento homossexual no Brasil acha-se em uma crise profunda” e se encontrava em um “estado de inércia” (2º EBHO, 1984).

O 3º EBHO foi realizado pelo Atobá, no Rio de Janeiro, entre 06 e 08 de janeiro de 1989. Contou com a participação

de seis grupos. O temário foi bastante abrangente e concreto, variando desde os problemas de sobrevivência enfrentados pelos grupos, passando pela Aids, a conjuntura nacional e internacional, discutindo, inclusive, sobre a formação de uma Federação Nacional dos Homossexuais, que poderia ser “mista” (grupos homossexuais e grupos de Aids), ou “linear” (apenas grupos de homossexuais). (3º EBHO, 1989).

Fonte: Acervo do autor



3º EBHO, Rio de Janeiro, 1989 (no centro, Rodolfo Skarda, presidente do Grupo Atobá).

Por sua vez, o 4º EBHO foi realizado em Aracaju, um ano depois, de 11 a 14 de janeiro de 1990, com a participação de seis grupos. Avançou-se com as discussões sobre a “criação de uma entidade nacional representativa”, que teria como nome “Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas Homossexuais” para “representar o movimento brasileiro frente a entidades nacionais e internacionais.” (4º EBHO, 1990).

No ano seguinte, o 5º EBHO aconteceu no Recife, entre 07 e 13 de janeiro de 1991, organizado pelo Movimento Antonio Peixoto. Seis grupos participaram. O temário tratou do fortalecimento de grupos existentes e criação de novos, além de Aids, religião, violência, entre outros assuntos. (5º EBHO, 1991).



Fonte: Acervo do autor

5º EBHO, Recife, 1991 (no centro, à esquerda, Antonio Peixoto, e à direita, Alan Gomes, do Grupo de Resistência Asa Branca).

Foi realizado no Rio de Janeiro, entre 29 e 31 de maio de 1992, o 6º EBHO, com a participação de 15 grupos e aumento significativo da representação das lésbicas, que reivindicaram maior espaço na programação dos EBHOs e a discussão de “gênero, misoginia, machismo/sexismo (...) dentro dos grupos ‘gays’ (isto é, grupos de homossexuais masculinos).” De modo geral, as discussões seguiram os mesmos tópicos que o EBHO anterior, com a novidade da mobilização para o levantamento e a proposição de leis contra a discriminação por orientação sexual e a proposição de uma lei federal de “Contrato de União Civil”. (6º EBHO, 1992).

Fonte: Acervo do autor



6º EBHO, Rio de Janeiro, 1992 (da esquerda para direita, Huides Cunha (Grupo Gay da Bahia-GGB), Toni Reis (Grupo Dignidade), Carlos Neves (Movimento Homossexual de Belém), Wellington Andrade (Dialogay), Luiz Mott (GGB), Paulo Fernandes (Atobá).

O 7º Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO) teve lugar em São Paulo, de 4 a 7 de setembro de 1993, com a participação de 21 grupos. Além da mudança do nome do Encontro,

um dos principais encaminhamentos foi a deliberação pela criação de uma “Comissão de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas, (...) um organismo, de caráter nacional”. (7º EBLHO, 1993).

Mesa de abertura do 8º EBGL, 1995 (da esquerda para direita: Roberto Chateaubriand, Paulo Proto, Toni Reis, Vânia Galliciano, Mariângela Galvão Simão, João Carlos Baracho, Mitchellle Meira).



Fonte: Acervo do autor

Entre 26 e 31 de janeiro de 1995, o 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL) foi realizado em Curitiba, concomitantemente com o 1º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que trabalham com Aids. Conseguiu reunir mais de 300 pessoas e 84 organizações (40 grupos LGBTI e 31 ONGs/Aids). Em 31 de janeiro, 33 dos 40 grupos LGBTI aderiram à criação da então chamada

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT. Observa-se o início da inclusão das travestis na nomenclatura. Finalmente, formou-se a entidade nacional prevista desde os anos 1980. No final do Encontro, houve uma colorida, volumosa e inédita passeata pelo centro de Curitiba, sendo uma das primeiras a ocorrer no Brasil. (8º EBGL, 1995).



Passeata em Curitiba dos/das participantes do 8º EBGL, 1995

O 9º EBGLT (agora com a letra T na sigla) e o 2º EBGLT-Aids tiveram lugar em São Paulo, entre 20 e 26 de fevereiro de 1997. Contou com 338 participantes e 52 grupos entre “GLT, ONGs/Aids e simpatizantes”. (FACHINI, 2005). Este

Encontro decidiu pela realização das Paradas LGBTI no Brasil, as quais começaram a ser realizadas em junho do mesmo ano em várias capitais.

Já o 10º EBGLT foi realizado em Recife, entre 25 e 28 de outubro de 2001.

Contou com mais de 400 participantes. O Encontro demonstrou preocupação especial em relação à legislação de proteção às pessoas LGBTI, políticas públicas afirmativas e a representação das lésbicas e pessoas trans. (10º EBGLT, 2001).

Manaus foi sede do 11º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, realizado entre 11 e 14 de novembro de 2003. Mostrou, em especial, forte e abrangente preocupação com políticas públicas afirmativas para LGBTI, no

marco da elaboração do Programa Brasil Sem Homofobia. (11º EBGLT, 2003).

O 12º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) Adamor Guedes foi realizado em Brasília, de 08 a 11 de novembro de 2005. O nome presta homenagem ao ativista Adamor Guedes, figura chave na realização do Encontro anterior, assassinado em 27 de setembro de 2005. O 12º Encontro decidiu pela inclusão de bissexuais e transexuais no nome do evento. (12º EBGLT, 2005).



Fonte: Acervo do autor

Por fim, houve o 13º EB-LGBT – Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Este foi o último Encontro e teve lugar em Porto Alegre, de 28 a 30 de novembro de 2008. Em junho do mesmo ano, havia sido realizada a 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos da População LGBT. Em vista deste novo espaço, mais abrangente, promovido pelo governo a

fim de subsidiar a formulação de políticas públicas específicas para a população LGBTI, avaliou-se que não havia necessidade de continuar com a realização dos Encontros. Também, com o surgimento de grandes redes nacionais dos segmentos LGBT, considerou-se mais apropriado cada uma realizar seus próprios congressos e eventos afins.

Referências

- 1º EBHO – I Encontro Brasileiro de Homossexuais. *Temário, Relatórios de Grupos, Reportagens*. São Paulo: Comissão Coordenadora, 1980.
- 2º EBHO – II Encontro Brasileiro de Homossexuais. *Convocações, Programação Preliminar, Correspondências*. Salvador: Comissão Organizadora – Grupo Adé Dúdu, Grupo Gay da Bahia e Grupo Libertário Homossexual, 1984
- 3º EBHO – III Encontro Brasileiro de Homossexuais. *Convocação e Proposta de Temas, Resoluções, Regimento Interno, Teses, Relatórios dos Grupos, Decisão da Plenária, Reportagens*. Rio de Janeiro: Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual, 1989.
- 4º EBHO – IV Encontro Brasileiro de Homossexuais. *Carta de Sergipe, Reportagens*. Aracaju: Grupo Dialogay de Sergipe, 1990
- 5º EBHO – V Encontro Brasileiro de Homossexuais. *Relatório e Anexos*. Recife: Movimento Antonio Peixoto, 1991; Londres: Toni & David, 1991.
- 6º EBHO – VI Encontro Brasileiro de Homossexuais. *Convocação, Relatório*. Rio de Janeiro: Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual, 1992; Curitiba: Grupo Dignidade, 1992.
- 7º EBLHO – VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. *Registro e Memória*. São Paulo: Deusa Terra, Etcetera e Tal, Grupo de Homossexuais do PT, Rede de Informação Lésbica um Outro Olhar, 1993.
- 8º EBGL – I Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com Aids. VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Curitiba: Grupo Dignidade, 1995.
- 10º EBGLT – X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis. *Relatório Final Narrativa*. Maceió: Grupo Gay de Alagoas – GGAL, Satyricon, AMHOR, Defensores, Dialogay, Pró-Vida, 2001.
- 11º EBGLT – XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros. *Relatório Final Narrativo das Atividades do XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros/ EBGLT*. Manaus: Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis, 2003.
- 12º EBGLT – XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) Adamor Guedes. *Plenária final do XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) Adamor Guedes*. Brasília: Estruturação – Grupo LGBT de Brasília, 2005.
- FACHINI, Regina. *Sopinha de letras?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

[Volta ao Sumário]



MOVIMENTO POLÍTICO SOCIAL DA POPULAÇÃO T NO BRASIL

Jovanna Cardoso da Silva¹

¹ Idealizadora e Fundadora do Movimento de Travestis e Transexuais no Brasil e Presidente do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros -FONATRANS.

Fonte: Acervo da autora



Jovanna Baby,
Idealizadora e
Fundadora do
Movimento Nacional
de Travestis e do
ENTLAIDS

Com o objetivo de documentar o marco histórico que é o surgimento jurídico do movimento de Travestis no Brasil e garantir a informação verdadeira e contextualizada de quem o idealizou e fundou a **Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL/RJ**,

entidade idealizadora que idealizou a RENTLAR e RENATA redes Nacionais que Congregava Travestis de Todos os Estados Brasileiros, desde 1993, também no sentido de facilitar a pesquisadores parceiros de outrora e atuais, o **Grupo Astral** vem a público por meio deste publicar, o seguinte:

Em meados dos anos de 1990, eu, Jovanna Baby – hoje Jovanna Cardoso da Silva – atuava na Prostituição nos Bairros Praça Tiradentes, Praça Mauá e Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A atuação da Polícia era veemente na perseguição, espancamento e prisão de Travestis em toda a Capital. Na época, apareceu, em nossos pontos de concentração, Célia Sterenfeld coordenadora do Programa Integrado de Marginalidade (PIM) que

realizava atividades de prevenção às DST/HIV/AIDS. Aos poucos, Célia conseguiu ganhar nossa confiança e já em 1991, me convidou para compor a equipe do projeto. O desafio foi aceito e lá atuei como multiplicadora de informações em todos os pontos de prostituição de Travestis na cidade do Rio de Janeiro.

A perseguição da polícia não cessava e à medida que o tempo passava, na equipe do projeto, mais conhecimentos eu adquiria e eles foram fundamentais para as reuniões com as Travestis na sede do Instituto Superior de Estudos das Religiões (ISER). A Entidade, muito respeitada no Rio de Janeiro, abrigava em seu bojo o projeto “Saúde na Prostituição”. Estas reuniões se iniciaram em novembro de 1991, com a presença de no máximo seis Travestis porque a maioria absoluta trabalhava durante toda a madrugada e dormiam durante o dia.

Fizemos cerca de duas reuniões no final de 1991, a temática era sempre a prevenção à Aids e a violência policial, cujos números só cresciam. Neste período, seis travestis participavam maciçamente das atividades do Projeto: **eu, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique Du Bavieur e Claudia Pierry France**. Entra o ano de 1992 e logo no mês de janeiro a prefeitura do Rio determinou à guarda municipal que fizesse recolhimento das travestis dos pontos de prostituição,

Fonte: Acervo da autora



A imagem original, danificada pelo tempo, contava com cinco pessoas. À esquerda, posava Elza Lobão ao lado de Claudio, Jovanna Baby (primeiro plano), Beatriz Senegal (segundo plano) e Monique Du Bavieur. Fundadoras do Movimento Nacional de Travestis e do ENTLAIDS.

do centro à Ipanema. Com a determinação do **comando da PM**, a notícia sobre a operação diária se espalhou pela mídia e criou-se um alvoroço em todos os pontos. Preocupadas com os desdobramentos da iniciativa da prefeitura, caímos em campo convocando todas as travestis para uma reunião urgente na sede do ISER no dia 21 de janeiro de 1992, às 14 horas. Por incrível que isso possa parecer, neste dia, 79 travestis compareceram à reunião. Na ocasião, estávamos preocupadas com o número de presenças das travestis porque havíamos chamado a imprensa. Para nosso alívio, elas vieram e a nossa mobilização frente à repressão policial foi notícia em todos os jornais. Com a repercussão midiática, no dia seguinte, recebi um telefonema da polícia me orientando a fazer uma denúncia de abuso de poder e prática ilegal, já que a guarda municipal não tinha poder de policiamento. Como estratégia, combinamos com a polícia que, no dia seguinte, iríamos trabalhar normalmente na Praça Paris e esperaríamos a Guarda Municipal. E se lá chegasse a Guarda Municipal, a polícia seria acionada. Assim o fizemos. Articuladas, eu e mais cinco meninas do grupo, chegamos à Praça às 19 horas, quando também chegaram as caminhonetes e viaturas da guarda da prefeitura. De imediato, telefonamos para nosso contato que, em nosso apoio, enviou policiamento. Enquanto a polícia não chegava, a guarda municipal iniciou o recolhimento das travestis, mas algumas, em resposta, subiram nos carros. Quando a PM chegou e deu voz de prisão aos guardas municipais, nós já estávamos mobilizadas para oficializar a denúncia.

Passado o ocorrido, decidimos, sobretudo nós seis, que era necessário que nos organizássemos. Marcamos uma reunião no dia 15 de março para discutir a criação da Associação e como já existia a associação das Prostitutas da Vila Mimosa, convidamos **Dorath Prado** para nos explicar o passo a passo. Neste mesmo dia, também escutamos o Dr. Rubens Martins, presidente do ISER, que nos explicou sobre Estatuto, Ata e os passos para legalização de nossa futura entidade. Ao fim da reunião, eu fiquei incumbida de providenciar o estatuto e agendamos a próxima reunião para dia 02 de maio, para leitura, aprovação e efetivação de diretoria bem como lavramento da ata. Assim foi feito! Ao discutir o nome, decidimos por **Astral – Associação de Travestis e Liberados**, o Liberados seria para contemplar transformistas que se montavam para se prostituir, gays e lésbicas aliadas. Aprovado o nome, fui eleita a presidenta com as outras cinco compondo a tesouraria e o conselho fiscal. O grupo deu entrada no cartório de pessoa jurídica no dia 15 de maio, às 14:30hs com a presença da mídia. Foi um marco histórico. Assim originou-se, no ano de 1992, a **ASTRAL**, precursora do movimento social organizado de travestis.

À essa altura, nossa insatisfação com o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) já era grande. Nós não nos sentíamos contempladas nas discussões que eram promovidas e sentíamos a necessidade de atuar mais ativamente no panorama nacional. Como não tínhamos recursos suficientes e nem meios mais diretos e efetivos para acessar as travestis de todo o Brasil, como estratégia, pensamos em fazer um encontro. Em um primeiro momento, se pensou em um estadual, depois regional, porém decidimos um

nacional, fomos audaciosas. Em 1993, foi realizado o **I Encontro Nacional de Travestis e Liberados**, na própria sede do ISER, na Ladeira da Glória, no Bairro Glória, Rio de Janeiro. Estiveram presentes 40 Travestis e Liberados do Rio, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. O curioso foi que de SP, PR e MG a participação foi de pessoas gays, e do ES, uma mulher, a Arnúbia Pezende, coordenadora de apoio às Minorias da Secretaria de Justiça do Estado. Com sua participação, ela propôs levar para Vitória o Encontro de 1994 que foi realizado com o apoio da Polícia Militar do ES e da Chocolates Garoto.

Em 1995, o Encontro voltou a ocorrer no Rio, desta vez com o apoio integral do Programa Nacional de DST e Aids o qual licitou hotel, alimentação e passagens de todos os Estados Brasileiros. Contamos também com o apoio de várias empresas de renome, **TAM, Varig, Vasp, Rio Sul Itapemirim, Taba, Penha, São Geraldo** as quais disponibilizaram passagens, o mesmo aconteceu no Hotel Guanabara Palace tradicional e luxuoso. Assim organizamos o **III Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids**, nome sugerido pela **Dra. Lair Guerra**, piauiense então Coordenadora Nacional de DST e Aids. Em 1996, após a impossibilidade de Curitiba sediar o IV Encontro, novamente a Astral assumiu a realização do Evento nas dependências do Hotel São Francisco no Centro do Rio através de projeto com o Departamento Nacional de Aids. O V Encontro aconteceu no Hotel Rio`s Presidente, no ano de 1997, o VI em São Paulo, em 1998, o VII em Fortaleza, em 1999, o VIII voltou ao Rio, em 2000 e ocorreu na cidade de Cabo Frio.



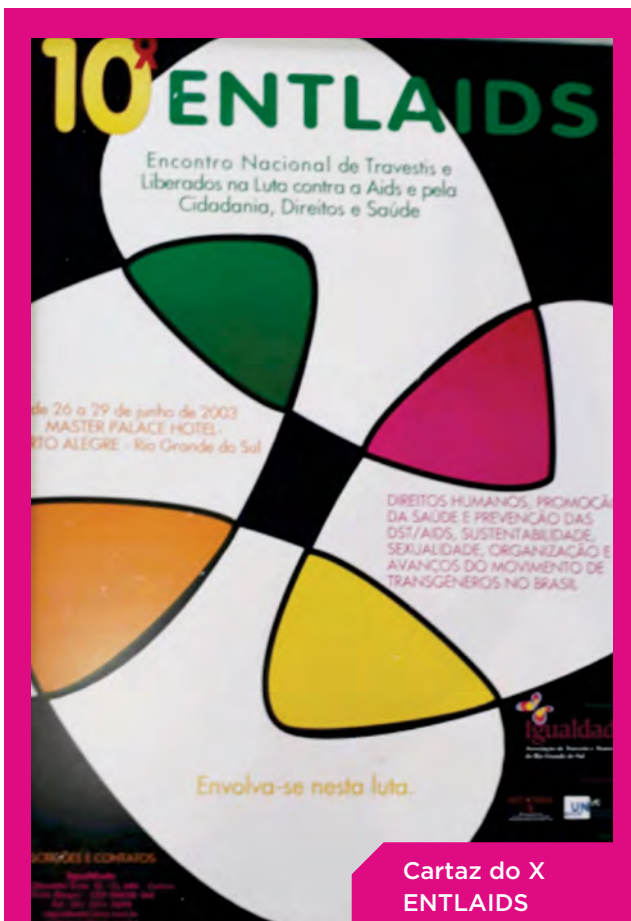
Cartaz do III Encontro Nacional de Travestis e Liberados



Cartaz do V ENTLAIDS

Fonte: Acervo Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais do RS





Cartaz do X ENTLAIDS

Fonte: Acervo Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais do RS



Cartaz do XII ENTLAIDS

Inicialmente, o termo mais comum era **GLS**, sendo a representação apenas para: Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Com o crescimento do movimento contra a homofobia e pela livre expressão sexual, tal sigla foi alterada para **GLBS** (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes) que logo foi mudado para **GLBT** com a inclusão da categoria das Travestis e Transexuais. Em 29 de janeiro de 2004, militantes ativistas do movimento nacional organizado das Travestis participaram, no Congresso Nacional, do lançamento da primeira campanha contra a transfobia no país. A partir de então, o dia 29 de janeiro passou a ser o Dia da Visibilidade das Travestis, cujo objetivo é ressaltar a importância da diversidade e respeito para o movimento organizado desse segmento social politicamente organizado no Brasil.

O Movimento Social Organizado das Transexuais começou a aparecer em

O Movimento Social Organizado das Transexuais começou a aparecer em meados dos anos 1997.

meados dos anos 1997, quando o CFM – Conselho Federal de Medicina, regulamentou a realização de cirurgias experimentais de Transgenitalização (Readequação de Sexo) em hospitais universitários no Brasil. Porém, foi em 2005, em Brasília/DF, que nasceu o CNT – Coletivo

Nacional de Transexuais, durante o EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Nele, as Transexuais se reuniram e decidiram

se chamar como Mulheres e Homens Transexuais, em oposição aos critérios médicos patologizantes que se referiam a uma Mulher Transexual com transexual masculino, fazendo apenas referência ao sexo de nascimento.

A sigla **GLBT** perdurou por pouco tempo, e essa alteração do termo em favor de **LGBT** foi aprovada na 1ª Conferência Nacional realizada em Brasília/DF no período de 05 a 08 de junho de 2008.

**Associação de Travestis e
Liberados
ASTRAL**
Fundado em 15 de Maio de 1992



[Volta ao Sumário]



REGISTROS SOBRE A CONFERÊNCIA DA ILGA 1995: A MARCHA PELA CIDADANIA PLENA DE GAYS E LÉSBICAS

¹ Historiador, Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, Idealizador e Cofundador do Grupo Arco-Iris RJ.

² O Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual – GAI (Nome de Fundação) teve início no Rio de Janeiro, a partir de grupos de reflexão semanais organizados por mim, Augusto Andrade, e Luiz Carlos Freitas, com nossos amigos. Estávamos à frente do GAI quando a Conferência da ILGA e a Marcha pela Cidadania Plena ocorreram.

³ Em seus primeiros anos, a frequência ao GAI era predominantemente masculina. Havia poucas mulheres. A participação de travestis praticamente não existia.

⁴ A sigla LGBTI – Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais; Travestis, Transgêneros e Pessoas Intersexo não era utilizada por ocasião da fundação do GAI.

Augusto Andrade¹

Introdução

O Grupo Arco-Íris (GAI)² foi fundado em 1993 e constituiu-se socialmente num ambiente hostil, decorrente dos preconceitos e discriminações relacionados à epidemia do HIV/AIDS. A identidade do Grupo desenhou-se na busca de uma estratégia que fizesse frente ao agravamento de discursos conservadores, de representações dos “gays e lésbicas”³ associados ao pecado, doença, desvio, ilegalidade, submissão e, sobretudo, à morte. Os trabalhos desenvolvidos pelo GAI ocorriam, então, na tentativa de criação de referenciais positivos, elaborados a partir de nossos pontos de vista, por meio da estratégia de Visibilidade, buscando o fortalecimento da autoestima de Gays e Lésbicas.

Em paralelo, havia indicativos do ressurgimento de um movimento LGBTI⁴ organizado pós AIDS. O Jornal

*Nós Por Exemplo*⁵ noticiava todas as ações que ocorriam isoladamente pelo país e cumpria um importante papel agregador.

⁵ O Jornal “Nós Por Exemplo” foi fundado em dezembro de 1991 e publicado até 1995. Rodrigues (2010; p.115, grifo nosso) afirma: “No *Nós Por Exemplo*, o movimento gay brasileiro é motivo de orgulho. Em primeiro lugar, uma seção – “Grupos gays” – é dedicada somente para eles. Em segundo, a partir do número 9, surge a seção Movimento”.

Fonte: Acervo Luiz Carlos Freitas



Luiz Carlos Freitas e Augusto Andrade – Respectivamente Vice-presidente e Presidente do Grupo Arco-Íris em seus primeiros seis anos de existência. Autoria desconhecida

Pouco a pouco, o Arco-Íris vai assumindo uma posição de liderança frente aos outros grupos cariocas, principalmente após a Organização da 17^a Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), no ano de 1995, e da Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas.

Conferência

Nos primeiros anos de vida, o GAI organizava eventos culturais gratuitos, com o objetivo de fomentar um público que ousasse se expor, exercitando a estratégia da Visibilidade; daí surgiram as Mostras de Filmes para Gays e Lésbicas, Seminários “Pensando a Homossexualidade”, Tardes de Convivência no Museu de Arte Moderna, etc. Apesar da resposta positiva do público, sentíamos a necessidade de algo com maior impacto, que contribuísse para modificar a forma como as questões LGBTIs eram representadas na sociedade e, em particular, nos meios de comunicação.

A oportunidade surgiu com a proposta para que o Brasil sediasse a Conferência da ILGA. Em 1995, ela era composta de mais de 400 grupos LGBTI associados em todo o planeta e atuava como órgão consultivo da Organização das Nações Unidas – ONU.

Autoria e acervo Luiz Carlos Freitas.



Uma das mesas de abertura da Conferência da ILGA 1995 com a presença da deputada federal Marta Suplicy

A Conferência ocorreu no período de 18 a 25 de junho de 1995⁶, no Centro de Convenções do Hotel Rio Palace, na praia de Copacabana – RJ, e sua repercussão foi muito além de nossas expectativas. A magnitude do evento e sua organização profissional marcaram, daí para frente, o relacionamento da mídia em geral com o movimento organizado LGBTI, tornando o GAI conhecido em escala nacional.

Até aquela ocasião, foi o evento de maiores proporções já organizado pelo movimento LGBTI brasileiro⁷, reunindo mais de 2.000 ativistas brasileiros e estrangeiros⁸. Estiveram presentes representantes governamentais, vários políticos do Brasil e exterior, artistas e intelectuais. O encontro teve como presidentes de honra o cantor Renato Russo e a deputada federal Marta Suplicy, que, na abertura da Conferência, lançou simbolicamente o Projeto de União Civil entre Pessoas do Mesmo Sexo. A cobertura da mídia nacional e internacional foi extraordinária.

⁶ Em 31 de janeiro de 1995, pode-se assinalar a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, o que evidencia uma rede de articulação política. Ressalta-se ainda que, em janeiro desse mesmo ano, é lançada nacionalmente a edição número 1 da Revista Sui Generis. (Houve uma edição 0 em dezembro de 1994)

⁷ O GAI foi o principal responsável pela Conferência, porém convidou os grupos cariocas a discutir e participar do processo de organização. Grupos de todo o Brasil, membros da recém criada ABGLT, também foram mobilizados.

⁸ Aproximadamente 300 ativistas brasileiros e estrangeiros receberam bolsas para participar.

Fonte: Acervo Augusto Andrade

O GLOBO Rio • 33

Preconceito é maior contra mulheres

Morena, alta, vaidosa, a deputada Virginia Freire, de 36 anos, diz que sempre foi alvo de comentários do que por mulheres. Mas ela prefere se identificar como uma mulher, desde a adolescência. Maradona do Futebol de Tênis, sobrinha caçula, filha de um militar, e

mas volta de cinco irmãos, ela afirma que não nasceu tipica do preconceito por ser mulher. Mas com certeza o que se encontra é intolerância.

— Se fosse uma questão de opção, ninguém escolheria ser homossexual. Ninguém escolheria ser gay. Mas a homossexualidade é uma tendência — afirma.

Numa época em que a maior

transgressão das coisas era o uso de roupas de mulher, ela não se preocupava com o preconceito. Não é preconceito, mas não desprezo — as mulheres que usavam um vestido que tanto criticava, não usavam e se comportavam como homens.

A exultar, Frei, de 36 anos, não teve a mesma sorte que Virginia. Ela não se casou com a família. Também

teve a sua família, ela se não foi internada pelo pai — que mandava ela trabalhar no rancho toda no Sítio da Calça Verde — porque a família era pobre. Se ela tinha então 17 anos. Três anos depois veio para a lagoa, em companhia de Maradona. Ela era muito bonita. De lá, se separou, foi para a Alemanha e o Salgado Filho.

A independência econômica

seguiu ela, mas não teve um relacionamento com a família. Mas não aguentava mais o preconceito — ela não queria ser vista como “uma amiga”. Mas agora muito mais feliz — afirma.

— Vou voltar a trabalhar para o pai, onde vive minha mãe. De lá, ela será substituída por uma inspetora artificial. Vou cuidar de meu filho, o que eu não posso fazer.

O GLOBO Rio • 33

Sequestrado no Lido filho do deputado Albano Reis

Após voltar de um baile funk no Maré de Copacabana, o filho do deputado Albano Reis, de 14 anos, foi sequestrado por um grupo de gays e lésbicas em Copacabana por um grupo de gays e lésbicas.

'Gays' pedirão a legalização de seus casamentos

Os gays e lésbicos pedem a legalização de seus casamentos. O projeto de lei prevê a legalização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Campanha para mudar a legislação

A campanha para mudar a legislação de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Reportagens do Jornal O Globo sobre a ILGA e o Projeto de União Civil entre pessoas do mesmo sexo.

O GLOBO Rio • 33

Histórias de casamentos quase perfeitos

Lésbica assume sua condição

Virginia Freire, deputada federal, assumiu sua condição de lésbica. Ela se casou com uma mulher e tem um filho.

Casal usa aliança e tem álbum de recordações

Adriano e Cláudia, um casal lésbico, usam alianças e têm um álbum de recordações. Eles se casaram e vivem juntos.

Testamento garante os bens

Augusto Andrade, um homem gay, fez um testamento para garantir os bens para sua esposa e filhos.

É difícil fugir dos guetos

Namorar em público ainda é um tabu. É difícil fugir dos guetos onde se encontram as pessoas do mesmo sexo.

No Centro de Convenções do Hotel, além da Conferência propriamente dita, que contou com tradução simultânea em três idiomas e sala de imprensa, vários eventos paralelos com temas afins foram organizados, como: palestras, oficinas, exposições, mostras de filmes, lançamentos de livros, performances, vendas de artigos, além de uma premiação para aqueles que se destacaram em prol dos direitos LGBTIs.

Na TV, a Conferência foi associada à luta pelos direitos civis de um segmento da sociedade, principalmente pela imensa repercussão, na cerimônia de abertura, do projeto de União Civil. Nos jornais, as matérias, que antes predominavam nas páginas policiais, deslocaram-se para as seções políticas, de economia e de opinião. O jornal *O Globo* fez uma chamada em sua capa e dedicou duas páginas para a matéria que anunciava o acontecimento.

Segundo Andrade (2002, p.117), “A ILGA representou para o Grupo Arco-Íris a consolidação de sua estratégia de Visibilidade e simbolicamente um marco de uma nova postura na relação do movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis com os meios de comunicação.”

Marcha

Nos primeiros anos de vida, nós da liderança do Arco-Íris éramos reticentes quanto às possibilidades de adesão do público e aos resultados positivos de uma “Parada Gay” nos moldes do que ocorria em São Francisco – USA. Já havíamos participado de tentativas promovidas por outros grupos cariocas, com mobilização de público e repercussão muito pequenas. No entanto, a realização da Conferência e a repercussão que antecipávamos fez com que levássemos adiante a ideia de promover uma Marcha ao final da Conferência.

Necessitávamos de alguma ação para os anos subsequentes, quando não mais tivéssemos a chancela da ILGA/ ONU, que chamasse a atenção da população para a agenda LGBTI+. Se a Marcha desse certo, já seria um pontapé inicial. A confecção da

O começo dos anos 90 no Brasil foi marcado pela retomada de um movimento de expansão de espaços de produção de sentido e subjetivação LGBTI+, bruscamente interrompido pela AIDS.

⁹ Cabe registrar que, ano após ano, as Marchas / Paradas foram incluindo novas perspectivas: travestis, bissexuais, transexuais (mulheres transexuais e homens trans) pessoas intersexo...

grande bandeira do arco-íris, símbolo do movimento, a ser usada pela primeira vez aqui no Brasil, se deu com esse objetivo: ser uma marca também no país da luta pelos direitos humanos e civis da população LGBTI. E assim foi feito. A Conferência terminou com uma marcha pela praia de Copacabana, contando aproximadamente três mil pessoas, chamada de Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas⁹. Muitos ativistas deram a “cara à tapa” pela primeira vez, e, da mesma forma como ocorrera durante toda a Conferência, a cobertura da mídia foi excelente.

Fonte: Autoria e Acervo de Luiz Carlos Barros de Freitas



Faixa de abertura da Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas – 25 de junho de 1995.

Tínhamos conhecimento da existência de outras manifestações similares anteriores, tanto pela nossa participação direta, quanto pelos relatos de João Antônio Mascarenhas¹⁰ e Sylvio de Oliveira¹¹, e reconhecíamos a importância de cada uma delas.

O que aconteceu de diferente, então? Desta vez, nossos pontos de vista, nossas demandas, nossa força, nossa capacidade de mobilização e organização foram vistos e ouvidos bem alto, para muito além dos espaços que havíamos conquistado até então. Segundo Câmara

¹⁰ João Antônio Mascarenhas – Precursor do movimento brasileiro organizado. Fundador do Grupo Triângulo Rosa RJ.

¹¹ Sylvio de Oliveira – Um dos fundadores do Jornal Nós Por Exemplo.

(2015, p.387), “... foi a Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas que se tornou um divisor de águas, consolidando o advento das Paradas LGBT+ no Brasil”. A partir de 1995, tem início o ciclo de paradas “LGBTI+” no Rio de Janeiro,

em São Paulo (1997) e em todo o Brasil. O começo dos anos 90 no Brasil foi marcado pela retomada de um movimento de expansão de espaços de produção de sentido e subjetivação LGBTI+, brusca-mente interrompido pela AIDS.

Referências

ANDRADE, Augusto J. A. *Visibilidade gay, cotidiano e mídia: grupo arco-íris – consolidação de uma estratégia – Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília, 2002.

CÂMARA, Cristina. “Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro”. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* n 9, p.373-396, 2015.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010.

[Volta ao Sumário]



TE VI NA TV!: A TEMÁTICA LGBT NA TELENÓVELA BRASILEIRA

Treyce Ellen Goulart¹

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Educação e pesquisadora no Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas.

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2016.

³ BENÍCIO, Jeff. Globo diz ser vista por 100 milhões de brasileiros todo dia – Emissora está mais líder do que nunca devido à estagnação de Record e SBT. Disponível: <<https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/globo-diz-ser-vista-por-100-milhoes-de-brasileiros-todo-dia,6b52d945376f583be8473a5288719040sab82t47.html>>

Entre os bens duráveis, a televisão assume lugar de destaque no ambiente doméstico². A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2016, apurou que, em cerca de 67,373 milhões de domicílios com TV no país, existiam, naquele ano, 102.633 milhões de televisões. Ou seja, mais de um aparelho por casa. Realizada no último trimestre de 2016, a pesquisa registrou que, de 69,3 milhões de domicílios particulares no Brasil, apenas 2,8% não tinham televisão. Segundo a Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, cerca de 90% dos brasileiros e brasileiras utilizam a televisão para se informar sobre o que acontece em nosso país, sendo que 63% têm na programação televisiva seu principal meio para obter informações e entretenimento.

Dentre a programação, as telenovelas ganham destaque, e é possível analisar o quadro quando vemos o número de noveleiros/as paulistanos/as. Cerca de oito milhões costumam assistir à novela das 21h toda noite³. Dada sua abrangência de público, a ação educativa das telenovelas acabou assumindo contornos em vários trabalhos, a exemplo de Campedelli (1990), Távora (1996)

e Lacerda Junior (1999). Foram as telenovelas, sem dúvida, uma das principais responsáveis televisivas pela ampliação da visibilidade da população LGBT nos últimos 40 anos.

Dentre as emissoras de telenovelas que abordaram a visibilidade LGBT, a Rede Globo de televisão foi a que assumiu maior audiência (DIAS, 2000). Contudo, a primeira novela brasileira com beijo entre duas pessoas do mesmo sexo ocorreu em 1966, na extinta TV Tupi. As atrizes Vida Alves e Geórgia Gomide, no teleteatro *A Calúnia*, protagonizaram essa cena em caráter de vanguarda. O feito ocorreu 15 anos após do primeiro beijo heterossexual.

No geral, é possível afirmar que as representações de LGBT inicialmente foram apresentadas à sociedade brasileira por meio de telenovelas, com indivíduos atomizados, sem parceria afetivo-sexual e o apelo exclusivamente sexual às identidades. Contudo, desde 1966, as projeções das personagens LGBT veiculadas no gênero televisivo brasileiro sofreram inúmeras alterações. Se as exhibições inicialmente limitavam-se à personagens cômicos ou demarcados pela tragédia, após Sandrinho e Jefferson em *A Próxima Vítima* (ABREU, 1995), os estereótipos foram substituídos. Ainda que, inicialmente, permanecesse a prerrogativa da dor, havia a possibilidade de um final feliz.



Entre “A Calúnia”, “A próxima vítima” e “Amor à vida”, outros arranjos possíveis

O ano de 1995 foi visto por muitos/as ativistas LGBT como divisor de águas. Sua conjuntura forneceu elementos para a exibição de personagens nas telenovelas que fugiam dos trejeitos e dos estereótipos correntes até então. A corrida pela audiência pôde ser garantida por uma exibição excêntrica, mas sem estereótipo. Em *A Próxima Vítima* (ABREU, 1995), o ponto inicial foi o relacionamento extraconjugal entre Marcelo (José Wilker) e Ana (Suzana Vieira). Entre os filhos do casal (Ana e Marcelo), Sandrinho (André Gonçalves) era o mais novo. Estudante de Direito, foi na faculdade que conheceu Jefferson (Lui Mendes), um rapaz negro de classe média, filho de Fátima (Zezé Motta) e Cleber Noronha (Antônio Pitanga). A narrativa que revelou a homossexualidade nesta telenovela vem acompanhada de outro subtema: o relacionamento interracial: “[...] O envolvimento entre os dois rapazes causou grande impacto sobre os telespectadores, ainda mais porque um é negro e outro é branco [...]” (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003, p. 52).

A revelação da homossexualidade de Sandrinho para a mãe foi marcada por inúmeras dúvidas. As questões ligadas às expectativas de gênero eram presentes, o grande temor apresentado pela personagem de Suzana Vieira era quanto à masculinidade de Sandro, seu filho. A telenovela foi festejada pelos homossexuais: “Sandrinho: a vingança gay no horário nobre da Globo” (SUI GENERIS, n. 6,



out. 1995) foi título de capa da maior revista de opinião LGBT que circulava nas bancas de jornais no Brasil, voltada, sobretudo, aos gays de classe média.

O sucesso de Sandrinho parece ter aberto a possibilidade de discussão da identidade sexual no horário nobre da Rede Globo de Televisão, no ano de 1995.

E agora a novidade é André Gonçalves vivendo o Sandrinho na novela. Esse personagem inaugura o primeiro gay sem trejeitos femininos da história da televisão brasileira. Sua atitude positiva tem significado mais revolucionário que o tal namoro [...] Ele tem a força para se tornar um símbolo de massa. E a televisão, o poder de apresentar aos brasileiros comuns a história de um cara gay... gente boa, com família e namorado [...] (EDITORIAL. Sui Generis, n. 6 out. 1995, p. 2).

A homossexualidade masculina foi tema de dois episódios de *Você decide!*⁴ Nos dois casos apresentados, os/as telespectadores/as tiveram que se posicionar contra ou favor das personagens gays e lésbicas. A posição da audiência dos episódios de *Você Decide!* foi favorável aos personagens. Apesar de ter se caracterizado como um programa de intervenção do público de classe média, já que a votação era por telefone e na época poucos lares da camada popular o tinha, o episódio “Delicadeza”, exibido na Rede Globo em 27 de novembro de 1997, demonstrou o leque de aceitabilidade do romance entre duas mulheres. Dos/das telespectadores/as que telefonaram e votaram, 127.749 votos foram a favor do romance entre as meninas Renata (Maria Ribeiro) e Clara (Vanessa Cardoso) e 41.307 contra. O quadro parecia desenhar a possibilidade de discutir a temática lésbica nas telenovelas do horário nobre.

No histórico das telenovelas brasileiras, se de um lado existia o preconceito, de outro, coexistia uma forte rede de solidariedade à relação afetiva das personagens LGBT. A necessidade de um beijo, mesmo que rápido, foi, após *A Próxima Vítima*, o eixo central de debate e somente foi festejado em *Amor à vida*, de Walcyr Carrasco, em 2013. Depois de conquistarem o público com sua história romântica e com a redenção do vilão, Félix (Mateus Solano) e Niko (Thiago Fragoso) tiveram o final feliz ao lado dos filhos, selado pelo esperado beijo na novela.

É inegável que a presença LGBT nas telenovelas contribuiu para amenizar as excentricidades e estereótipos atribuídos a essas identidades sexuais, ainda que tal processo não tenha ocorrido de modo linear e igualmente estendido a todas as representações desta população. Se, por um lado, a estigmatização, durante anos, foi uma das visualizações que contribuíram para a identificação de LGBT; por outro, muito influenciado pela diversidade e ampliação da visibilidade proporcionada pelo movimento social e atrelada à relação que os/as autores/as da telenovela tiveram com a temática, emergiu a necessidade de demonstrar personagens LGBT, sem a polêmica de dor ou sofrimento historicamente retratada. Contudo, há de se destacar que o mercado promoveu a assimilação da cultura LGBT à cultura nacional mais

⁴ Programa de ficção escrito por Geraldo Carneiro e apresentado por Sérgio Chapelin. Os episódios eram apresentados após a exibição da telenovela das 21hs, em que os telespectadores, com o auxílio do telefone, votavam em duas opções para o final da trama.

homogênea apenas nos aspectos em que serviu para estabelecer um segmento de mercado. Para serem socialmente aceitos, os gays, as lésbicas, as/os bissexuais, as travestis e as/os transexuais precisaram minimizar suas diferenças com relação à sociedade mais ampla e negar radicalmente seus estereótipos.

A visibilidade LGBTI nos últimos anos, indiscutivelmente, sofreu alterações e, por sua vez, os direitos civis, ainda que limitados, também têm sido ampliados. Entretanto, há de se perguntar: para onde caminham estas alterações e ampliações? Quais os tipos de alterações sociais alcançadas? Estas alterações produzem outras cadeias de subalternidades?

A visibilidade LGBTI nos últimos anos, indiscutivelmente, sofreu alterações.

Estas alterações reproduzem modelos androcêntricos, racistas e heteronormativos? Para que tivessem seus direitos civis reconhecidos, LGBTs precisaram tornar-se visíveis no espaço público, reivindicaram e se apropriaram de identidades, reconstruíram suas corporalidades e desejos, negando e desconstruindo os discursos que as/os remetiam aos campos da doença, do desvio, do pecado, da submissão, do crime, das frustrações de gênero e sexuais. Estas negativas constituíram o corpo discursivo dos movimentos sociais LGBT, mas é preciso ter o entendimento das dimensões dessas alterações, que retroalimentaram a heteronormatividade, o androcentrismo e a sociedade burguesa.

Referências

ABREU, Silvio de. *Próxima vítima*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1995.

BENÍCIO, Jeff. Globo diz ser vista por 100 milhões de brasileiros todo dia – Emissora está mais líder do que nunca devido à estagnação de Record e SBT. Site Terra. Disponível: <https://goo.gl/nLKBS6>, acessado em 18 de set/2018.

CAMPEDELLI, Samira. Y. *A telenovela*. São Paulo: Ática, 1999.

DIAS, Cristiano. O Silvio que você nunca viu. *Revista Veja*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 22, p. 149, mai. 2000.

DICIONÁRIO DA TV GLOBO. *Programas de dramaturgia e entretenimentos: projeto memórias das organizações Globo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

EDITORIAL. *Revista Sui Generis*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 6, out. 1995.

LACERDA JUNIOR, João A de. Dispensáveis: pode a TV fazer alguma educação? *Revista Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, n. 112, p. 40-47, 1999.

PNAD. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=19937&t=sobre>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

TÁVORA, Arthur. *A liberdade do ver*. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

[Volta ao Sumário]



DE SENALE A SENALESBI: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS NO BRASIL

Carolina Maia¹

¹ Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ).

Depois das dificuldades encontradas nos anos 1980, a desarticulação de grupos, devido tanto à falta de um “inimigo comum”, como o era a ditadura para a esquerda, quanto à epidemia de HIV/AIDS e seus efeitos sobre as vidas políticas e pessoais de ativistas LGBT no Brasil, nos anos 1990 emergiu um número crescente de organizações voltadas à defesa dos direitos (e práticas) daqueles/as cuja sexualidade não se dava nos moldes heteronormativos. A partir dessa década, sua atuação – cada vez mais organizada a partir do modelo de organização não governamental (ONG), como coloca Facchini (2005) – e articulação foi crescentemente se institucionalizando. Em 1993, da plenária do VII Encontro Nacional de Lésbicas e Homossexuais, sai a decisão de se criar uma associação nacional, hoje Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), formalizada em 1995.

Fonte: Acervo COLERJ



Cartaz do I SENALE - 1995

Pautando sexualidade entre as feministas e questões de gênero entre os homossexuais, as lésbicas frequentemente encontraram dificuldades para apresentar suas demandas em congressos, assembleias e encontros no Brasil: em alguns encontros feministas, sua participação chegou mesmo a ser rechaçada; em grupos ditos “mistos”² e seus encontros nacionais, as contribuições e posicionamentos das lésbicas não raro eram combatidas e tachadas de “divisionistas”. Os primeiros grupos do movimento de lésbicas, como contam MacRae (1990) e Simões e Facchini (2009), surgiram nessa tensão. E é para aprofundar as possibilidades de atuação de grupos de mulheres lésbicas e bissexuais que surgem no país alguns fóruns de construção política específicos para estas ativistas.

O primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) foi realizado em 1996, sob a organização do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), vinculado ao Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher. A data de início do evento – 29 de agosto – e uma de suas apostas – a visibilidade enquanto estratégia política –, ao longo dos anos seguintes, se consolidariam como marcos do movimento de lésbicas, que anualmente celebra o dia 29 de agosto como o Dia da Visibilidade Lésbica. Desde então, o seminário tem circulado pelo país em periodicidade relativamente regular, de forma que sua organização também circula: em 1997, aconteceu em Salvador/BA; em 1998, em Betim/MG; em 2001, em Aquiráz/CE; em 2003, em São Paulo/SP; em 2006, em Recife/PE; em 2010, em Porto Velho/RO. No VIII SENALE, realizado em Porto Alegre, as participantes decidem que a partir dali o evento passaria a se chamar Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, adotando-se a sigla SENALESBI, tendo sua próxima edição, a IX edição, realizada em 2016, em Teresina/PI. E foi também a realização de um evento – a oficina Visibilidade Lésbica, parte da programação do Planeta Arco-Íris, no Fórum Social Mundial de 2003, em Porto Alegre – o que fomentou o encontro de ativistas lésbicas e bissexuais de diferentes lugares do país e estimulou sua percepção de que era necessário manterem-se

² Facchini (2005) comenta como alguns grupos compostos exclusivamente por homens, apesar dessa ausência de mulheres, ainda assim se intitulavam “mistos”.

próximas para unir seus esforços. Dali, surge a ideia da criação da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), cuja formalização se daria ao longo de 2003 e 2004 (cf. SELEM, 2007). Nesse mesmo ano, após algumas divergências com políticas da LBL, outras ativistas fundariam a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL). Ambas as redes existem até hoje.

Marylúcia Mesquita, uma das organizadoras do VI SENALE, de Recife, organizou um relatório que busca resgatar o histórico das edições anteriores do evento (MESQUITA, 2006). No relatório do VIII SENALE (SENALESBI, 2014, p. 6), as organizadoras consideram que conseguiram “[enfrentar] os problemas geracionais, o relacionamento com outros movimentos, em especial com os movimentos Feministas, LGBTs e de Transexuais com a coragem necessária para que não

fossem jogados para o próximo encontro”. O movimento vem lidando, portanto, com mudanças na forma de fazer ativismo no século XXI e com alterações em sua própria composição – além das questões apontadas acima, o relatório aponta também para o fato de que o público participante do SENALE/SENALESBI deixou de ser majoritariamente branco para compreender uma maioria de mulheres autodeclaradas negras e pardas, como destacado por Lemos (2014); e a própria mudança de nome indica uma capacidade de reflexão e atualização interna de suas políticas e estratégias. E a história segue: de 9 a 12 de agosto – mês recheado de programações relativas à Visibilidade Lésbica –, próximo à data em que fechamos este texto, realiza-se o X SENALESBI.

Referências

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond, 2005.

LEMONS, Ana Carla da Silva. Rachas ou agregações? Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas. *Anais do 18º REDOR*, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 24-27 nov. 2014, p. 2321-2337.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MESQUITA, Marylúcia (Org). *Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE): um breve resgate histórico*. Recife: DIVAS, 2008.

SELEM, Maria Célia O. *A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS (SENALESBI). 8º SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. *Caderno de Resoluções*. Porto Alegre, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

[Volta ao Sumário]



LÉSBICAS NEGRAS: ATIVISMO, ORGULHO E VISIBILIDADE POLÍTICA

Edmeire Exaltação¹

¹ Edmeire Exaltação – Socióloga, Doutoranda pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação de Letras Aplicadas/UFRJ; Coordenadora da Ong Centro Coisa de Mulher/ Casa das Pretas.

Não é fácil falar do movimento de lésbicas negras no Brasil, que, apesar de ser um movimento jovem – pouco mais de 20 anos, já possui uma vasta história. O papel das lésbicas negras nos seus esforços de notificar as suas especificidades dentro de um cenário de luta mais inclusivo e representativo tem sido fundamental para a história do Movimento LGBT no Brasil. Registros históricos, através de fontes escritas, narrativas orais e fotográficas, notificam que as lésbicas negras representam, a despeito de uma forçada invisibilidade, uma força pulsante dentro dos movimentos Feminista, Negro e do movimento LGBT.

Nesses 20 anos, muitas coisas importantes aconteceram!

Acervo: Coisa de Mulher



Abertura do I SENALE com Elizabeth Calvet, Jurema Batista e representantes do governo local, em 29 de Agosto de 1996.

O I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) foi realizado em 1996 pelo COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, uma instituição dirigida e protagonizada por lésbicas feministas negras. O Dia 29 de Agosto – Dia da Visibilidade Lésbica -, surge a partir deste primeiro Senale, quando dezenas de lésbicas reunidas, consideraram este dia como uma data de grande relevância histórica para as lésbicas no Brasil.

O Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ) é uma organização dirigida por lésbicas negras que tem como objetivo apontar e exercitar estratégias que possibilitem a eliminação do preconceito e a mudança de atitudes discriminatórias contra os grupos LGBT na sociedade brasileira. É uma instituição comprometida com a diversidade humana e com a igualdade de gênero, contribuindo, desde a sua criação, com a promoção

e a garantia de políticas públicas que assegurem que todas as pessoas sejam tratadas igualmente, independente da cor, raça, nacionalidade, condição social, crença política ou religiosa, habilidade física e orientação sexual.



Fundado em 1995, o COLERJ tem como principal diretriz de trabalho a orientação sexual das mulheres, com foco nas lésbicas negras, promovendo seminários, oficinas, mostra de vídeos, lançamento de jornais e revistas temáticas, participando de campanhas, passeatas,

artigos de jornais, realizando pesquisas, assessorando parlamentares na elaboração de leis de interesse à comunidade de Lésbicas, Bissexuais e Transexuais e apoiando outras instituições lésbicas. Todos os trabalhos do COLERJ, assim como o seu compromisso político, são dirigidos a partir da perspectiva da construção de uma sociedade multicultural, antirracista e não-homofóbica.

As organizações de lésbicas negras ou organizações mistas protagonizadas por estas vêm marcando o seu lugar num quadro histórico de estratégias e resistências nas lutas de afirmação sobre o que é ser lésbica negra numa sociedade demarcada por uma forte fronteira heteropatriarcal branca, existente por décadas no país.

No Rio de Janeiro, instituições como COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, Centro Coisa de Mulher e Grupo de Mulheres Felipa de Souza, entre outras, são exemplos de grupos que potencialmente vêm existindo e resistindo dentro dessas fronteiras, em que as ativistas negras enfrentam e desafiam concepções colonizadoras e opressivas à visibilidade lésbica. Segundo Rosângela Castro, coordenadora do Felipa de Souza, o Grupo foi fundado

As organizações de lésbicas negras ou organizações mistas protagonizadas por estas vêm marcando o seu lugar num quadro histórico de estratégias e resistências nas lutas de afirmação.

em julho de 2001, com lésbicas vindas do núcleo de lésbicas do Grupo Arco Íris, que existia desde 1998. O forte da instituição tem sido trabalhar com direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento ao DST/Aids, através do projeto

Espelho de Mim. Com ele, o Grupo se inseriu em diversos espaços, sendo possível a aproximação com prostitutas, egressas do sistema penitenciário, jovens, idosas e mulheres de terreiro. O enfrentamento à violência teve seu espaço no Projeto de exposição itinerante, com camisetas com as quais se quis dialogar sobre as diversas formas de violência. O Grupo também ajudou a fundar alguns núcleos de lésbicas em outras regiões do país, principalmente no Nordeste. Dentre esses, o Maria Quitéria, na Paraíba, o Gami, no Rio Grande do Norte, o Maria Bonita, no Sertão Alagoano, alguns

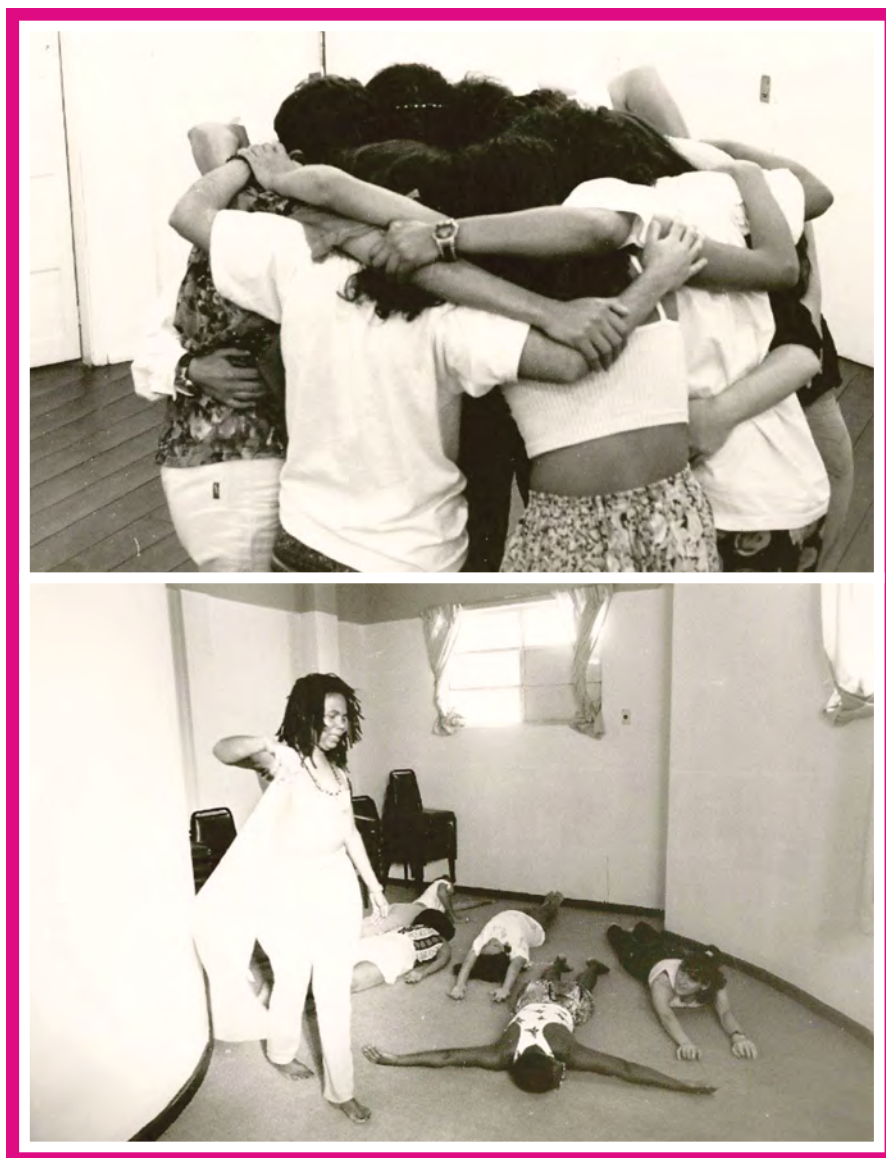


Rosângela Castro e Elizabeth Calvet em manifestação em frente a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Acervo: Coisa de Mulher

núcleos de lésbicas em grupos mistos, Coturno de Vênus, em Brasília. Além disso, fez parte de algumas redes nacionais como a MNB. Os projetos são sobretudo direcionados para a periferia e todos tem o eixo racial como ponto chave. É um grupo de lésbicas negras em que não negras atuam como colaboradoras. Houve, inclusive, um núcleo em Salvador, que se diferenciou no movimento da cidade, aglutinando lésbicas de tendências opostas no mesmo espaço. Hoje o grupo passa por algumas mudanças, sobretudo no que tange à diretoria.

As lésbicas negras lutam para romper com o preconceito, por uma visibilidade respeitosa e para conquistar os mesmos direitos civis de que gozam as pessoas brancas heterossexuais. A utilização do pensamento interseccional para pensar as desigualdades, preconceito e discriminação pode ser uma ferramenta metodológica para localizar um eixo particular e específico, onde vários outros eixos de desigualdade, preconceito e discriminação se cruzam.



Acervo: Coisa de Mulher

Homofobia, racismo, sexismo e classismo situam as mulheres negras não heterossexuais num eixo interseccional que, contraditoriamente, as marginalizam dentro dos seus próprios espaços de luta. São recorrentes as reclamações de lésbicas negras que experienciam racismo dentro do movimento LGBT e homofobia dentro do movimento negro e do movimento feminista. Os pontos interseccionais que marcam as desigualdades e o privilégio do macho branco classe média, queer ou straight, ou da mulher branca classe média, independente da consciência política desses atores sociais, colocam as lésbicas negras na condição identificada por Collins como ‘outsiders within’²

Nesta condição de ‘outsiders within’ (COLLINS, 2016) dentro do movimento feminista (branco ou negro) ou do movimento LGBTQ, as lésbicas negras, organizadas politicamente, exercitam ao extremo as suas capacidades de resistência. Não há resistência sem estratégia, e as estratégias muitas vezes trazem dissidências políticas nos movimentos sociais.

Nas suas múltiplas subjetividades re-emergentes, as mulheres negras lésbicas desafiam uma estrutura de controle e opressão que não se restringe a um simples eixo binário de oposição macho/fêmea, homem/mulher, conforme nos acostumamos a pensar (MORAGA, 1981). Ser lésbica e negra é fazer parte de duas categorias sociais que mais sofrem pressão frente à estrutura interseccional de dominação. Mas nem por isso esta se torna uma categoria comodamente submetida a tal estrutura.

Num esforço incansável de luta por reconhecimento histórico e por uma condição social e política mais inclusiva e representativa, as lésbicas negras têm se organizado e saído da condição periférica nas agendas do movimento feminista e LGBTI.

² A tradução mais próxima expressão no português de ‘outsider within’ cunhada por Patricia Hill Collins seria ‘forasteira dentro do próprio grupo’. É com este significado que a utilizo aqui neste texto.

Nas suas múltiplas subjetividades re-emergentes, as mulheres negras lésbicas desafiam uma estrutura de controle e opressão.

Referências

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016, pgs 99-127.

MORAGA, Cherríe, and Gloria ANZALDÚA. 1981. *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Watertown, Mass: Persephone Press.



¹ Coordena atualmente o NINETS/UEPB (Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais – www.ninets.com.br) por meio do qual desenvolve atividades articuladas de ensino, estudos, pesquisas e, em interface com a extensão universitária, produções tecnológicas e artístico-culturais, articuladas pelo esforço de problematizar a atuação de marcadores sociais da diferença na produção de dinâmicas sociais do estado da Paraíba, com interesse em saber como produzem dinâmicas de subalternidade e também como são reapropriados na produção de táticas de resistência. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (1998), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2000) e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (2014). Atualmente é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

MARIA DE KALÚ, MEMÓRIA QUE INSPIRA A RESISTÊNCIA LÉSBICA NA PARAÍBA E NO NORDESTE

Jussara Carneiro Costa¹

Maria Santana dos Santos mais conhecida como Maria de Kalú, nasceu na região de Campina Grande, em 1936. Antes de completar a maioridade, assumiu sua lesbianidade para a família. Isto lhe rendeu uma série de interdições por parte de seu pai que, na ocasião, lhe cobrara um casamento heterossexual, já que era a única filha que permanecia solteira, observa [Ciro Azevêdo \(2012\)](#). Mesmo sabendo-se lésbica, Maria veio a se casar com um homem negro uma vez que o pai reprovava o pretendente por sua cor. Assim, fez do próprio casamento um ato de justiça racial, embora ela informe que a união, mesmo lhe rendendo um filho, não durou quinze dias, dado o seu estranhamento com a relação heterossexual.

Sem pai e sem marido, Maria se viu na necessidade de procurar meios para obter seu auto-sustento. Assim, inaugurou, no ano de 1985, na cidade de Campina Grande-PB, o que seria o primeiro espaço coletivo para lésbicas e gays do estado da Paraíba e um dos primeiros do Nordeste.

[\[Volta ao Sumário \]](#)

Foto cedida por amigos



Maria Kalu, sem data

Como se não bastassem os problemas familiares, Maria relata as dificuldades enfrentadas para manter a existência do bar. Encontrou, na vizinhança, uma série de dificuldades como a vigilância constante de quem entrava e saía de sua casa, já que o bar funcionava no quintal. Segundo Maria, o que mais chamava a atenção era o “jeito” (másculo) das mulheres que frequentavam o lugar, muito parecido com o seu. Para evitar o problema, criou uma série de estratégias para selecionar as pessoas que frequentariam sua casa e para que estas se protegessem de comentários preconceituosos. Entre batidas policiais e olhares condenatórios, o bar de Maria resistiu e se manteve até 1996. Como ela conta no documentário

produzido pelo cineasta Paraibano Carlos Moska, vinha gente de todo canto para o bar, de João Pessoa, capital do estado e até de Recife, capital de Pernambuco, a aproximadamente 300 km de Campina Grande.

A importância histórica do Bar de Maria de Kalú atravessa os tempos. À época de seu surgimento, Campina Grande passava por transformações culturais consideráveis. Importante lembrar que o feminismo emergiu em solo campinense a partir da articulação de docentes e discentes no âmbito das universidades públicas locais. Da época, se destaca a atuação do grupo Raízes constituído por estudantes do curso de psicologia da antiga Universidade Regional do Nordeste-URNE, hoje Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Como observa a historiadora Dayane Sobreira (2014), é inegável as contribuições desses grupos e movimentos feministas que emergiam em Campina Grande na formação de uma metamorfose dos costumes que permitiam voz às pessoas subalternas da cidade. Em meados de 1980, intelectuais que retornavam do exílio, em sua grande maioria professoras universitárias, as primeiras feministas da “segunda onda” e estudantes universitária/os, médicos/as, docentes do ensino superior e básico, enfermeiros/as, estavam entre os/as “transviados/as” da que se acolhiam (e as vezes se encolhiam para caber no espaço) no bar de Kalú. Na pesquisa de Sobreira (idem) o espaço é citado com carinho pelas feministas do período.

Quando menciona as dificuldades para manter o bar funcionando, Maria de Kalú logo identifica uma razão, aquela

que era motivo dos comentários mais dolorosos: a masculinidade das mulheres que frequentavam o local. Aludindo aos efeitos do uso recorrente da identidade lésbica para pedagogizar o corpo das mulheres ao ideal de feminilidade necessário à efetivação do dispositivo da sexualidade, como discorre a socióloga portuguesa Ana Maria Brandão (2010), as reprovações à conduta de Maria e suas companheiras eram reação à fissura que provocavam no aparato de controle orquestrado pela heteronormatividade. Como afirmamos em outra circunstância (COSTA e HERCULANO, 2017), a dinâmica da invisibilidade predomina no universo lésbico, mas não simplesmente como a mera ocultação. Localizar a posição construída para lésbicas no dispositivo da sexualidade nos faz entender que é preciso compreender as dinâmicas de invisibilização lésbica fortemente atrelada a sua

Localizar a posição construída para lésbicas no dispositivo da sexualidade nos faz entender que é preciso compreender as dinâmicas de invisibilização lésbica.

construção como exterior constitutivo da “verdadeira feminilidade”, como signo do corpo anormalizado, degradado, degenerado.

Como um “bar de sapato” o espaço de Maria constituiu-se em um *locus* de excelência, em uma forma de resistência baseada na reapropriação da abjeção. Três décadas de existência têm muito o que dizer em matéria de uma resistência, encarnada na sua pessoa na forma do afeto que unia as pessoas frequentadoras do lugar. As referências à Maria remetem a uma série de práticas de apoio e solidariedade em épocas difíceis. Destaca-se como seu conselho e exemplo foram importantes para não se cair na tentação de desistir. Sob a inspiração de Maria, as lésbicas aprenderam a dominar a noite de Campina Grande e tecer redes de solidariedade e resistência que transcendem o tempo, borrando as fronteiras da heteronormatividade.

Acervo do Núcleo



Homenagem realizada a Maria de Kalu pelo Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais, no agosto lésbico de 2016.



Acervo do Núcleo

A história da lesbianidade é marcada por uma experiência interna de diáspora pelos movimentos feminista e LGBT. Nesse sentido, os vestígios históricos encontrados para sua tessitura demandam, para além de um esforço historiográfico

ou antropológico, um verdadeiro esforço arqui-genealógico. Resgatar a memória de Maria de Kalú pode ser de grande valia, inspiração e aprendizado para o exercício.

Referências

AZEVEDO, Ciro Linhares. “*Bar de Maria De Kalú: da família alternativa ao bar gay*. XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste E Pré-Alas Brasil. 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI.

BRANDÃO, Ana Maria. 2010. *Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino*. Revista Análise Social, vol. XLV (195) Portugal, Universidade do Minho, p. 307-327.

COSTA, Jussara Carneiro e HERCULANO, Lissandra Monteiro. *Itinerários lésbicos no acesso a política de saúde: experiências da Paraíba*. In. LEITE, Glauber Salomão (Org.) *Questões de gênero e sexualidade: direitos humanos e acesso à cidadania*, João Pessoa: IFPB, 2017, p. 337-378.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. “*Mulher bonita é a que luta*”: nas tessituras do feminismo em Campina Grande-PB (1982-1992). Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, UEPB, 2014.

Vídeos documentários

MOSKA, Carlos. O documentário mostra, através da personagem Maria de Kalú. Campina Grande, 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wkiRV8XQ3T4>

[**Volta ao Sumário**]



“NÃO LIGUE PRA ESSAS CARAS TRISTES; FINGINDO QUE A GENTE NÃO EXISTE”: TRAJETÓRIAS PESSOAIS E LUTAS COLETIVAS PELA CIDADANIA TRANS

Beth Fernandes¹

¹ Beth Fernandes (Roberta Fernandes de Souza), psicóloga, especialista em Administração Educacional, Planejamento Educacional e Psicologia Clínica; mestre em Saúde Mental – UNICAMP; presidenta da Astral/GO e idealizadora do projeto Casulo.

Lembrar-me da minha juventude, no final da Ditadura Militar, me remete aos meus 15 anos e ao desejo de ser vista como mulher e de ter o direito de ir aos lugares sem ser xingada. Tãmanha “ousadia” rendeu-me muitas vezes brigas na escola ou em casa, pelo simples fato de ser delicada e feminina. Eu já sabia que era uma garota “trans”? Em algum momento, nesta época, me apresentava como Transexual? Pois bem! Hoje sou uma mulher transexual, cirurgiada, com 52 anos de idade. O direito a ter direitos é meu mote, e a transexualidade é a luta de um movimento político pelo fim da dominação de um gênero sobre outro e sobre a identidade de gênero como tal. Naquela época, ser uma garota transexual representava uma luta de identidade, que foi intensificada nos anos 80 por causa da AIDS, símbolo da luta pelos direitos à saúde e contra os estigmas relacionados à sexualidade e à doença.

Meu fortalecimento e aparecimento como Beth Fernandes, enquanto nome social e de luta, surge misturada com a

música de Cazuza, com sua reverência militante, e com a instituição da ASTRAL GOIÁS.



Dia de manifestação em Salvador por causa da morte de um homem trans

Falarei um pouco da ASTRAL/GO, que é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade econômica. Não temos vinculação com partido político, grupo religioso ou qualquer organismo ou entidade cujos fins não digam respeito aos do objetivo social de atender, sem qualquer forma de discriminação, o maior número de pessoas em defesa à

liberdade da orientação sexual e identidade de gêneros, em especial de mulheres travestis, transexuais, transgêneros e prostitutas.

Desde sua fundação, em 2000, a ASTRAL/GO vem desenvolvendo um trabalho sistemático de parceria com o SUS, com a distribuição de material IEC (informativo, educativo e comunicativo) no Hospital de Doenças Tropicais e Laboratório Central. Além disso, encaminhando

MULHERES: catadoras de papel, moradores de rua, meninas em situação de rua, vítimas de tráfico de pessoas, trabalhadoras do sexo – MULHERES heterossexual, bissexual, homossexual e transexual – aos CTA e HDT para atendimento ambulatorial, estimulando pessoas que visitam nossa entidade a fazer o teste anti-HIV na rede pública e a prevenção em IST/AIDS.

Os trabalhos executados são através de oficinas, em que podemos perceber a desinformação sobre as IST/AIDS, sobre como se prevenir das doenças e infecções sexualmente transmissíveis e sobre os direitos humanos. Nosso trabalho, neste período, ultrapassou de prevenção para assistência, e nos tornamos a única instituição que atende mulheres vulneráveis à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e ao abandono. Outra atividade do Núcleo ASTRAL/GOIÁS é a capacitação de mulheres travestis e transexuais para o ativismo. Tal possibilidade foi fruto de uma trajetória de muitos anos junto às profissionais do sexo e a seriedade de nosso trabalho sobre prevenção às ITS/Aids e uso de preservativo. Temos uma sede própria, localizada no Setor São Domingos, que já ganhou o prêmio pelo Ministério da Justiça de Boas Práticas por acolher temporariamente pessoas vítimas de tráfico de pessoas, e uma sala no centro de Goiânia, que funciona como NÚCLEO DE ATENDIMENTO DA ASTRAL/GO. Já nos últimos anos, a ASTRAL/GO

Por que, afinal, lutam as pessoas Trans (travestis e transexuais)?

passou a ter sede própria e, com isso, montou uma Casa de Passagem para as vítimas do tráfico de pessoas, da exploração sexual e comercial, principalmente por abandono familiar. Nosso trabalho está diretamente ligado aos DIREITOS HUMANOS e à luta contra violência transfóbica.

Falando em Transfobia: Por que, afinal, lutam as pessoas Trans (travestis e transexuais)? Além dos dilemas com educação, moradia e inserção no mercado de trabalho, a luta cotidiana destes indivíduos é contra o preconceito e a discriminação. Em outros termos, uma batalha contínua contra discriminação de gênero.

Ser uma pessoa “trans” compreende uma identidade de gênero e não orientação sexual, diferenças estas que demandam devido esclarecimento com vistas a evitar confusões epistemológicas. Gênero é como as pessoas – homens e mulheres – se sentem. A transexualidade reflete sobre estes sentimentos masculinos e femininos na sociedade. Nessa seara, não se apregoa a dominação das mulheres sobre os homens, para a decepção do senso comum. Estamos falando de demandas por igualdade, pelo fim da dominação de um gênero sobre outro. Em contrapartida, buscamos a efetivação dos direitos humanos, compreendendo que não se pode falar sobre direitos humanos sem tratar de igualdade e sem haver os mesmos direitos para todos/as.



Encontro de ativistas da América latina sobre o tema da DESPATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS.

Pensar em pessoas “Trans” e o ativismo político tem-se, como raciocínio inicial, os efeitos de corpos e sua transformação, que emergem na modernidade, através da reiteração da matriz heterossexual constituída, ao mesmo tempo, pela dominação masculina e pela exclusão das homossexualidades e das identidades de gêneros. E, ao pensar na exclusão de alguns segmentos populacionais, como de travestis e transexuais, temos que elaborar um conjunto de proposições que subsidiem políticas públicas em todos os âmbitos e estimular o debate sobre a inclusão dessas populações.

Viver num mundo capitalista patriarcal é viver em grupos marginalizados que nos transformam numa sociedade desigual e marginalizada.

Por isso, a responsabilidade dos movimentos sociais e do feminismo é reverter à discriminação correlacionada ao gênero, orientação sexual e às sexualidades, enquanto Direitos Humanos e ou Direitos Sexuais.

A luta não é simplesmente sinônimo de coragem. É ela que nos mobiliza e torna possível nossa existência. Infelizmente, nas convenções sociais e de senso comum, as mulheres transexuais e travestis ainda são depreciadas. Não podemos falar deste assunto poeticamente enquanto

homens que se consideram normais matam pessoas LGBTI todos os dias. Somos o país que mais mata pessoas trans no mundo e não obstante a este dado, ainda existe um capitalismo que se alimenta das hierarquias de gênero e de cor. Viver num mundo capitalista patriarcal é viver em grupos marginalizados que nos transformam numa sociedade desigual e marginalizada. Isso vale para negros, pessoas Trans e vários outros grupos. Tendo isto em mente, não é difícil

entender o porquê de os movimentos sociais serem tão fortemente associados à esquerda socialista. E assim... A luta continua... Lembrando mais uma vez da música de Cazuza: “Não ligue pra essas caras tristes; fingindo que a gente não existe” penso que delinear a existência destes é resistir. E eu, Beth Fernandes, e a AS-TRAL/GOIÁS existimos, e me orgulho em me afirmar uma mulher transexual na luta por direitos iguais junto com esta instituição.

Referencias

FERNANDES, Beth. DAIS Gonçalves Rocha (Org.); *Diversidade e equidade no SUS: parceria universidade e educação popular*. Capítulo III; Goiânia; Cãnone Editorial: 2008.

FERNANDES; Beth. As vulnerabilidades das travestis e transexuais com o HIV/AIDS: relato de um grupo em Goiânia, Curitiba. *Revista do VIII Congresso da Sociedade Brasileira de DST*, IV Congresso Brasileiro de AIDS e I Congresso ALAC/IUSTI Latino América, maio de 2011.

FERNANDES, Beth. Orientação sexual e identidades de gênero: repensando conceitos In. VIEIRA, Vera.; CHARF, Clara (Org.) *Mulheres e Homens trabalhando pela paz e contra o tráfico de mulheres e a violência sexual*. São Paulo: Enggraf & Editora, 2015. pp. 233-245.

[Volta ao Sumário]



A PRESENÇA LÉSBICA NO MOVIMENTO LGBTI

Irina Karla Bacci¹

¹ Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB em 2016, integrou a Diretoria da ABGLT- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais entre anos de 2010 a 2012. Foi Conselheira Nacional no CNCD-LGBT (Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT) no biênio 2011-2012, compondo a vice-presidência e presidência, biênio 2013-2014.

² *Vozes Lésbicas no Brasil: A busca e os sentidos da cidadania LGBT* / Irina Karla Bacci; Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania/ CEAM/UnB.

³ Ao referir o texto *Vozes Lésbicas*, certamente estou me referindo àquelas que entrevistei de forma direta ou indireta, além das minhas memórias que, em todo o texto, estão refletidas.

Um breve relato que se organiza neste ensaio é fruto da minha vivência no movimento LGBTI, principalmente no movimento de lésbicas, e da minha pesquisa de dissertação de mestrado em Direitos Humanos e cidadania pela UnB.² Lésbica, ativista e feminista, minha luta contribui e marca a presença lésbica no então movimento LGBTI. Desta forma, pretendo neste ensaio pontuar brevemente as vozes lésbicas³ no movimento, ao tempo que marcarei minha voz ativista, minha história, os caminhos que percorri, e, com isso, de forma indireta, contar a nossa história ao longo destes 40 anos.

Começo essa história com Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Rios. Nascida em 1932, assumiu-se Cassandra em 1948. Vivia em São Paulo e foi a primeira escritora a escrever sobre desejos, prazeres e o ser lésbica. Com uma produção de cerca de 50 livros, ela se tornou a primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos.

Foto: Divulgação/Folha de S. Paulo



Cassandra Rios

Foto: Sandro Eduardo Vichi



Marcia Yaskara Guelpa no lançamento do filme Rio Çigano.

Na esteira da luta por direitos, Yáskara Guelpa, cigana, lésbica e ativista, conheceu Cassandra, que lhes assegurou refúgio nos anos de chumbo da ditadura, quando ela e outros jovens perseguidos pichavam de batom galerias e muros,

expressando-se contra a ditadura, fugindo da polícia que havia fechado as galerias na cidade de São Paulo.

A fundação do movimento homossexual no Brasil, em 1978, é marcada pela criação do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais em São Paulo, que logo se tornou conhecido como SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual – em 1979, após um debate na USP, que reuniu mais de 300 pessoas em seu auditório. (FACCHINI, 2000; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Na época, o grupo, ainda majoritariamente gay, passou a contar com a participação de lésbicas em 1979, quando, após frequentarem algumas reuniões, organizaram um subgrupo dentro do SOMOS, o LF (Lésbicas Feministas), com o objetivo de discutir o que era ser lésbica, marcando a fundação do movimento.

Marisa Fernandes em Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 24/08/2017.



Foto André Oliveira

Marisa Fernandes nasceu em 1953, em Santo André, no ABC paulista. Marisa vivenciou profundamente o período ditatorial, e foi nele que se forjou mulher, lésbica e feminista. É precursora do então movimento homossexual no Brasil e do movimento de lésbicas, também fundadora do Coletivo de Feministas Lésbicas, em 1990.

Rosely Roth, branca, judia e lésbica feminista, nasceu em 1959, em São Paulo. Rosely Roth se suicidou em 28 de agosto

de 1990. É presença forte e marcante na história do movimento, que a perpetua na memória, inclusive das que não a conheceram. Junto com Marisa Fernandes, Miriam Martinho e tantas outras, fundou o LF que ficou atuante de 1979-81. Em 1981 é fundado o Grupo Ação Lésbica-Feminista, GALF (1981-1990), que, liderado por Rosely Roth, realizou a ação de resistência e ocupação do Ferro's Bar em 19 de agosto de 1983, data esta que marcou o dia 19 de agosto, como o dia do orgulho lésbico.

Heliana Hemetério dos Santos em participação no Seminário Políticas Públicas para as Mulheres



Foto: Rodrigo Fonseca/CMC

Neusa das Dolores Pereira



Foto Divulgação

Elisabeth Calvet na Escadaria da Câmara Municipal do Rio de Janeiro



No campo do imprescindível debate das identidades lésbicas negras, cito Heliana Hemetério dos Santos e Neusa das Dores Pereira, lésbicas, feministas e negras. Neusa foi fundadora do COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, junto com sua ex companheira, já falecida, Beth Calvet. Elas foram responsáveis pelo marco fundacional do movimento de lésbicas negras no Brasil e da organização do I Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE, hoje SENALESBI¹, que ocorreu em 29 de agosto de 1990, no Rio de Janeiro e contou com a participação de 100 ativistas. A data é conhecida hoje como o dia nacional da visibilidade lésbica.

Ademais, ressalto que meu envolvimento orgânico com a militância LGBTI se inicia com a participação no Grupo *Umas e Outras* (2001), e, posteriormente, me juntei às Famílias Alternativas – FALT (2002), uma lista de discussão na rede que possibilitava a aproximação de famílias LGBT. e da lista. Participei também da fundação da INOVA (2005), que se tornou a primeira associação brasileira de famílias LGBT, que propiciou a participação na Audiência Pública realizada pela Comissão Especial da Lei Nacional da Adoção na Câmara dos Deputados, por ocasião do PL 1.756/2003, também em 2005², a convite da presidente da Comissão, deputada Maria do Rosário Nunes.

Recordo-me de algumas passagens, como a participação na organização da I Conferência Nacional LGBT, que teve como ponto máximo a participação do então presidente Lula; da eleição para a primeira mesa diretora do Conselho Nacional LGBT, vice-presidenta e presidenta; e, por fim, na participação no painel³ “Discriminação e Violência baseada em Orientação Sexual e Identidade de Gênero”, ocorrido na 19ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 07 de março de 2012, sendo a única ativista LGBT.



Irina Karla Bacci, ativista brasileira, fazendo seu discurso no Painel de Debate da 19ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra.

Foto: Violaine Martin/ONU

¹ Conforme decisão do 8º SENALE em Porto Alegre, o Seminário passa a chamar SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.

² Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML>>.

³ Disponível em: <<http://ilga.org/pt-br/irina-bacci-painel-discrimina-o-e-violencia-baseado-em-orienta-o-sexual-e-identidade-de-genero-do-conselho-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 16 fev. 2016, às 20h30. <http://www.unmultimedia.org/tv/webcast/2012/03/panel-discussion-sexual-orientation-and-gender-identity.html>

Finalizo este texto destacando que a presença lésbica no movimento LGBTI e seu protagonismo nem sempre visível e quase nunca reconhecido, mas que caminha, desde

o seu início aos dias de hoje, para a construção de um movimento forte e organizado, na luta por mais direitos, cidadania, e, atualmente, pela retomada da democracia.

...a presença lésbica no movimento LGBTI e seu protagonismo nem sempre visível e quase nunca reconhecido.

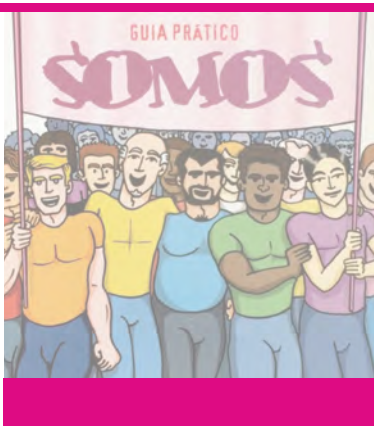
Referências

BACCI, Irina. K. *Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT*. 2016. 117 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

[Volta ao Sumário]



PROJETO SOMOS, A AMPLIAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBTI¹

Luiz Carlos Barros de Freitas²

¹ LGBTI – Sigla com as iniciais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexos.

² Cofundador do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, com nome de fundação Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual - GAI, ONG do Rio de Janeiro/RJ.

Introdução

A segunda metade do século XX foi um período de grandes transformações sociais. Entre elas, destaca-se a Rebelião de Stonewall, em 1969, que Rodrigues (2010; p.49) afirma ter sido “um movimento de racionalização, de sistematização da luta, de inauguração e prolongamento de ações políticas que deixarão marcas profundas nos corpos e mentes de gays e lésbicas”. Hoje, a denominação “... de gays e lésbicas”, feita há quase uma década, poderia ser atualizada para “... de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos – LGBTI”.



Logomarca do Somos Sudeste. Autoria e acervo Jorge Caê Rodrigues.

O Projeto Somos foi idealizado pela Associação para a Saúde e Cidadania Integral na América Latina e Caribe – ASICAL, e, no Brasil, foi articulado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos – ABGLT, a partir de 1999 (REIS *et al.*, 2005, p. 17), tendo as suas últimas ações em 2006. Durante este período, boa parte da militância da causa LGBTI pode ser perspectivada a partir das atividades de ampliação e interiorização do movimento, proporcionadas pelo Projeto Somos, que se inseriam no conjunto de ações racionais e sistemáticas acima referido.

Em 1993, o Grupo Arco-Íris surgiu como um grupo de discussão entre amigos. Mais tarde, o Projeto Somos se caracterizou como uma das suas mais importantes atividades. Uma possível definição do Projeto seria “um conjunto articulado de ações de empoderamento de lideranças e desenvolvimento organizacional das ONGs de gays e outros HSH¹ na promoção dos direitos humanos e prevenção das DST e Aids” (REIS *et al.*, 2005; p.17). Atuava-se num movimento em rede, de abrangência nacional e internacional, que ampliava e interiorizava as ações da militância LGBTI de então.

¹HSH – Homens que fazem sexo com homens (Reis *et al.*, 2005; p.13).

Movimento em rede

As identidades podem ser consideradas como construtos sociais fluidos e situados tempo espacialmente, mas, para muitos, são tratadas como algo que tem a ver com a natureza da pessoa ou com o que ela “é”, ou considera que seja. O que provoca uma ou outra abordagem é, entre outras coisas, o contexto social, a visão de mundo e os objetivos dos sujeitos envolvidos.

Segundo Spivak (2010, p.56), deve-se ressaltar a importância da consciência dos sujeitos subalternos diante das instâncias de poder hegemônico e as estratégias políticas usadas para quebrar paradigmas aos quais estão presas as burocracias acadêmicas, partidárias, governamentais etc., e que precisam enquadrar a vida social em modelos discursivos normativos, com o intuito de organizar, vigiar e punir. O Projeto Somos se imbuíu

da noção de que era preciso fortalecer a discussão sobre identidades, aumentar a auto-estima de pessoas LGBTI, qualificar o seu discurso e clarificar os objetivos das ONGs, no intuito de tornar as ações do movimento mais eficientes.

As ONGs participantes eram do movimento LGBTI, mas o Projeto focou suas ações em homens gays e outros HSH, independentemente de suas escolhas identitárias, embora homens que se identificavam como gays fossem a grande maioria de participantes. No Centro Regional Sudeste não há registros de participação de homens heterossexuais, transexuais e intersexos nos dados obtidos no Grupo Arco-Íris, tendo apenas o Movimento D'Ellas como participante de lésbicas.

O Grupo Arco-Íris está entre os trinta e um grupos fundadores da ABGLT e foi um dos grupos a sediar um Centro

Regional de Capacitação e Assessoria do Somos, neste caso, o “Centro Regional Adauto Belarmino”, também referido coloquialmente como “Coordenação Regional Sudeste”. Os Centros Regionais foram criados em quatro regiões brasileiras para a implementação e gestão local do Projeto. As lideranças das ONGs iam às cidades-sede, assim como os coordenadores dos Centros Regionais iam às cidades das ONGs para as ações de capacitação e assessoria, formando a trama de parcerias da rede Somos. A Coordenação Regional Sudeste articulou, ao longo de seis anos de atividades, uma rede de mais de oitenta ONGs, interagindo e trocando práticas e saberes na capacitação e apoio técnico em direitos humanos e Aids, ampliando e interiorizando o movimento LGBTI. Os coordenadores foram os primeiros capacitados, e estas ações permaneceram durante toda a existência do Projeto.

Foto: Autor desconhecido, acervo Luiz Carlos B. Freitas.



Marcelo Cerqueira (Grupo Gay da Bahia), Sandra Aliaga (convidada pela ASICAL), Toni Reis (Grupo Dignidade) e Luiz Carlos B. Freitas (Grupo Arco-Íris) em aperfeiçoamento de capacitação de coordenadores do Somos em Quito, Equador, 2003.

Empoderamento em rede

O projeto Somos partiu do princípio de que a prevenção às DST/Aids e o exercício pleno da cidadania de gays e outros HSH estavam intrinsecamente relacionados à capacidade das lideranças de agir sobre a sua população atendida e os tomadores de decisão governamentais. Esta capacidade, naquele contexto, era preponderantemente baixa, seja por motivo de discriminação e preconceito, ou de baixa formação das lideranças, ou, ainda, por problemas na própria construção identitária associada a valores negativos, o que

...um dos grandes êxitos do Somos foi no sentido da organização e do fortalecimento de lideranças e ONGs LGBTI.

colocava os gays e outros HSH em situação de maior vulnerabilidade à infecção.

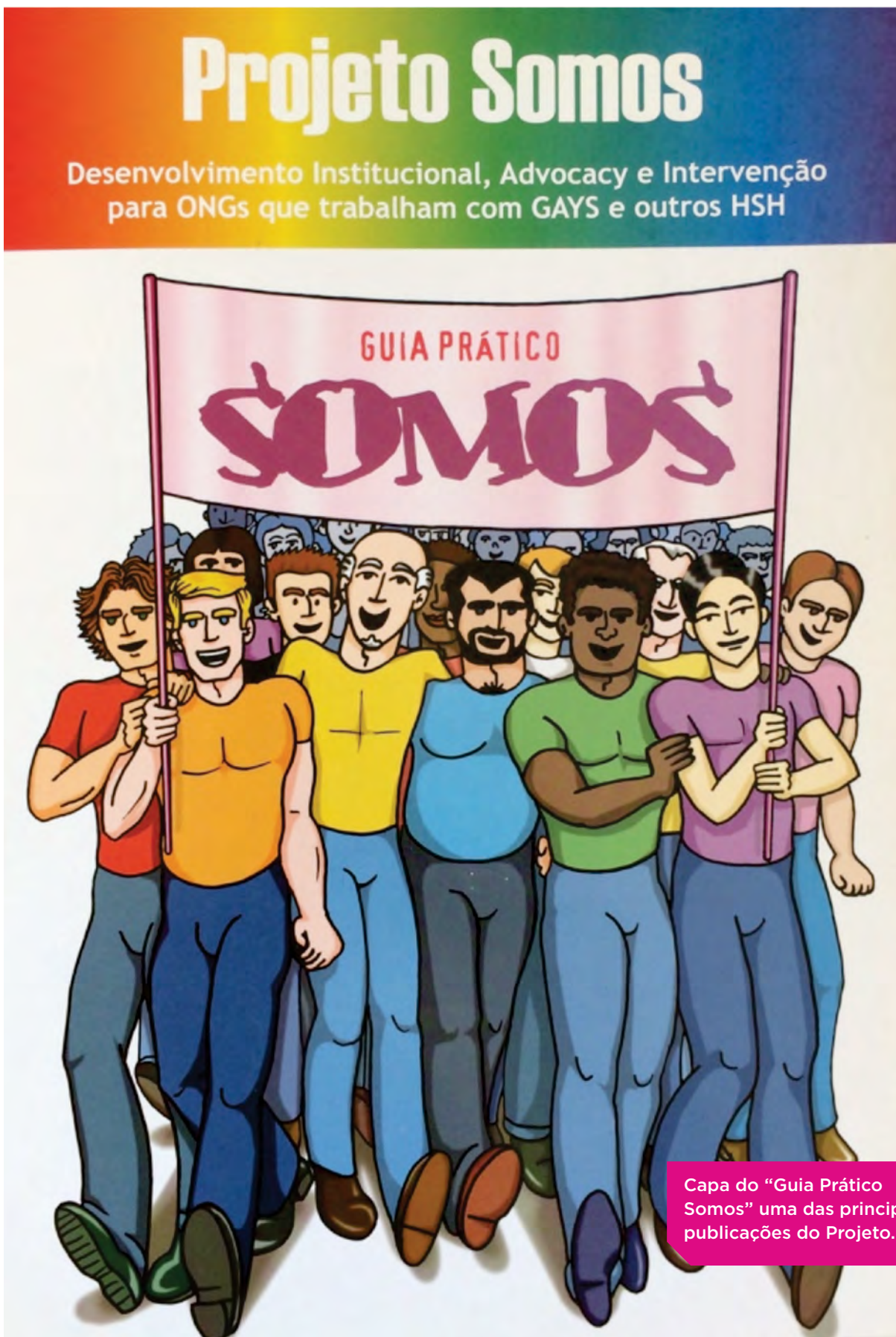
As ações do Somos foram, desde o início, financiadas principalmente com recursos do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, sem os quais não teriam sido viáveis.

Pode-se afirmar que um dos grandes êxitos do Somos foi no sentido da organização e do fortalecimento de lideranças e ONGs LGBTI. E contribuiu para o surgimento de novas lideranças e para a capacitação técnica e política das já existentes, além de ter tido papel fundamental na ampliação e interiorização do movimento.

Foto: Autor desconhecido, acervo Luiz Carlos B. Freitas



Lili Anderson (Liderança participante do Somos) e Luiz Carlos B. Freitas (Coordenador Sudeste) em participação no I Congresso da ABGLT (2005) como uma das atividades do Projeto.



Capa do "Guia Prático Somos" uma das principais publicações do Projeto.

Referências

ANDRADE, Augusto J. A. *Visibilidade Gay, Cotidiano e Mídia: Grupo Arco-Íris – Consolidação de uma estratégia. Um estudo de caso.* Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

REIS, Toni. HARRAD, David (Orgs.). *Projeto Somos, Desenvolvimento organizacional, Advocacy e intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH.* Série Manuais no. 65. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil.* Niterói: EdUFF, 2010.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

[Volta ao Sumário]



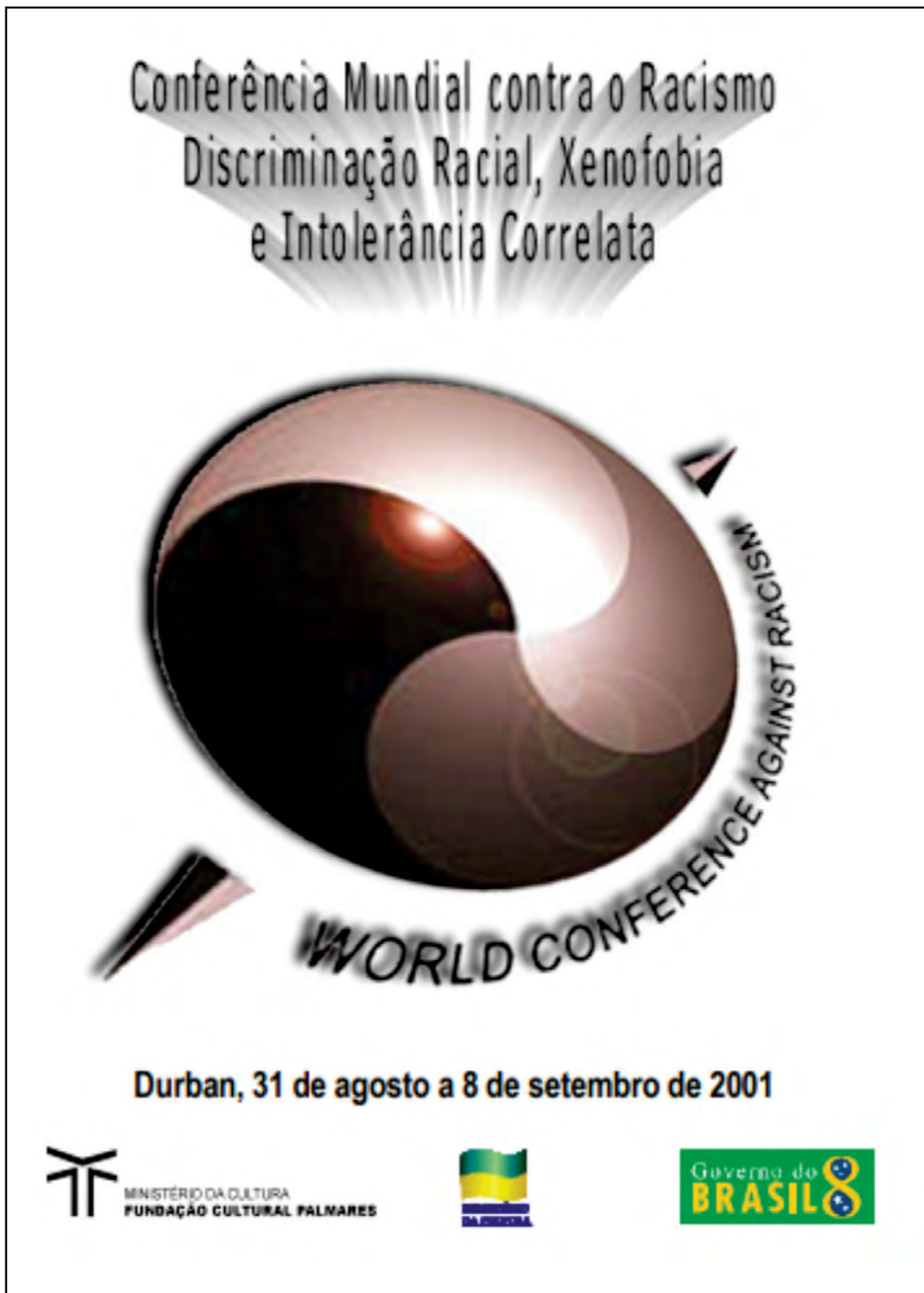
XII CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA, INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÕES CORRELATAS DA ONU E OS ECOS NO BRASIL

Cláudio Nascimento Silva¹

¹ Filósofo e ativista do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, foi superintendente de direitos individuais, coletivos e difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos entre 2007 e 2017. E como gestor elaborou e executou o Programa Carioca Rio Sem Homofobia.

Em 1999, o Governo Federal, visando responder às demandas nacionais e internacionais para a participação brasileira na XII Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e Discriminações Correlatas, da Organização das Nações Unidas, que ocorreu em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, estabeleceu uma agenda pública de mobilização. O Brasil, como uma das maiores diásporas negras do mundo – onde o processo de escravidão mais perdurou e que em seu fim aprisionou o sonho da liberdade negra à exclusão e a negação de sua cidadania-, não poderia se furtar ao debate da luta contra o racismo.

Fonte: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf



Capa da Declaração e programa de ação Adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul

A conferência representou um evento de importância crucial nos esforços empreendidos pela comunidade internacional para combater o racismo, a discriminação racial e a intolerância em todo o mundo. Reuniu mais de 2500 representantes de 170 países, incluindo 16 Chefes de Estado, cerca de 4000 representantes de 450 organizações não governamentais (ONG) e mais de 1300 jornalistas, bem como representantes de organismos do Sistema das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos e público em geral. No total, 18.810 pessoas de todo o mundo foram registradas para assistir aos trabalhos da Conferência.

A Conferência Mundial foi convocada, em 1997, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da sua resolução 52/111, em que se declarou “firmemente convencida da necessidade de adotar medidas mais eficazes e sustentadas a nível nacional e internacional para a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial”.

A posição do Governo Federal se deu em razão da forte atuação do movimento negro, que a cada dia cobrava ao Estado brasileiro ações afirmativas e reparatórias à profunda desigualdade racial. Aliado a este quadro, o próprio movimento negro produzia cobranças às redes de Direitos Humanos que negligenciavam o genocídio e o debate acerca das políticas públicas reparatórias à população negra no Brasil. Por outro lado, o Governo Federal também buscava ganhar visibilidade na agenda dos direitos humanos, em contraponto ao projeto neoliberal de dilapidação do patrimônio nacional que se implementava. Os elementos destacados

foram importantíssimos para a potente agenda que se organizou em função da participação brasileira no processo de preparação e realização da Conferência Mundial contra o Racismo.

O Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), por meio da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, criou em 1999 o Comitê Nacional de Preparação da Participação Brasileira na Conferência (Decreto Presidencial, 08 de setembro 1999). Seriam então dois anos de trabalho preparatório. Os objetivos principais do Comitê Nacional foram os de identificar, organizar e sistematizar a agenda pública de preparação da participação brasileira e construir uma proposta para a posição do país na Conferência, além de elaborar um relatório nacional com recomendações de políticas públicas.

O comitê, formado por 28 membros, contou com representantes de organismos de direitos humanos do Poder Público Federal e de alguns estados, pesquisadores/as e ativistas negros/as, religiosos/as (candomblecistas, judeus, evangélicos e o Conselho Mundial de Igrejas), indígenas e quilombolas. Outro grupo representado no comitê foi o de mulheres, especialmente de mulheres negras, que pautaram a intersecção entre racismo e gênero.

As mulheres, estimuladas por suas conquistas nas Conferências do Cairo, em 1994, e de Pequim, em 1995, insistiam, pela voz de muitas delegações, na inclusão do gênero como fonte de discriminações agravadas. Utilizando-se da expressão “intolerância correlata”, os países ocidentais lato sensu, nesse caso

liderados pelo Brasil, traziam ao proscênio o problema da discriminação por orientação sexual, sofrida pelos homossexuais, mas ainda tabu em diversos meios e sociedades; não-reconhecida sequer como discriminação porque legalmente criminalizada em muitos países, por preconceito ou motivação religiosa.

Para a nossa surpresa, fomos convidados para compor o Comitê Nacional, representando o segmento homossexual² afrodescendente. Digo surpresa em razão da resistência em que o tema vinha sofrendo na agenda de direitos humanos no Brasil. Vale destacar que na Conferência Nacional de Direitos Humanos de 1998, em razão da aliança com setores religiosos, o Governo Federal foi acusado de omissão no debate sobre a cidadania LGBT.

A época do convite, eu era presidente do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual³ e Secretário Geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT⁴. Em torno desse convite, houve manifestações para que eu não o aceitasse⁵. No entanto, depois de refletir sobre o assunto com diversos ativistas e grupos, resolvi aceitar o convite, entendendo que o Comitê poderia ser uma grande oportunidade para ampliar o debate da agenda de enfrentamento à discriminação e de promoção da cidadania da população homossexual. Paralelo a estes fatores, ainda avaliava que por meio do comitê poderíamos pautar nossas agendas ao Estado Brasileiro. Naquele momento, nossa população, como minoria social e política, ainda precisava ocupar espaços políticos, e o Comitê poderia ser um instrumento potente de cobrança, diálogo e elaboração de políticas.

O processo de preparação da participação brasileira aconteceu durante dois anos, e nesse período participei de diversas reuniões. Contudo, em razão do receio de setores do movimento negro, de que a nossa pauta pudesse ser mais um tema a desfocar o comitê, e de religiosos mais conservadores, em um primeiro momento senti muita resistência em pautar nossa agenda. Neste sentido, o Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Ivair

² Naquele contexto, as categorias gay, lésbica, bissexual, travesti e transexual, ainda que existentes, não eram massificadas e correntemente utilizadas pelo Estado.

³ O grupo alterou o seu nome, hoje chama-se Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT.

⁴ A entidade chama-se atualmente Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

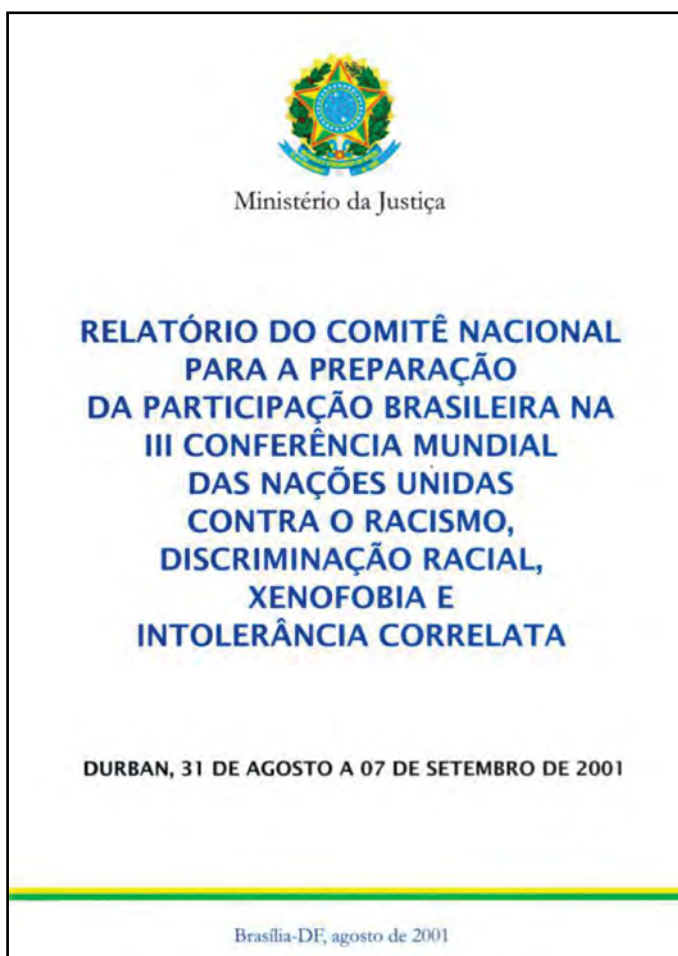
⁵ Em decorrência do fato de que o Comitê foi criado pelo Governo FHC, lembro que fui chamado de “pelego” por alguns ativistas mais alterados. Contudo, passado o processo da Conferência e a forma como os documentos pautaram nossa agenda, a história fez valer nossa estratégia de ocupação política e incidência na agenda pública do governo e do movimento negro.

Augusto, a Presidente de Honra do Comitê e Vice-Governadora do estado do Rio, Benedita da Silva, o Coordenador do CEAP, Ivanir dos Santos, o presidente da Federação Israelita do Rio de Janeiro, Sérgio Niskier, a indígena, Azelene Kai-gang e a coordenadora do Grupo Criola, Lúcia Xavier, foram fundamentais para eu encontrar apoio e solidariedade. Durante esse processo de preparação, pude, aos poucos, pautar o debate utilizando da estratégia de introdução da temática como debate interseccional na agenda contra o racismo. Lembro-me que, numa pré-conferência em Genebra, a então vice-governadora, Benedita da Silva, observando a resistência de representantes africanos com a inclusão homossexual nos documentos da Conferência, em uma reunião que liderava no Conselho Mundial de Igrejas, reconheceu as múltiplas formas de discriminação e nos convidou a falar sobre a nossa pauta.

Outro acontecimento importante foi quando da realização da Conferência Nacional preparatória em 2000, na UERJ, na qual participei de todas as etapas de sua organização, e fui limado, sem qualquer justificativa, da mesa de abertura pelo cerimonial do Governo Federal. Os militantes Ivanir dos Santos e Sergio Niskier reagiram fortemente e destacaram a importância de nossa presença, ameaçando se retirar. Os exemplos apontados mostram que o tema vivenciou situações de muitas tensões, mas também de oportunidades. Em cada situação de rejeição ou oposição, conseguimos realizar o debate e tornar cada vez

mais legítima a inclusão da questão de orientação sexual como fator correlato à discriminação racial.

O Comitê produziu em 2001 um relatório que orientava a Posição Brasileira na Conferência Mundial. Este documento também recomendava um conjunto de ações ao Estado Brasileiro para enfrentar o racismo, a xenofobia, a discriminação racial, a intolerância e as múltiplas formas de discriminação. Pela primeira vez, um documento oficial brasileiro dedicou um capítulo específico para a cidadania homossexual. Um dos fatores importantes foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, com indígenas, negras e negros, e, pela primeira vez, nós LGBT.





Manifestação da delegação LGBT em defesa da inclusão da orientação sexual nos documentos oficiais da ONU durante a Conferência de Durban, Na imagem, Phumi Mtetwa (África do Sul), Claudio Nascimento e Enoé Uranga Muñoz (México).



Kürşad Kahramanoğlu (Secretário Geral da ILGA), Claudio Nascimento e Glória Careaga (Secretária Lésbica - ILGA), em frente à sede da Conferência Mundial de Gays e Lésbicas, em Durban, na África do Sul.

Fonte: Acervo do autor.

Mesmo encontrando resistências, com apoio de setores do Movimento Negro, especialmente as mulheres negras, pudemos garantir que, em alguns momentos estratégicos, a diplomacia brasileira defendesse a inclusão nos documentos oficiais de resolução que instava os Estados Nacionais a reconhecer a discriminação por orientação sexual como fator que potencializava o racismo. Negras e negros LGBT não podiam ficar de fora das recomendações da conferência, mas ficaram! Tal acordo se lê nos artigos 1 e 2, da Declaração de Durban⁶, que rezam:

1. Declaramos que, para efeitos da presente Declaração e Programa de Ação, as vítimas do racismo, discriminação racial, xenofobia e formas correlatas de intolerância são os indivíduos ou grupos de indivíduos que sejam ou tenham sido afetados negativamente por esses flagelos, submetidos a eles ou seu alvo.
2. Reconhecemos que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância são produzidas por motivos de raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, e que as vítimas podem sofrer formas múltiplas ou agravadas de discriminação por outros motivos correlatos, como o sexo, o idioma, a religião, opiniões políticas ou de outra índole, origem social, situação econômica, nascimento ou outra condição⁷.

Não houve a inclusão da questão da orientação sexual nos documentos oficiais de Durban, entretanto, a mobilização ajudou a preparar o terreno para a implementação de algumas políticas no Brasil pós-conferência. Mesmo que tímidas para as populações negra e indígena, a Conferência de Durban ampliou a visibilidade e construiu caminhos para a nossa agenda.

⁶ A Declaração e o Programa de Ação de Durban constam do Relatório da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, documento das Nações Unidas A/CONF.189/12.

⁷ O termo “gênero” (de conotação sociológica, ao contrário de “sexo”, meramente biológico), postulado pelo movimento de mulheres e previamente usado nos documentos de Pequim, não foi aceito. No trigésimo terceiro parágrafo preambular (que reitera a conveniência de se aplicar uma perspectiva de gênero para evitar discriminações contra a mulher), uma nota de rodapé explícita referir-se o termo “a ambos os sexos, varão e mulher, no contexto da sociedade”, não comportando qualquer outro significado.

Referência

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e o Programa de Ação de Durban constam do Relatório da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata. Documento das Nações Unidas A/CONF.189/12.

[Volta ao Sumário]



O AMOR NA PARADA LGBT DE SÃO PAULO

Moacir Lopes de Camargos¹

¹ Doutor em Linguística (UNICAMP), Pós-Doutor em Humanidades (Universidad Nacional de Córdoba – Argentina), Professor na Universidade Federal do Pampa.

O tema da primeira Parada LGBT (inicialmente GLT) de São Paulo – *Somos muitos, estamos em todas as profissões* – deixa explícito que a sua proposta era promover a visibilidade, o que permanece e é enfatizado nas próximas três Paradas, nos anos seguintes. O cartaz da primeira Parada fazia um convite: *venha montada, desmontada, casada, descasada, solteira, de bota ou de tamanco. Afinal, quem vai notar você no meio da multidão?* Esta Parada do orgulho GLT foi realizada em 28/06/97, com início na Avenida Paulista e término na Praça Roosevelt, e contou com cerca de 2000 pessoas.

Em 28/06/1998, aconteceu a segunda Parada do orgulho GLT, com o tema *Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos*, que reuniu cerca de 7 mil pessoas. Além da visibilidade que já era, desde a Parada anterior, um dos objetivos dos organizadores, o tema recupera importantes fatos que aconteceram no país: primeiro, a fundação, em 1995, da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis; segundo, em 1996, os homossexuais foram citados em um documento oficial do Governo Federal, o Programa Nacional dos Direitos Humanos. No ano de 1997, o Grupo Gay da

Bahia (GGB) lançou o primeiro Boletim de assassinatos de homossexuais no Brasil, informando que, de 1996 a 1997, 254 mortes haviam sido registradas. Também ocorreu, no ano de 1998², um importante fato: o STJ – Supremo Tribunal de Justiça aceitou a partilha de bens em caso de morte de um dos companheiros homossexuais com histórico de vidas compartilhadas.

Devido ao sucesso obtido com a segunda Parada, os grupos organizadores decidiram que, para a realização do próximo evento, deveriam criar uma associação para organizar não só a Parada, mas também outros eventos paralelos durante o mês de junho, como seminários, debates, exibição de filmes, etc. A partir da terceira Parada, realizada em 27/06/1999, com o tema *Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000*, a Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT)³ de São Paulo passou a ser

responsável pela Parada e outros eventos relacionados à comunidade GLBT. Foi também o primeiro ano em que esta sigla foi usada, dando visibilidade social e política para os bissexuais (B), travestis e transexuais (T). O dia 28 de junho entrou para o calendário oficial da cidade de São Paulo, e a participação do público ultrapassou todas as expectativas: 35 mil pessoas celebraram o orgulho GLBT naquela tarde de domingo na Avenida Paulista, Rua da Consolação e Praça da República. (www.paradasp.org.br)

A partir do ano de 2001, tomei conhecimento do sucesso da Parada e passei a participar da festa da festa e dos eventos promovidos pela associação. A seguir, relato, ainda que de forma breve, algumas observações sobre minhas participações nas Paradas de São Paulo.

Fotografei este trio, com a frase em destaque, durante a 9ª Parada LGBT de São Paulo, em 2005. Este enunciado do escritor gaúcho responde a muitas perguntas, mas também gera outras, como a seguinte: por que as imagens de muitos LGBTs no dia da Parada chocam? Esta pergunta permite discutir uma das questões fulcrais que envolve a(s) Parada(s): o excesso e exagero de cores, maquiagens, coloridos, (semi)nudez e trejeitos com que muitos LGBT vão para a festa exagerada (CAILLOIS, 2000) da Parada. Isso é visto, por muitas

² Nesse ano também começou em Juiz de Fora – MG o RainbowFest – festa com atividades diversas para o público GLBT que se tornou conhecida em todo o país.

³ O escritório da APOGLBT funciona no centro de São Paulo.

pessoas, inclusive por grande parte de LGBT e alguns veículos de imprensa, como um ridículo desnecessário que não leva a nada e reforça ainda mais o preconceito, além de deturpar a imagem que grande parte da sociedade tem dessa comunidade. Para alguns, também pode atrapalhar a vida daqueles LGBTs que são “normais” e não querem ser assim fechativos, afeminados⁴. Na fala de um médico gay e ex-participante da Parada⁵, pode-se perceber o seu repúdio pela festa exagerada: *isso não tem sentido, já virou bagunça, é um bando de viado mostrando o rabo, os peito e querendo aparecer. Não vou mais, isso não é político.*

⁴ Fechar na linguagem gay é dar pinta (daí o adjetivo pintosa), mostrar-se gay, como diz o conto (A lenda das Jaciras) de Caio Fernando Abreu; ser uma Jacira ou uma bichinha fresca.

⁵ Reprodução de uma conversa que tive com um médico paulista que conheci durante o seminário “*Olhares sobre a homossexualidade: cidadania na diferença*”, realizado no Centro Universitário Maria Antônia em São Paulo dia 17/05/2005.



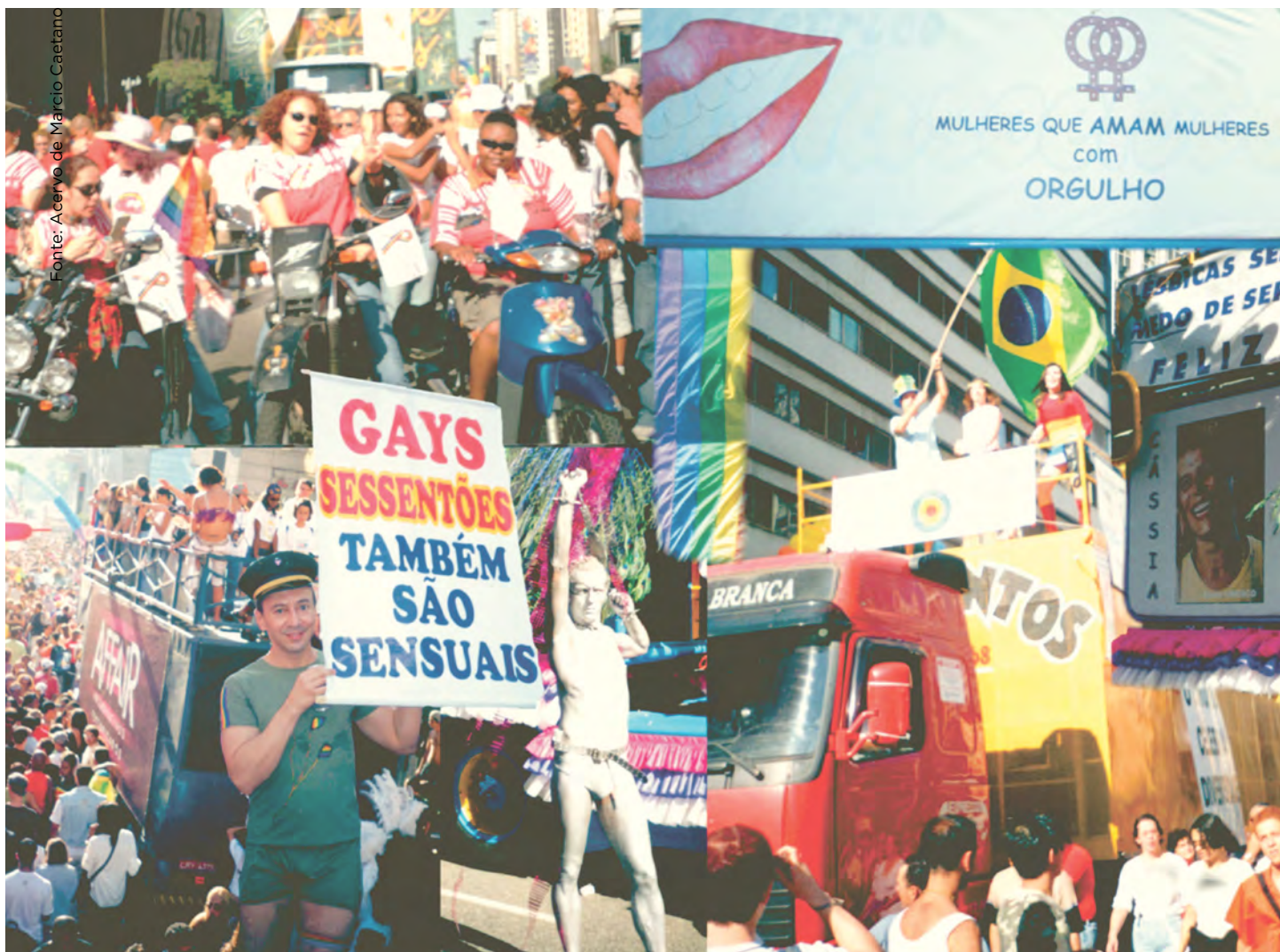
Essa rejeição gera também o que podemos chamar, tomando a ideia de Rama (1985), uma limpeza na cidade das letras. Ou seja, o que vem daqueles que estão fora do anel do poder, é comum repudiar, tentar expulsar ou classificar de forma depreciativa: a língua deles (coloquial = errada), a festa deles (bagunça = sem sentido), a roupa deles (pobre = cafona, feia), o corpo deles (horível = escandaloso, fora dos padrões), etc. Tal repúdio pode ser visto em várias manifestações (festa do Rosário que acontece no mês de maio – vista por muitos como festa dos pretos que aproveitam para beber) ou movimentos sociais (o movimento dos sem terra – muitos dizem que é gente desocupada, vagabunda querendo ganhar ou invadir terras). Muitas vezes a mídia reforça o preconceito contra essas manifestações e movimentos.

Em se tratando da Parada, todos os adjetivos para as consideradas pintosas do gueto se generalizam para falar dos LGBTs da Parada: são as *barraquera*, *as fulera*, *as quáquá*, *as querenguela*, *as bicha um real*, que vão mostrar a bunda, dentre outros. Se pensamos no espaço geográfico da cidade de São Paulo, isso fica bem evidente, pois os gays da classe média frequentam a região dos Jardins⁶ (local considerado chique com bons restaurantes, bares e lojas de grifes), enquanto as ditas pintosas ficam com a área da Praça da República, sobretudo a Avenida Vieira de Carvalho e adjacências, ou nas palavras de Palomino (1999, p.173) *o reduto quáquáquá meio pobre de São Paulo*, das *bichas 'cheap'*.

Mas a Parada não é só da desbundagem, uma vez que ela acontece no espaço aberto da cidade, onde há lugar para todo mundo, para todos os tipos se jogarem como quiserem: as barbies, as susies, as pintosas, as finas, as trucosas, as tias, as punks, as ladies⁷, famílias, amigos e curiosos. No entanto, a imagem da extravagância é o que mais chama a atenção, pois foge do padrão hegemônico, do modelo considerado adequado. Não podemos olhar para os tipos tidos como exóticos e dizer que eles são a expressão de uma homossexualidade, isto é uma deturpação. Apenas olhar um rosto pintado, colorido, um corpo fantasiado e fazer uma afirmação categórica que o deprecie é desintegrar o todo em sua riqueza de

⁶ No Guia da Semana (de 16/06/06 a 22/06/06) do jornal Estado de São Paulo a capa é nas cores do arco-íris com destaque para a frase: *A próxima parada: sábado tem arco-íris na Paulista. O roteiro e as dicas para quem vai (e para quem não vai)*. Na reportagem, de 4 páginas, inclui bares, restaurantes e boates, somente do circuito dos jardins e outras áreas chiques, mas sequer menciona o circuito central da Viera de Carvalho.

⁷ Barbies – gays musculosos; susies – gays magros que querem ser barbies; trucosas – gays que fazem pose; tias – gays mais velhos; punks – lésbicas em estilo punk; ladies – lésbicas de salto alto.



expressividade, é dizer pouco ou nada sobre ele. O que vejo é realmente o que está exposto, refletido pela imagem es-crachada, debochada? Nas palavras de Betina Botox: *Dizem que eu choco, mas alguém já pa-rou para se perguntar o que me choca? Homem de terno e gravata, por exem-plo, é uma coisa que me choca, principalmente se tiver usando sapato caramelo coordenado*

**...fazer uma afirmação
categórica que o deprecie
é desintegrar o todo
em sua riqueza..**

com o cinto. Ai, não aceito! Olha, pior que isso só mocassim preto com meia branca, pochete e celular pendurado no cinto. Ai, não aceito! (Betina Botox, Terça Insana). Enfim, seja discreta ou pintosa, cada um/a vai à Parada “A sua maneira, cada uma busca apenas essa coisa – o Amor: a An-ces-tral Sede Antropológica.” (Caio Fer-nando Abreu, *A lenda das Jaciras*).



Parada LGBT de São Paulo, 2016, Avenida Paulista

Referências

CAILLOIS, Roger. *L'homme et le sacré*. Paris: Galimard, 2000.

PALOMINO, Erika. *Babado forte: moda, música e noite na virada do século 21*. São Paulo: Mandarin, 1999.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. (tradução de Emir Sader). São Paulo: Brasiliense, 1985.

[\[Volta ao Sumário \]](#)



PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA - INTENÇÕES E AÇÕES

Cláudio Nascimento Silva¹

¹ Filósofo e ativista do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, foi superintendente de direitos individuais, coletivos e difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, entre os anos de 2007 e 2017. E como gestor elaborou e executou o Programa Carioca Rio Sem

² Em 2017, a entidade passou a chamar-se Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Pessoas Intersexuais – ABGLT.

A eleição do Presidente Lula, em 2002, significou para a classe trabalhadora, subalternizados e discriminados uma nova perspectiva para seus anseios. O lema que ilustrou esse momento foi o de que “a esperança venceu o medo”. O candidato Lula e o Partido dos Trabalhadores assumiram compromissos com o combate à homofobia e a promoção de políticas públicas para a cidadania LGBT. Em dezembro daquele ano, com a Carta de Curitiba, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis² já sinalizava o que esperava do novo governo e qual seriam as suas principais reivindicações. O documento, com o título “Por políticas públicas democráticas e inclusivas da diversidade sexual”, continha entre as suas reivindicações a “Elaboração e implementação de programas [...] com dotação orçamentária, objetivando reduzir a violência e a discriminação contra pessoas em razão da sua orientação sexual voltadas para outras do mesmo sexo” (CARTA DE CURITIBA, 2002).

Com a posse do Governo Lula, a esperança precisava se materializar em respostas concretas na implementação dos compromissos assumidos na eleição de 2002.

No entanto, somente no final de 2003, primeiro ano do Governo Lula, que se iniciou um diálogo para efetivação dos compromissos eleitorais com a comunidade LGBT. Em outubro daquele ano, aconteceu em Manaus o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, organizado pela Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis. O clima naquele encontro era de muito tensionamento e cobrança ao novo Governo, que completaria um ano de gestão sem uma resposta efetiva para as demandas de nosso movimento.

A primeira reivindicação do encontro foi a de que a composição do segundo mandato do Conselho Nacional de Combate a Discriminação – CNCD, criado no Governo FHC, se desse por escolha do próprio movimento e não por indicação do governo, o que contou com a aceitação do representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) presente no encontro³. Assim, foram eleitos três LGBT para compor o Conselho Nacional. À época, eu fui eleito⁴ para o mandato 2003-2005 do CNCD, e reeleitas as ativistas Yone Lindgren⁵ e Janaína Dutra⁶. O ponto alto do encontro foi a cobrança ao governo de políticas públicas efetivas para enfrentar a crescente discriminação e os crimes de ódio contra LGBT.

Apesar da esperança de avançar com o Presidente Lula, se criticou duramente a morosidade de seu governo na produção de respostas aos crimes homofóbicos e na implementação dos compromissos assumidos na eleição presidencial. O encontro indicou ao Governo a criação de um programa governamental interministerial que integrasse estratégias de enfrentamento à discriminação e a promoção de direitos.

O primeiro passo para a proposição de um programa contra a homofobia foi dado já na posse dos ativistas LGBT no CNCD, em novembro de 2003. Apresentamos, com o aval do EBGLT e Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, uma proposta de resolução para a criação da Câmara Técnica para a elaboração de programa de combate à homofobia, que foi acatada pelo Conselho e articulada com seu o Secretário Executivo, Ivair Augusto dos Santos⁷, e o Ministro da Secretaria de

³ Ivair Augusto dos Santos, Diretor do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da PR e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

⁴ A época era Secretário de Ações para os Direitos Humanos da ABGLT e presidente do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, hoje de cidadania LGBT.

⁵ Yone Lindgren, era presidente do Movimento D’Ellas e Secretária de Mulheres da ABGLT

⁶ Janaína Dutra, primeira advogada travesti do Brasil e diretora do Grupo Resistencia Asa Branca – CE.

⁷ Foi um dos principais gestores a articular a pauta LGBT no Governo Fernando Henrique e nos primeiros anos do Governo Lula. Em 1997/1998, participei de diversas reuniões, capacitações internas e articulações da agenda LGBT no Governo Federal a convite de Ivair Augusto

Direitos Humanos da Presidência República, Nilmário Miranda⁸.

Após a publicação da resolução do CNCD criando a Câmara Técnica, composta por representantes LGBT e da gestão federal, foi elaborado um plano de trabalho para articular com os ministérios a criação do programa de combate à homofobia. De novembro de 2003 a maio de 2004, a câmara se reuniu intensamente, com representantes de cada ministério, para articular as propostas que constariam no programa. Foram mais de 40 encontros nos ministérios e mais de 20 audiências com ministros e secretários executivos para dialogar sobre a intenção do Governo Federal de lançar um programa de combate à homofobia multidisciplinar, interseccional e integrado. O grupo aproveitava a oportunidade dos encontros ministeriais para construir climas e incidências políticas favoráveis à nossa agenda. Era muito importante sensibilizar os sujeitos na gestão pública federal quanto à necessidade de se criar um programa específico para enfrentar a discriminação e violência contra LGBT. Nesse sentido, a representação LGBT no CNCD tinha um papel fundamental de pautar os problemas e fazer proposições para cada ministério. Em muitas áreas, encontramos apoio, e, em outras, pudemos vivenciar resistências motivadas por valores religiosos ou perspectivas universalistas das políticas que ignoravam nossas especificidades.

Presidente do Instituto Paranaense 28 Junho, Roberto Kaiser (d), conversa com o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, no lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, no Ministério da Justiça.



Foto: J. Freitas

⁸ Com o então deputado federal, Nilmário Miranda, em parceria com a ABGLT, realizamos em 1998 (Cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos) o I Seminário Nacional de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da Câmara dos Deputados.

A articulação entre a SDH⁹, o Programa Nacional de Aids¹⁰, o Ministério da Cultura¹¹ e o Movimento LGBT foi central para construir uma potente agenda visando a criação do programa. O seu processo de elaboração pôde contar diretamente com a colaboração de 55 ativistas, pesquisadores/as e Governo Federal. A coordenação da elaboração e revisão do programa ficou a meu cargo e do Secretário Executivo do CNCD, Ivair Augusto dos Santos.

Após seis meses de articulações e negociações no Movimento LGBT e no Governo Federal, a elaboração do programa foi concluída. A política pública LGBT nascente foi chamada de “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” e lançada no dia 25 de maio de 2004, no Ministério da Justiça, com a presença de diversos movimentos sociais e de representantes do Governo Federal.

⁹ Por meio da participação de Nilmário Miranda, Ivair Augusto e do Secretário Executivo da Rogério Sotilli.

¹⁰ Participaram o Diretor Raldo Bonifácio e a Assessora de Articulação com a Sociedade Civil, Lilia Rossi.

¹¹ Através da presença do ministro Gilberto Gil, o Secretario da Diversidade, Sergio Mamberti, e da assessora do Minc, Flavia Galiza.

Foto: J. Freitas



Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmario Miranda, lança o programa Brasil sem Homofobia, no Ministério da Justiça.

O BSH passava a ser, então, o primeiro programa no país de enfrentamento à discriminação e à violência e de promoção da cidadania LGBT. De caráter intersectorial e transversal, o BSH previa 52 ações organizadas por onze áreas ou eixos de atuação, sendo (I) Articulação da Política de Promoção dos Direitos de

O BSH passava a ser, então, o primeiro programa no país...

Homossexuais, (II) Legislação e Justiça, (III) Cooperação Internacional, (IV) Direito à Segurança, (V) Direito à Educação, (VI) Direito à Saúde, (VII) Direito à Cultura; (IX) Política para a Juventude, (X) Política para as Mulheres e (XI) Política contra o Racismo e a Homofobia. Além disso, o Programa previu formas de monitoramento e avaliação.

O secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, do Ministério da Justiça, Ivair Santos, fala sobre o programa Brasil sem Homofobia.



Foto: Gervásio Baptista

O BSH, inserido no Plano Plurianual (PPA 2004–2007), apesar de implementar diversas políticas e de se tornar uma referência, não foi executado na sua integralidade, e, tampouco, realizadas

avaliações de seus impactos no cotidiano da população LGBT. Em 2007, o BSH não foi reapresentado no PPA de 2008-2011, sendo encerradas prematuramente as suas ações.

[Volta ao Sumário]



NEGRA E LÉSBICA - ATIVISMO INTERSECCIONAL

Ana Cristina Conceição Santos (Negra Cris)¹

¹ Negra, lésbica, ativista acadêmica; co-fundadora da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT (Rede Afro LGBT); Doutora em Educação e professora da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão.

A minha trajetória ativista inicia no movimento negro. Entretanto, incomodava-me a ausência, enquanto lésbica negra, das discussões/ações em torno das opressões e sujeições vivenciadas por LGBT negras e negros.

Compreendo que categorias como raça, gênero, classe, sexualidade, entre outras, estabelecem códigos que são fortalecidos mutuamente e formam, cada uma, um sistema específico de opressão não sendo, assim, análogas. Atualmente, enquanto ativista, não posso priorizar uma frente de luta, pois minhas identidades são interseccionais. Eu sou mulher, negra, lésbica e nordestina, e são essas identidades que sofrem explorações e colocam tanto a mim quanto outros sujeitos em lugar subalternizado e naturalizado na sociedade.

Então, em 2005, aconteceu em Brasília o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), e havia concessão de bolsas para negras e negros LGBT's, para a qual fui contemplada. Neste encontro, nós, negras e negros LGBT, nos reunimos para discutir nossas especificidades, que não são pautadas nem nos movimentos negros e nem no movimento

LGBT, de forma a nos invisibilizar e a desconsiderá-las, quer seja racial, no movimento LGBT, ou de orientação sexual, no movimento negro.

Neste encontro fundamos a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT (Rede Afro LGBT) e percebemos certa resistência de alguns ativistas. A sensação é que nós queríamos “reinventar a roda”, mas isso não era verdade. Os ativistas que estavam na formação da Rede Afro LGBT expuseram que nos EBGLT passados denunciaram a pequena participação de negras e negros LGBT, pois esses poucos não ocupavam lugar de privilégio das falas, como as mesas redondas, entre outros.

Nossa rede começou a ter destaque dentro do movimento LGBT porque começamos a disputar os espaços e denunciar as opressões interpostas de raça/orientação sexual/identidade de gênero. Iniciamos diálogos com a ex-ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Sr^a Matilde Ribeiro², buscando um assento no Conselho Nacional da Igualdade Racial (CNPIR) e visibilidade para a nossa pauta de luta. Em 2010, conquistamos o assento LGBT no conselho.

Em 2006, a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT realizou seu primeiro encontro na cidade do Rio de Janeiro,



Encontro com a ministra da Igualdade Racial (SEPPIR)



Mesa do I Encontro da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT

Fotos: Acervo da autora.

² Assumiu o Ministério no período de 2003 a 2008.

trazendo como tema “Um Brasil sem racismo e sem homofobia é possível”. Esse encontro foi realizado em parceria com a ONG Arco Iris e teve a participação de lideranças do movimento negro.

No ano de 2007, na cidade de Salvador, reuni-me com alguns ativistas para repensar o Fórum Baiano LGBT, que só existia no papel. Realizamos um encontro com vários grupos da Bahia e propomos um novo formato: as organizações não precisavam ter CNPJ, as reuniões privilegiariam as cidades do interior e a coordenação teria representação da capital e interior de forma paritária, dando atenção ao recorte de gênero. Essa

mobilização para reestruturar o fórum causou embates com um grupo antigo da Bahia por não estarem a frente do processo e não concordarem com a não obrigatoriedade do CNPJ. No entanto, o fórum se consolidou enquanto espaço de proposição de políticas públicas, mantendo diálogo constante com o Estado, e, em 2017, comemorou 10 anos de existência.

Nesse mesmo ano iniciou a preparação para a 1ª Conferência Nacional GLBT (a nomenclatura LGBT só mudou na segunda conferência), e eu representava a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT na comissão estadual (Bahia) e nacional.

Foto: Acervo da autora.



Na Bahia, conseguimos dar outro olhar para as questões LGBT, trazendo novos atores e atrizes para participarem da construção e elaboração da conferência. Na nacional, tivemos alguns tensionamentos para que o recorte racial fosse contemplado, pois não tínhamos – e ainda

não temos – dados sobre a população negra LGBT para a construção e efetivação de políticas públicas. Então, evidenciamos a necessidade de que determinado percentual de delegadas e delegados atendesse ao recorte raça/etnia.

Foto: Acervo da autora.



Fernanda Bevenuto, Ex presidente Luis Inácio Lula da Silva, Toni Reis e a ex primeira dama Marisa (in memoriam)

A mesa de abertura da conferência, em 2008, teve a presença do presidente da República da época, Luís Inácio Lula da Silva, e eu estava lá, na mesa, enquanto sociedade civil, representando as lésbicas. Assumir essa representação não foi fácil, pois houve alguns posicionamentos contrários de ativistas que não concordavam com o meu nome. Uma das alegações era o meu pouco tempo de participação no movimento LGBT. Porém, o apoio que eu precisava e esperava veio da rede da qual faço parte e de várias mulheres ativistas.

...trazer novas demandas para a construção de uma sociedade equânime.

Esse foi um pequeno percurso do meu ativismo, que hoje denomino de ativismo-acadêmico, porque desde 2010 sou professora da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, e é impossível desassociar ativismo, vida pessoal e trabalho. Chegar até aqui e ter forças para transitar por outros caminhos só foi possível por causa das pessoas que me antecederam tanto no movimento negro como no movimento LGBT. Toda a minha gratidão as/aos ativistas históricos que me possibilitam, através de suas ações, a trazer novas demandas para a construção de uma sociedade equânime.

[Volta ao Sumário]



A AGENDA LGBTI NO CONGRESSO NACIONAL: DE JOÃO A. MASCARENHAS À JEAN WYLLYS

Émerson Santos¹

¹Doutorando em Ciências Sociais – UFCG. Coordenador Nacional da Articulação Brasileira de Jovens LGBT (ArtJovem LGBT) 2018-2020 e Conselheiro Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT 2017-2019 no Ministério de Direitos Humanos.

Tendo acumulado quatro décadas de atuação no Brasil, o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e, mais recentemente, Intersexuais (LGBTI) não conseguiu apoio significativo para aprovação das suas agendas no Congresso Nacional. Em grande medida, isso pode ser atribuído ao forte processo de oposição protagonizado pelos setores mais conservadores da sociedade no legislativo federal brasileiro, especialmente aquele que é representado por deputados/as que têm ligação e base eleitoral em igrejas evangélicas neopentecostais.

Mesmo diante dessa barreira, ao longo dessas quatro décadas, o Movimento LGBTI tem se articulado para viabilizar a presença das suas agendas na pauta do Poder Legislativo Federal. Esse processo remonta à própria Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, com a realização da campanha pela proibição de discriminação por “orientação sexual” na Constituição de 1988. Protagonizada pelo Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia (GGB), a campanha é um importante marco

histórico do Movimento social LGBTI no processo de redemocratização após a Ditadura Militar de 1964-1985. Foi nesse contexto que o Congresso Nacional recebeu, pela primeira vez, um representante do Movimento LGBTI, João A. de Souza Mascarenhas², então Diretor de Comunicação Social do Triângulo Rosa, para discursar em defesa da construção de uma legislação de combate à discriminação.

² O representante do Grupo Triângulo Rosa discursou na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, bem como na Sub-Comissão dos Direitos e Garantias Individuais, em abril e maio de 1987 (HOWES, 2010; SIMÕES e FACCHINI, 2009)

Fonte: Acervo da Câmara dos Deputados



Benedita da Silva e Ulisses Guimarães na Constituinte de 1988

Apesar de toda articulação realizada, a proposta começou a perder força nas subcomissões e foi definitivamente derrotada pelo Plenário da Assembleia Nacional Constituinte, em 28 de janeiro de 1988.

Em 1987, como deputado federal constituinte José Genoíno, participando na elaboração da Constituinte de 1988.



Foto: Arquivo/Estadão

Nesse contexto, merece destaque a atuação do deputado paulista José Genoíno e da deputada carioca Benedita da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), que chegaram a apresentar uma emenda e fizeram sucessivos destaques pela aprovação da proibição de discriminação por “orientação sexual” na Constituição, não obtendo sucesso dada a forte resistência da ampla maioria dos/as deputados/as constituintes.

Nos anos 1990, foi realizada uma nova tentativa de inclusão da proibição da discriminação motivada por “orientação sexual” na Revisão Constitucional de 1994. A proposta foi novamente derrotada. Já em 1995, impulsionada pelo debate social e sua força política e midiática, a então Deputada Federal Marta Suplicy (PT-SP)³ apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 1151, que estabelecia a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O Projeto nunca foi para votação em plenário, sendo mais uma evidência da dificuldade da agenda de cidadania LGBTI no Congresso Nacional. Contudo, a visibilidade oferecida à mídia pelas lideranças LGBTI ia de acordo às necessidades dos meios midiáticos com a polarização das discussões propiciadas pela, então, deputada federal Marta Suplicy, com o projeto de lei da União Civil⁴, apresentado na Câmara dos Deputados em 1995: PL nº 1151/95.

Homossexuais expõem

Um fato inédito na história. Foi dessa forma que o representante do Grupo Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, considerou a participação dos homossexuais, ontem, na Subcomissão dos negros, populações indígenas, deficientes físicos e minorias. Lutando contra o preconceito e a discriminação, ele teve dificuldades para falar, mas entusiasmou os constituintes José Carlos Sabóia e Benedita da Silva. Segundo Sabóia, a ousadia de comparecer à subcomissão foi um ato de grandeza que dignificou os trabalhos da Constituinte.

A primeira reivindicação dos homossexuais é garantir na nova Constituição a proibição da discriminação por orientação sexual. Eles querem acabar também com a chamada “legítima defesa da honra”, invocada muitas vezes para justificar crimes contra homossexuais. Ainda como proposta à Constituição, o Grupo Triângulo Rosa aborda a questão do “atentado ao pudor”.

De acordo com o documento apresentado à subcomissão, “independente de sexo e orientação sexual dos agentes, não será considerado atentado ao pudor, à moral e aos bons costumes o procedimento daqueles que, na prática de atos sexuais, procurem lugares escuros ou de pouco movimento, bem como o interior de veículos automotores”. Já com relação à legislação ordinária, os homossexuais apresentaram várias propostas relacionando os crimes em razão de discriminação por orientação sexual.

Seria considerado crime, por exemplo, “ridicularizar pessoas, reais ou não, mesmo a pretexto de simples comichade, em espetáculos de diversões, teatro, cinema rádio, imprensa e televisão, quer em programas normais, quer em anúncios publicitários, contribuindo para reforçar estereótipos preconceituosos”.

Jornal do Commercio (RJ),
de 30 de abril de 1987

³ Após 33 anos de filiação no PT, Marta Suplicy pediu desfiliação no ano de 2015. No mesmo ano filiou-se ao PMDB e três anos depois desfilou-se do MDB.

⁴ O substitutivo apresentado em 1996 pelo então Deputado Federal Roberto Jefferson (PTB/RJ), passou a nomear o Projeto de Parceria Civil.

Fonte: Agência Senado



Marta Suplicy no relançamento da Frente pela cidadania LGBT, em 2011

Sem dúvida, o PL nº 1151/95 resultou em uma grande discussão que mobilizou os mais variados setores da Câmara, repercutindo, graças aos opositores e aliados, em sua publicidade nos meios midiáticos. Nas programações televisivas, observamos que poucos conheciam efetivamente o projeto. No geral, a proposta foi correntemente ligada à representação de casamento, quando na verdade se trata de um contrato de parceria. A ideia de casamento gay foi vendida pela mídia, despertando e intensificando a oposição de setores religiosos e partidos políticos representados no Congresso Nacional.

A oposição na estrutura do Poder Público foi apenas um dos lados do prisma. Se, no Poder Legislativo, as forças opositoras ao projeto de lei atuaram com maior desenvoltura, no Poder Judiciário, a união civil entre homossexuais vem sendo reconhecida. Um dos casos de maior repercussão midiática se deu em torno da guarda de Francisco Ribeiro

Eller pela companheira da cantora Cássia Eller, Maria Eugênia Vieira Martins. O caso mobilizou a sociedade brasileira em favor da companheira da cantora, que acabou por receber a guarda provisória do menino concedida pela Justiça. Todos os Tribunais Superiores, inclusive o eleitoral, já julgaram e reconheceram casos referentes à relação afetivo-sexual homossexual.

Quase uma década depois, já no ano de 2003, foi instalada a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual (posteriormente denominada de Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT), tendo como principais objetivos a aprovação de leis que assegurassem o direito à união civil por pessoas do mesmo sexo e a proibição da discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero. Na 53ª Legislatura do Congresso Nacional (2007-2010), a Frente chegou a ser composta por 224 parlamentares. Apesar desse número expressivo, não foi

possível a aprovação de nenhuma legislação de combate à discriminação contra a população LGBTI, a exemplo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006 que criminalizava a homofobia no Brasil.



Iara Bernardi em sessão solene que celebrou o Dia Internacional do Orgulho LGBTI, em 2017

Apresentado inicialmente em 2001, o PLC 122/2006 foi uma proposta da deputada Iara Bernardi (PT). Posteriormente, em 2006, foi remetido ao Senado Federal, onde tramitou por onze anos e contou com forte oposição de alguns pastores evangélicos, até ser definitivamente arquivado em 2017. Após o surgimento do PLC 122/2006, dois projetos que tratam da discriminação contra pessoas LGBTI foram apresentados no Congresso Nacional, são eles: (i) o PL 7582/2014 que define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT); e (ii) o PL 7292/2017 que prevê o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, de autoria da deputada Luizianne Lins (PT).

Para além da criminalização da homofobia e da união civil entre pessoas do mesmo sexo, outras agendas do Movimento LGBTI estão sendo discutidas no Congresso Nacional. Em grande medida, isso se deve à eleição do jornalista e professor Jean Wyllys (PSOL) para deputado federal nas eleições de 2010. Sendo reeleito com expressiva votação nas eleições de 2014⁵, ao

⁵ Jean Wyllys obteve 144.770 votos para deputado federal nas eleições de 2014, sendo o 7º parlamentar mais bem votado do estado do Rio de Janeiro

longo dos seus primeiros oito anos no Congresso Nacional, recebeu por duas vezes o prêmio de melhor deputado federal do Brasil⁶.

Os mandatos do Deputado Jean Wyllys são marcados pela propositura de importantes projetos para a população LGBT. Dentre eles, merece destaque: (i) PL 5002/2013, conhecido com Lei João Nery, proposto em coautoria com a deputada federal Erika Kokay (PT), que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e é a mais robusta proposta de legislação para população transgênero já apresentada no Brasil; e (ii) PL 4916/2012, que altera a lei de licitações e contratos para dar prioridade à empresas que desenvolvam projetos pró-equidade de gênero e empregabilidade LGBT.

Para além das suas propostas legislativas, o mandato do deputado Jean Wyllys é importante para agenda LGBTI no Congresso Nacional em termos de visibilidade. Sendo o único deputado que reafirma sua identidade gay publicamente, de forma cotidiana⁷, Jean Wyllys é umas das grandes referências LGBTI do Brasil, tendo conseguido manter uma boa avaliação do seu mandato, apesar das seguidas violências praticadas contra ele, a exemplo das ofensas proferidas por outros/as deputados/as e das *Fake News* (notícias falsas na internet) espalhadas sobre sua atuação parlamentar⁸.

**Poder Legislativo
ainda é um dos espaços
de menor avanço em
termos de direitos...**

Como já foi evidenciado ao longo desse texto, o Poder Legislativo ainda é um dos espaços de menor avanço em termos de direitos para população LGBTI. Do mesmo modo, parece-nos que as estratégias que estão sendo adotadas pelo Movimento LGBTI no Brasil ainda não têm resultado no efeito desejado dada a completa

⁶ Recebeu o “Prêmio Congresso em Foco” de Melhor “Deputado do Brasil” nos anos de 2012 e 2015.



Deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional

Fonte: José Cruz/Agência Brasil

⁷ Em 2017, na tribuna da Câmara Federal, o deputado afirmou “sou viado com orgulho”. Mais informações em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/06/29/interna_politica,880124/sou-viado-com-orgulho-diz-deputado-jean-wyllys-na-tribuna-da-camara.shtml.

⁸ Um levantamento realizado pela Revista Veja, no ano de 2017, evidenciou que Jean Wyllys é o maior alvo de notícias falsas negativas. Outras informações sobre esse levantamento podem ser encontradas em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ranking-alvos-vitimas-noticias-falsas-fake-news-politica-brasil/>.

ausência de legislações que protejam a cidadania dessa população e combatam às discriminações motivadas por intolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero. Um dos principais desafios para

o Movimento LGBTI nas próximas décadas se constituirá na formulação de estratégias de intervenção que possibilitem o avanço da agenda LGBTI no Congresso Nacional.

Referências

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

[Volta ao Sumário]



DELIBERANDO A CIDADANIA: AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS NA TRAJETÓRIA DO ATIVISMO LGBT BRASILEIRO

Cleyton Feitosa¹

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PPGDH). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA).

² O Plano Nacional LGBT tem por objetivo principal “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p. 10).

Conferências de políticas públicas são “espaços públicos, em geral convocados pelo poder executivo, para interlocução direta entre agentes do Estado e da Sociedade Civil com a finalidade de formulação de diretrizes para políticas públicas” (SOUZA, 2008, p. 47). Com base nessa definição, discuto a realização das Conferências Nacionais LGBT no Brasil como acontecimento contemporâneo relevante na trajetória desses 40 anos de ativismo cidadão LGBT.

Sob o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”, a 1ª Conferência Nacional GLBT (sigla oficial do Movimento à época) aconteceu com objetivos ambiciosos: mobilizar todo o país para definir diretrizes de políticas públicas para essa população, monitorar e fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia e elaborar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT², que acabou

sendo lançado no ano seguinte (2009), com base nas deliberações aprovadas na Conferência. No registro, o Ex-Presidente

Lula segura a bandeira do arco-íris, símbolo da luta LGBT, ao lado da ativista trans paraibana Fernanda Benvenutty.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (BRASÍLIA, JUNHO DE 2008)



Ex-Presidente Lula na abertura solene da 1ª Conferência Nacional GLBT. Foto: SDH/PR

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2011)



Mesa de abertura da 2ª Conferência Nacional LGBT com as Ministras da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros (in memoriam), e do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto.

Foto: Portal EBC

A segunda edição da Conferência Nacional LGBT, diferentemente da anterior, foi organizada pelas entidades que tinham assento no Conselho Nacional LGBT, e a temática escolhida – “Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” – tinha clara afinidade governamental com o lema do primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014), intitulado “País rico é país sem pobreza”. O combate à pobreza

e à miséria, problemas históricos do Brasil, sempre foi a bandeira prioritária dos governos petistas, e a pauta LGBT também foi inserida nesse contexto. À época, os/as participantes comemoravam o reconhecimento da união estável homossexual pelo STF, motivo pelo qual o Ministro do órgão, Ayres Britto, proferiu a palestra magna do evento, ao mesmo tempo em que se preocupavam com o veto do projeto “Escola Sem Homofobia”, ambos em maio de 2011.

3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (BRASÍLIA, ABRIL DE 2016)

Conselho Nacional LGBT em discurso na abertura da 3ª Conferência Nacional LGBT.



Foto: SDH/PR

A terceira e mais recente Conferência Nacional LGBT discutiu um tema que vem a ser, senão a principal, uma das maiores reivindicações do Movimento LGBT: o combate à violência motivada pela orientação sexual e identidade de

gênero. Com o tema “Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”, a 3ª Conferência Nacional LGBT aconteceu no contexto das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos,

compreendendo a realização de 5 Conferências Nacionais, simultaneamente³. Diferentemente da edição anterior, a Presidenta Dilma compareceu ao evento, e destacou-se como conquista direta a aprovação do decreto que reconhece o nome social de travestis e transexuais na Administração Pública Federal⁴. No registro, integrantes do Conselho Nacional LGBT falam sobre os assassinatos de LGBT no Brasil para o conjunto de participantes.

³ Ocorrendo junto à 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, à 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, à 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

⁴ A publicação do Decreto N. 8.727 teve ampla repercussão na mídia nacional. Uma dessas matérias pode ser vista através do endereço eletrônico: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/dilma-assina-decreto-que-autoriza-uso-de-nome-social-no-servico-publico>. Acesso em: 28/09/2017.

Referências

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. *Partilha de poder decisório em processos participativos nacionais*. 156 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

[**Volta ao Sumário**]



ENFRENTANDO A LESBO-HOMO-TRANSFOBIA NA ESCOLA BRASILEIRA

– UM PANORAMA DAS
FORMAÇÕES CONTINUADAS
PARA PROFESSORAS/ES

Claudia Penalvo¹

¹Ativista do SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade e doutoranda no Programa em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

São inúmeras as tramas que fazemos ao longo de nossas vidas. Algumas mais simples, outras mais complexas, outras mais fechadas e algumas até mais abertas. Entendo que a educação é uma realização coletiva, pois, para educar e ser educado/a, há que ter singularidades em relação, em ligação, em contato, em tramas entre pessoas e entre pessoas e conhecimentos. Portanto, a educação promove encontros. Dito isto, é necessário assumir que determinados discursos, enquanto estatutos de verdade, acabam por produzir um determinado modelo de sujeito a partir da subjetivação de que todas as pessoas precisam ser heterossexuais, pois o sistema é construído para atender a essas pessoas. E a escola é um dos espaços que contribui para a permanência dessa lógica estruturante opressiva, discriminatória e preconceituosa. Apesar disso, a escola pode exercer um papel diferenciador, a partir de que

possibilita a construção de novos padrões de aprendizado, convivência e produção de conhecimento.

Seguindo esse caminho, lembramos que, no campo das temáticas “sexualidades, gênero e educação”, indiscutivelmente, uma das maiores alterações ocorreram a partir do lançamento do “Brasil sem Homofobia – programa de combate à violência e a discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual – BSH (BRASIL, 2004)”. O Programa inaugurou, no âmbito das políticas

públicas de formação continuada do Ministério da Educação, inúmeras ações de enfrentamento à homofobia e promoção da equidade de gênero. Entretanto, somente em seu primeiro edital, em 2005, a temática homossexualidade e o enfrentamento às práticas homofóbicas assumiram contornos privilegiados e exclusivos. Desde então, elas configuraram-se como um dos eixos da temática Diversidade e se diluíram em outras temáticas de formação semipresenciais.



Acervo da autora

Para Daniliauskas (2009, p. 3), “desde a criação do BSH em 2004, não há uma avaliação conjunta, seja quantitativa ou qualitativa, sobre as políticas implementadas, apesar de tal objetivo constar no programa. E ainda, poucas informações estão disponíveis no site da SDH/

Presidência da República ou mesmo no Ministério da Educação sobre as ações realizadas ao longo desses anos”. Assim, não sabemos qual o alcance do Programa BSH em todos os ministérios e secretarias do Governo Federal e, muito menos, seus desdobramentos nas instituições

escolares em que foram qualificados professores e professoras. Porém, mesmo sem avaliações ou monitoramentos das ações, o MEC ampliou substancialmente, através de programas de qualificação profissional, suas ações de promoção da diversidade sexual. Exemplo disso é a parceria entre MEC e Instituições Públicas de Educação Superior, que, entre 2006 e 2013, formou mais de 50 mil gestores/as e profissionais da educação.

O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH/2002), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM/2004), o Programa Federal Brasil sem Homofobia (BSH/2004) e o Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos (PNEDH/2007) fomentaram a “implementação de ações para a promoção da equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento ao sexismo e à homofobia” (BRASIL, 2007) na área de educação. Planos e

programas foram gestados em parceria com a sociedade civil, organizados a partir de reuniões, encontros e grupos de trabalho, em busca da construção de diretrizes orientadoras de políticas públicas que viessem ao encontro do reconhecimento da necessidade de ações para combater discriminações e exclusões de minorias. Portanto, foi necessária a pressão política forte e constante, realizada pelos movimentos sociais, para que políticas públicas de âmbito nacional fossem criadas e, posteriormente, implantadas.

A partir desse cenário nacional, com efervescência de construção de políticas após a pressão da sociedade civil organizada, o Governo Federal apresentou propostas de ações que cumprissem com as orientações dadas pelos planos construídos a médio e longo prazo, promovendo a implementação dessa agenda de enfrentamento ao sexismo e à lesbo-homobi-transfobia nos sistemas de ensino.

Fonte: Acervo de Lula Ramires



Lula Ramires em uma das atividades do curso Diversidade Sexual na Escola, uma das primeiras experiências brasileiras de formação continuada de professoras/es sobre LGBTfobia nas escolas.

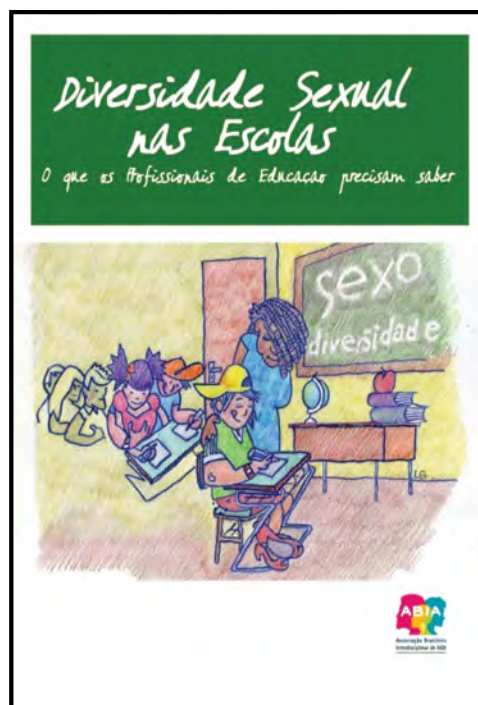
Pode-se perceber o empenho do Governo Federal da época em implantar ações que visibilizassem a população LGBTQI+, lesbo-homo-bi-transfobia, diversidade sexual, igualdade de gênero e relações étnico-raciais no ambiente escolar, influenciado pelos acordos e documentos produzidos pelos movimentos sociais em fóruns de decisões políticas e pelas orientações advindas de convênios internacionais. Assim, foram disponibilizados: 1) dois editais, entre 2005/2007, visando capacitar e formar profissionais da educação; 2) o curso Gênero e

Diversidade na Escola, para formar educadores/as de escolas das redes públicas; 3) o Prêmio Construindo Igualdade de Gênero, que buscava estimular a produção científica e a reflexão sobre as relações de gênero, mulheres e feminismos; 4) o Projeto Escola sem Homofobia, com o objetivo de enfrentar a homofobia no ambiente escolar; e 5) a Série Educação e Diversidade Sexual, programa televisivo composto por cinco episódios, em uma parceria entre MEC e o Programa Salto para o Futuro.



“Diversidade sexual na escola”, projeto desenvolvido pelo Programa Papo Cabeça, UFRJ -2008

Diversidade Sexual nas. Escolas. O que os profissionais de educação precisam saber. ABIA - 2008



“ É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.”

Boaventura de Souza Santos

Informações

(21) 2208-2799

educacao@arco-iris.org.br

www.arco-iris.org.br/educacao

Rua Prof. Otávio Kelly, 15-A - Iguca
Rio de Janeiro - RJ - 20220-01

Apoio Técnico

GT Estadual do projeto
Saúde e Prevenção nas Escolas / RJ

POLO VII do PSPE

Coordenadoria Regional 25
da Região Metropolitana X

Realização



GRUPO ARCO-IRIS

Ministério da Educação



vidas diferentes



tratamentos iguais

Diversos professores e professoras não se sentem capacitados e nem à vontade para falar em sexualidade. Situações de medo e desinformação podem resultar em preconceitos, conduzir alunos e alunas lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transgêneros e transexuais a situações de sofrimento e evasão. Pensando nisso, o Projeto *Rompendo Fronteiras e Discutindo a Diversidade Sexual na Escola* oferece aos professores e professoras do ensino público a reflexão sobre as práticas cotidianas discriminatórias relacionadas a sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual, através de um curso de extensão de 40 horas.

Rompendo Fronteiras e Discutindo a diversidade sexual na Escola, Grupo Arco-Iris/RJ – 2005

No campo das investigações, o MEC financiou pesquisas, a exemplo de “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar” FIFE/INP/ME (2009), pesquisa coordenada pelo Professor José Afonso Mazzon, que se baseou em uma amostra nacional de 18,5 mil estudantes, pais e mães, diretores/as, professores/as, funcionários/as, e revelou que o comportamento em relação a homossexuais foi o que apresentou maior valor para o índice percentual de discriminação, com 72%. Também o estudo “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos- Violência e Convivência nas Escolas”, (ABRAMOVAY, CUNHA & CALAF, 2009), que conta com amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores/as do Distrito Federal, aponta que 63,1% dos/as entrevistados/as alegaram já ter visto pessoas que

são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito, e a pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil – intolerância e respeito às diferenças sexuais” (VENTURI, 2009), que indica que 92% da população reconheceu que existe preconceito contra LGBT e 28% reconheceu e declarou o próprio preconceito. A partir desse quadro, foi criado o Projeto Educação para Promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual e Enfrentamento ao Sexismo e à Homofobia, com o objetivo de promover e apoiar cursos de formação continuada de profissionais da educação básica e a produção de materiais didático-pedagógicos e paradidáticos, voltados para a promoção do reconhecimento da diversidade sexual, ao enfrentamento do sexismo e da homofobia e a promoção da equidade

de gênero no contexto escolar. Integraram o projeto os seguintes cursos: Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), Gênero e Diversidade Sexual (GDS) e de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GGP-GeR).

Contudo, a participação de professores/as não se deu em todo o processo de construção e execução dessas políticas de forma efetiva. Assim, em um contexto de complexidade e diversidade, como é o trabalho de professores/as, urge um modelo de formação que vá além da unificação do trabalho, mas que tenha como

Urge um modelo de formação que vá além da unificação do trabalho.

característica principal a capacidade de refletir em grupo, como processo coletivo para regular as ações, juízos e decisões sobre a escola. Dessa maneira, é uma formação que se transforma em alternativa de criação de espaços de participação e de reflexão, para que pessoas aprendam coletivamente a conviver com a mudança e a incerteza. Precisamos de uma metodologia de trabalho que promova a autonomia de docentes e de toda a comunidade escolar e, sobretudo, promova o diálogo e fortaleça o grupo local.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a Discriminação. *Brasil Sem Homofobia*- Programa de combate a violência e a discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em – <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.prf>. Acesso em 18 jun. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gênero e diversidade sexual na escola- reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em – <http://pronacampo.mec.gov.br/imagens/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em 15 jun 2014.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Considerações preliminares sobre as concepções e conceitos norteadores das políticas públicas de educação para a igualdade de gênero e diversidade sexual. In- *Anais do 4º Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade*. Rio Grande, 2009.

[Volta ao Sumário]



POR UM RIO SEM HOMOFOBIA - A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS ESTADUAIS APÓS O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Diego Cotta¹

¹ Mestre em Mídia e Cotidiano pela UFF e jornalista pela UFRJ.



Fonte: Acervo do autor

Esta fotografia é o registro histórico da guinada política do Movimento LGBT fluminense no conturbado segundo turno das eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 2006.

A imagem eterniza o momento em que o candidato Sérgio Cabral (PMDB) recebe ativistas do Movimento LGBT e políticos simpatizantes da causa, como Carlos Minc (PT) e Cida Diogo (PT), em seu comitê de campanha na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Na ocasião, Sérgio Cabral assina uma carta-compromisso com dez itens, intitulada “Por um Rio Sem Homofobia”, se comprometendo, caso fosse eleito, a criar o programa estadual “Rio Sem Homofobia”, com ações de combate à discriminação; implantação, na Polícia Civil, de um núcleo destinado a investigar crimes contra homossexuais; “cumpra-se” da lei 3406/2000, de sua autoria com Carlos Minc, que concede direitos previdenciários aos casais do mesmo sexo com união estável no Estado, etc.

As negociações entre sociedade civil e poder público, ou melhor, entre Movimento LGBT e os candidatos a governador do Rio de Janeiro, foram acirradas e debatidas a ponto de se tornarem questões para a plataforma do futuro governo. Explico: as eleições para governador de 2006 no estado foram capitaneadas por Sérgio Cabral e Denise Frossard (PPS), que levaram a disputa para o segundo turno. Marcelo Crivella (PRB), que perdeu o primeiro turno, condiciona seu apoio a Cabral no segundo turno à retirada em caráter definitivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 70), que previa o reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo.

As discussões do movimento estavam muito mais focadas na criminalização...

Sérgio Cabral, portanto, no dia cinco de outubro de 2006, retira a PEC que tramitava no Senado Federal, visando o apoio do bispo licenciado da Igreja Universal e senador, Marcelo Crivella, à corrida eleitoral.



Cláudio Nascimento, coordenador do Programa Rio Sem Homofobia

Para o Movimento LGBT nacional, a PEC 70 não era o carro-chefe das demandas e das estratégias políticas desenhadas para a atuação no Congresso Nacional. As discussões do movimento estavam muito mais focadas na criminalização da homofobia do que propriamente na união civil estável. Não que esta demanda não compusesse o leque de reivindicações do movimento, mas a orientação era unir esforços e atuações para tornar crime a homofobia.

No entanto, a retirada da PEC 70 do Senado Federal pelo candidato ao Governo do RJ, Sérgio Cabral, significou que este, no jogo político, acatou uma solicitação de Marcelo Crivella, aqui representando o conservadorismo e fundamentalismo religioso da sociedade fluminense. O episódio ganha um peso

político, e, mesmo que a proposta de emenda não fosse o foco do movimento, sua retirada serve de munição para um posicionamento estratégico por parte do Movimento LGBT no segundo turno das eleições de 2006.

A comunidade LGBT reagiu. O movimento se mobilizou, e foram realizadas inúmeras manifestações em repúdio à retirada da PEC 70, fragilizando a campanha eleitoral de Cabral e pressionando o candidato a assinar a “carta-compromisso”. Sérgio Cabral ganhou as eleições de 2006, se tornou o governador do Estado do RJ e criou, no âmbito do Executivo, o programa estadual Rio Sem homofobia. Abaixo, seguem os pontos da “carta-compromisso”, assinada por ele em 10 de outubro de 2006:

1- Apresentar, nos primeiros dois meses de governo, um plano detalhado para a aplicação da lei 3406 de 2000, com (A) capacitação do pessoal da área de fiscalização; (B) divulgação da lei; (C) criação da Coordenadoria de Defesa, Promoção e Garantia de Direitos de GLBT² na Secretaria Estadual de Direitos Humanos para sua aplicação; (D) criação do fundo contra a violência, para acolher os valores advindos das multas cobradas aos estabelecimentos penalizados, com a devida participação da sociedade civil no acompanhamento da aplicação desses recursos em ações específicas. Todos esses itens foram definidos na regulamentação e até hoje não foram cumpridos.

2- Conceder imediatamente todos os pedidos de pensão para companheiros do mesmo sexo de funcionários públicos estaduais cuja união for devidamente comprovada, conforme prevê a lei 3786

de 2001. Hoje são mais de 50 pedidos de pensão que se encontram engavetados no Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro por preconceito e discriminação.

3- Criar até o quarto mês de governo o Programa Rio Sem Homofobia, ações governamentais de combate à discriminação contra GLBT e promoção de sua cidadania, nas diversas pastas do Executivo. Para isso criará no primeiro mês de trabalho uma Comissão Técnica para Elaboração do Programa, com a participação de entidades de defesa dos direitos GLBT. O Governo dotará o Programa de verbas para a implementação de ações nos municípios do Estado e no apoio as iniciativas das organizações GLBT.

4- Incluir nos primeiros quatro meses o Centro de Referência contra a discriminação a Homossexuais do Estado do Rio e o Disque Defesa Homossexual na estrutura formal da Secretaria de Segurança Pública. O Centro deverá ser dotado de recursos humanos e financeiros para o efetivo cumprimento de suas funções de acolher, registrar, encaminhar e acompanhar os casos de violência contra GLBT nas delegacias de polícia e outros agentes de polícia civil e militar. Isto tem o objetivo de resultar na efetiva investigação do caso e na melhoria do atendimento, visto que, na maioria das vezes, a vítima quando assume a sua orientação sexual ou relata a situação que visibiliza a sua sexualidade, é recebida com total descaso ou mau atendimento, colaborando com a manutenção do ciclo de impunidade.

² Os documentos aqui referidos utilizavam a sigla GLBT.

Criado em 1999, o Centro de Referência hoje é mantido principalmente com o esforço de voluntários.

5- Criar na Polícia Civil o Núcleo de Investigação Especializada para crimes envolvendo a violência por discriminação racial, identidade de gênero e orientação sexual, com inspetores e delegados que já vêm atuando no tema de segurança pública e violência contra GLBT. Essa medida possibilitará uma apuração adequada e efetiva, além de contribuir para a formação de dados sobre os tipos de violência e possíveis semelhanças nas investigações.

6- Fortalecer a Assessoria Estadual de DST-Aids e Hepatites, com verbas do Estado para medicamentos, exames, camisinhas, gel lubrificante, pesquisas, prevenção e assistência. Com os recursos cada vez mais escassos, oriundos do Banco Mundial, o Estado do Rio de Janeiro precisa dotar-se de uma política responsável com a saúde pública, já que vem apresentando altos índices epidemiológicos em DST, HIV/Aids e Hepatites. Investir em prevenção das DST, HIV/Aids e assistência às pessoas com doenças HIV/Aids e/ou Hepatites contribui para a economia dos recursos em saúde pública, especialmente nos gastos hospitalares.

7- Manter e fortalecer a Secretaria Estadual de Direitos Humanos como uma pasta de atuação transversal a todas as outras, garantindo o recorte de direitos humanos em todas as políticas governamentais. Para isso, será necessário dotá-la de orçamento adequado

para que consiga cumprir suas funções no campo da prevenção, educação, correção e atenção.

8- Defender e garantir o princípio republicano da laicidade do Estado em todas as áreas de governo, especialmente na educação e cultura. Para isso queremos uma escola pública de qualidade, laica e que promova valores de respeito aos direitos humanos e combata, com ações efetivas e de caráter contínuo, a homofobia, o racismo, a discriminação de gênero, deficiência física e estado de saúde, além de afirmar a pluralidade cultural e religiosa de nosso povo. Não à vinculação entre Estado e Religiões.

9- Reconhecer e promover a participação de representantes de organizações GLBT nos espaços de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, como nos Conselhos de Educação, de Cultura, Segurança Pública, Direitos da Mulher, Direitos Humanos e Juventude.

10- Reconhecer o caráter cívico, cultural, educativo, cidadão, de reivindicação por direitos de GLBT, garantindo e apoiando a realização das Paradas do Orgulho GLBT do Estado do Rio de Janeiro e demais manifestações e ações que promovam uma cultura de paz, de combate à homofobia e de celebração da diversidade sexual.



**RIO SEM
HOMOFOBIA**

Logo do Programa Rio Sem Homofobia

[Volta ao Sumário]



A CIDADANIA LGBTTI NOS TRIBUNAIS – ARTIGO FOTOBIOGRÁFICO

Roger Raupp Rios¹

¹ Mestre e Doutor em Direito – UFRGS; Desembargador Federal do TRF4.

A representação, verbal e imagética, da “cidadania LGBTTI” faz ver planos diversos de existências e resistências. Ao mesmo tempo em que disputadas, as identidades, expressões e vivências marcadas pelas diferenças sexuais e de gênero reclamam o reconhecimento de direitos, a começar pelo “direito a

Fonte: hDivulgação CNJ. Tirada em 17.05.2013



Foto 1 –Supremo Tribunal Federal

ter direitos”. Este pequeno ensaio fotobiográfico pretende, em grandes linhas e poucos tópicos, marcar alguns momentos importantes dessa trajetória nos tribunais brasileiros, desde meados de 1990.

Ainda que parcial e limitado, este breve catálogo de imagens – comunicacional, visual e estético –, quer servir de metáfora em que se atualizam reivindicações, celebram-se vitórias e se projetam desafios. Uma das representações clássicas da Justiça é a deusa vendada: que este registro sirva de inspiração para desvendamento da discriminação e novas miradas de justiça sexual. Com o avanço da democracia nos anos 1990, vieram as **paradas do orgulho** e o fortalecimento das reivindicações por direitos.

E iniciaram-se, vitoriosas, as demandas por **direitos sociais** (previdência e

saúde, 1996 em diante – foto 3, abaixo) e reconhecimento familiar, que acabaram resultando no direito à **união estável** (STF, ADPF n. 132, 2011) e ao **casamento** entre pessoas do mesmo sexo (Resolução n. 175, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça – foto 5, a seguir).



Fonte: <https://goo.gl/K8hCTz>

Foto 3 - Mark Hillary, tirada em 25.03.2011.

Foto 2 - Anderson Vaz. 16.11.2008.



Fonte: <https://goo.gl/35GTRQ>



Foto 4 – Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Casamento homoafetivo – 23/11/2014

Foto: Luis Henrique Vicent) (<https://goo.gl/4mUqFg>)



Foto 5 – Nerea Martínez García. Símbolo transgênero. Tirada em 8.10.2013.

Fonte: <https://goo.gl/bRjMcT>

A próxima fronteira é, iniciado o enfrentamento à discriminação por orientação sexual, avançar para o respeito às diversas identidades de gênero. Aí vieram decisões que incluíram os **procedimentos para mudança de sexo no SUS** (decisão do Tribunal Regional Federal da 4 Região em 2007) e permitiram a **alteração de nome e sexo no registro civil**,

inclusive sem cirurgia de transgenitalização (STF, 2018). (foto 5, ao lado).

Nesse meio tempo, a **homofobia** foi excluída do **Código Penal Militar** (STF, ADPF n. 291, 2015 – foto 7, abaixo) e foi superada a discriminação contra homossexuais para aqueles que se habilitam à **adoção**. (STF, 2015 – foto 6, abaixo).

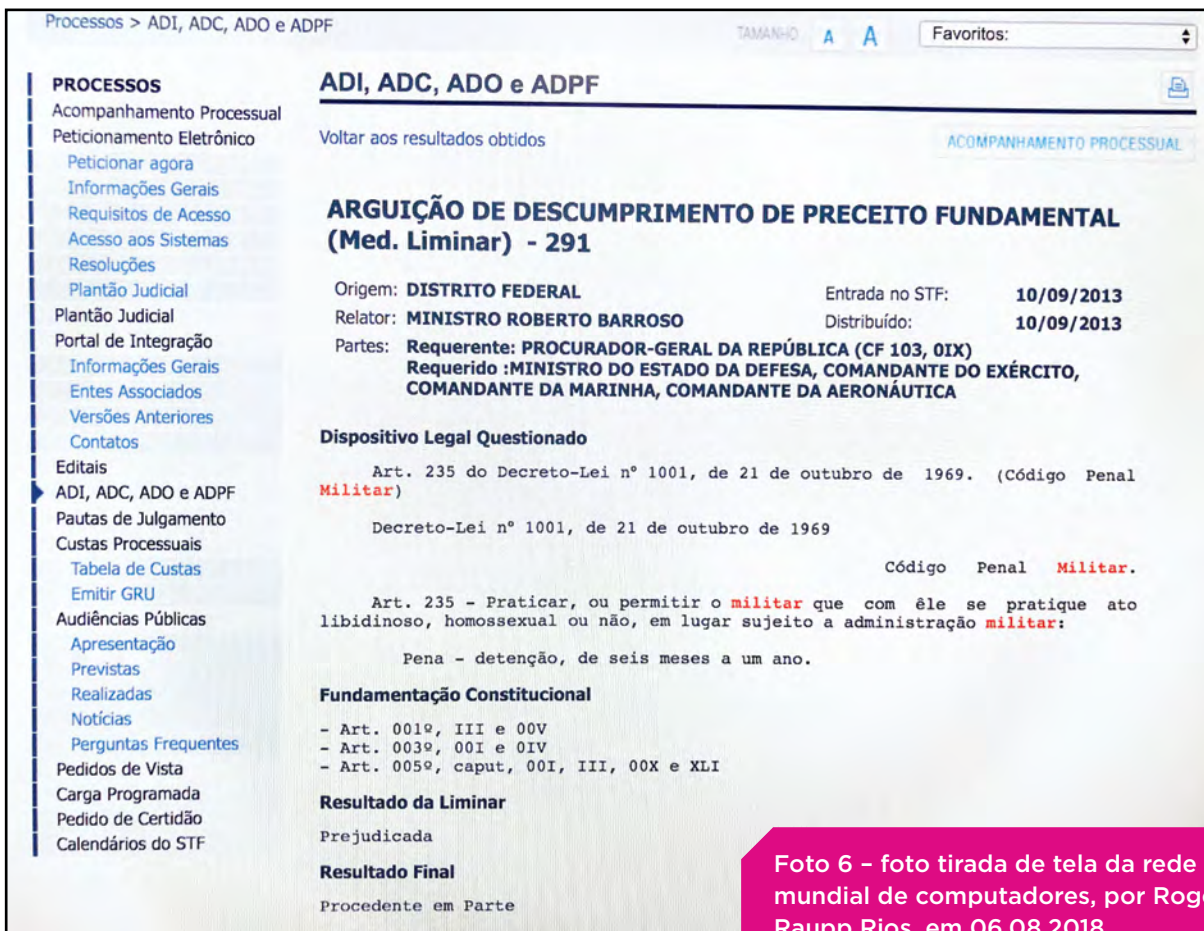


Foto 6 - foto tirada de tela da rede mundial de computadores, por Roger Raupp Rios, em 06.08.2018.



Foto 7 - Foto tirada de tela da rede mundial de computadores, por Roger Raupp Rios, em 06.08.2018.

Longe de ser uma fotobiografia estática sobre um passado recente, os embates sobre a cidadania LGBTTI nos tribunais estão muito acesos. Novos desafios se apresentam nesse final dos anos 2010 para a superação da homofobia e a consolidação da igualdade, da liberdade e da dignidade nos tribunais. Em especial, são afrontadas as **liberdades de pensamento, de expressão e de manifestação** em diversos espaços.

A repressão à **liberdade de expressão artística** acabou avançando sobre iniciativa que reuniu obras de diversos artistas consagrados, propondo reflexão e debate sobre a diversidade sexual. E censura privada e repúdio público por parte determinados setores acabaram impedindo o funcionamento da exposição “Queer Museum” (Porto Alegre, 2017), gerando intensa polêmica, com repercussão mundial. (foto 8, abaixo)

Novos desafios se apresentam nesse final dos anos 2010 para a superação da homofobia...



Num cenário mundial e nacional onde crescem intolerância e extremismo, até mesmo a divulgação sobre **pesquisas** envolvendo gênero e sexualidade, inclusive quando indicam desigualdade, discriminação e violência, são repudiados;

nos tribunais, o STF é acionado e suspende leis que objetivam **silenciar educação e informação sobre relações de gênero**, em polêmica disseminada como “ideologia de gênero” (2017 e 2018). (foto 9, a seguir)

Foto 9 - Robson B. Sampaio. Audiência Pública debate a Lei da Opressão da Câmara Municipal de Campinas. Sessão da câmara de Campinas debate a Lei anti-ideologia do gênero, foto Robson B. Sampaio. Tirada em 27.05.2015.



Fonte: <https://goo.gl/mw2EJR>

As poucas imagens e os sucintos textos aqui apresentados dizem além do registro de marcos temporais importantes nos tribunais brasileiros para a construção da cidadania LGBTI. Trata-se de um convite para vislumbrar como essa trajetória, longe de ser consolidada, requer reafirmação e resistência constantes, diante de novas e antigas investidas

carregadas de preconceito e de intolerância. Que as vitórias conquistadas sirvam de inspiração e compromisso para a experiência democrática e o respeito aos direitos fundamentais da liberdade, da igualdade e da dignidade humana, livres de discriminações, fundadas na orientação sexual e na identidade de gênero.

[Volta ao Sumário]

ISBN: 978-85-8388-133-9



9 7 8 8 5 8 3 8 8 1 3 3 9